ITR
Informações Trimestrais

Companhia: NEOENERGIA S.A
Data Entrega:
Tipo Apresentação: Apresentação
Versão: 1

Powered by MZiQ

Índice

Dados Cadastrais

Dados Gerais

Endereço

Valores Mobiliários

Auditor

Escriturador de ações

DRI ou pessoa equiparada

Departamento de Acionistas

Dados da Empresa

Composição do Capital

Proventos em Dinheiro

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo

Balanço Patrimonial Passivo

Demonstração do Resultado

Demonstração do Resultado Abrangente

Demostração do fluxo de Caixa

Demostração das Mutações do Patrimônio Líquido

Demonstração de Valor Adicionado

Anexos

Relatório da Administração /Comentário do Desempenho

Notas Explicativas

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial %R%

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DADOS GERAIS	
Nome Empresarial:	NEOENERGIA S.A
Nome Empresarial Anterior:	GUARANIANA S.A.
CNPJ:	01.083.200/0001-18
Código CVM:	01553-9
Data de Reg. na CVM:	08/05/1996
Data de Início da Situação do Registro na CVM:	08/05/1996
País em que os Val. Mobiliários estão Custodiados:	Brasil
Última Alteração do Nome Empresarial:	13/10/2004
Situação do Registro na CVM:	Ativo
Data De Constituição:	14/02/1996
País de Origem:	Brasil
Página do Emissor na Rede Mundial de Computadores:	www.neoenergia.com

TIPO DE REGISTRO	
Tipo de Participante:	Companhia Aberta
Categoria de Registro na CVM:	Categoria A
Situação Do Emissor:	Fase Operacional
Espécie de Controle Acionário:	Privado
Data Última Alteração do Exercício Social:	
Data de Registro na Atual Categoria:	01/01/2010
Data de Início da Situação:	31/03/2001
Data da Última Alteração do controle acionário:	
Encerramento do Exercício Social:	Dia: 31 Mês: 12

SETOR	
Setor de Atividade:	Emp. Adm. Part. - Energia Elétrica
Descrição da Atividade:	Participação em outras sociedades

CANAIS DE DIVULGAÇÃO	
Nome do Canal	UF do canal
Valor Econômico	RJ
Valor Econômico	RJ

Powered by MZiQ

MOTIVOS DA REAPRESENTAÇÃO

Motivo	Versão
Não houve alteração. Confirmação das informações contidas no Formulário Cadastral de acordo com a ICVM 480.	2

ENDEREÇO DA SEDE			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78	Complemento:	3º andar
Bairro:	Flamengo	CEP:	22210-030
País:	Brasil	UF:	RJ
Município:	Rio de Janeiro		
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	FAX:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

AUDITOR

Nome / Razão Social Auditor:
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes

CPF / CNPJ:	61.562.112/0002-01	Código CVM:	00287-9	Tipo:	Juridica

Responsável Técnico			
Início contratação serviço:	11/07/2012	Fim contratação serviço:	
Nome:	Guilherme Naves Valle	CPF/CNPJ:	541.991.586-34
Início:	11/07/2012	Fim:	

ESCRITURADOR DE AÇÕES			
UF	Município	Telefone	
RJ	Rio de Janeiro	(21) 3808-3715	
Nome:	BANCO DO BRASIL S.A	CNPJ:	00.000.000/0001-91
Data Inicial:	23/11/2001	Data final:	
Rio de Janeiro			
Logradouro:	Rua Lélio Gama, 105		
Complemento:	26º andar	Bairro:	Centro
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	20031-080
DDD:	21	Telefone:	3808-3715
DDD:	21	Fax:	3808-3466
Email:	cqualificada@bb.com.br		

DRI OU PESSOA EQUIPARADA

Nome	Tipo
Erik da Costa Breyer	Diretor de Relações com Investidores

Nome:	Erik da Costa Breyer	CPF/CNPJ:	955.093.217-68
Data Inicial:	29/04/2004	Data final:	

Endereço para Correspondência

Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9824
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ebreyer@neoenergia.com		

DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS		
Contato	Data Inicial	Data Final
Vanessa Vollet Azevedo	01/05/2010	

Rio de Janeiro			
Logradouro:	Praia do Flamengo, 78		
Complemento:	10º andar	Bairro:	Flamengo
Município:	Rio de Janeiro	UF:	RJ
País:	Brasil	CEP:	22210-030
DDD:	21	Telefone:	3235-9825
DDD:	21	Fax:	3235-9876
Email:	ri@neoenergia.com		

DADOS DA EMPRESA / COMPOSIÇÃO DO CAPITAL	
Número de Ações (Unidade)	30/06/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	5.850.636
Preferenciais	0
Total	5.850.636
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DADOS DA EMPRESA / PROVENTOS EM DINHEIRO

Provento			
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	28/06/2013
Início Pagamento:	01/07/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00823
Juros sobre Capital Próprio			
Evento:	Reunião do Conselho de Administração	Aprovação:	25/04/2013
Início Pagamento:	26/04/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00742
Dividendo			
Evento:	Assembléia Geral Ordinária	Aprovação:	30/04/2013
Início Pagamento:	02/05/2013	Espécie de Ação:	Ordinária
Classe de Ação:		Provento por Ação (Reais / Ação):	0.00249

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	1.159.537	1.125.106
1.01	Ativo Circulante	2.695.999	3.047.495
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.522.538	2.803.859
1.01.02	Aplicações Financeiras	68.835	124.719
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	68.835	124.719
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	68.835	124.719
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	62	62
1.01.03.01	Clientes		
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	62	62
1.01.03.02.01	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	62	62
1.01.04	Estoques		
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	93.690	108.708
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	93.690	108.708
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições a recuperar	93.690	108.708
1.01.07	Despesas Antecipadas		
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	10.874	10.147
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	10.874	10.147
1.02	Ativo Não Circulante	8.899.374	8.203.565
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	642.277	538.970
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		

1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.02.01.03	Contas a Receber		
1.02.01.03.01	Clientes		
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	28.673	27.728
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	28.673	27.728
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7.904	34.525
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	605.700	476.717
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Dividendos a receber	173.839	185.962
1.02.01.09.04	Juros sobre o capital próprio a receber	144.778	154.326
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	124.000	121.247
1.02.01.09.12	Outros ativos não circulantes	163.083	15.182
1.02.02	Investimentos	8.186.223	7.592.354
1.02.02.01	Participações Societárias	8.186.223	7.592.354
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	8.186.223	7.592.354
1.02.02.01.02	Participações em Controladas		
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto		
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		
1.02.02.02	Propriedades para Investimento		
1.02.03	Imobilizado	26.332	26.567

1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	44.542	45.674
1.02.04.01	Intangíveis	44.542	45.674
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.05	Diferido		

DFs INDIVIDUAIS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	1.159.537	1.125.106
2.01	Passivo Circulante	61.536	182.984
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.048	4.036
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	4.048	4.036
2.01.02	Fornecedores	1.770	2.078
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.770	2.078
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	10.207	32.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	10.207	32.858
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	10.207	32.858
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.003	1.006
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.003	1.006
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures		
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	44.491	142.993
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	56
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas		
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	44.481	142.937
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	44.475	142.937
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		

2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.01.05.02.04	Outros passivos circulantes	6	
2.01.06	Provisões	17	13
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	98.826	96.529
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.433	4.925
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	4.433	4.925
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures		
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações		
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros		
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.03	Tributos Diferidos		
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		
2.02.04	Provisões	94.393	91.604
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido	1.143.501	1.097.154
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		

2.03.04	Reservas de Lucros	6.770.845	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.538	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-45.679	-491.931
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.468	-63.277

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.558.969	5.354.046	2.726.516	5.316.886
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.745.024	-3.789.638	-2.006.503	-3.636.971
3.03	Resultado Bruto	813.945	1.564.408	720.013	1.679.915
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-392.117	-707.853	-418.874	-769.591
3.04.01	Despesas com Vendas	-170.321	-333.840	-206.949	-490.040
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-190.282	-329.071	-120.299	-240.448
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-31.514	-44.942	-91.626	-39.103
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	421.828	856.555	301.139	910.324
3.06	Resultado Financeiro	-33.212	-52.585	-30.795	-84.029
3.06.01	Receitas Financeiras	256.434	467.732	183.922	413.388
3.06.02	Despesas Financeiras	-289.646	-520.317	-214.717	-497.417
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	388.616	803.970	270.344	826.295
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-81.493	-165.184	-40.855	-114.739
3.08.01	Corrente	-60.339	-178.009	-69.025	-149.094
3.08.02	Diferido	-21.154	12.825	28.170	34.355
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	307.123	638.786	229.489	711.556
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	307.123	638.786	229.489	711.556
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	252.114	537.860	168.788	597.981
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	55.009	100.926	60.701	113.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

Powered by MZiQ

3.99.01.01	ON				
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	252.112	537.860	208.284	597.981
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-4.046	31.809	46.603	52.137
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida				
4.02.02	Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida				-17.510
4.03	Resultado Abrangente do Período	248.066	569.669	254.887	650.118

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	21.960	325.130
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	39.747	140.001
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	536.917	597.158
6.01.01.02	Depreciação e amortização	1.581	1.611
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-547.013	-512.639
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	44.838	48.891
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	3.020	-4.484
6.01.01.06	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	404	6.584
6.01.01.07	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas		2.880
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-17.787	185.129
6.01.02.01	Impostos e contribuições a recuperar	25.351	-2.275
6.01.02.02	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	141.359	198.618
6.01.02.03	Estoques		
6.01.02.04	Depósitos judiciais	-2.753	
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente		
6.01.02.06	Partes relacionadas	433	2.555
6.01.02.07	Concessão serviço público (ativo financeiro)		
6.01.02.08	Outros Ativos	-148.628	-105
6.01.02.09	Fornecedores	-308	-437
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	12	230
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos	-229	
6.01.02.12	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	-32.984	-12.740
6.01.02.13	Partes relacionadas	-46	-716
6.01.02.14	Outros passivos	6	-1
6.01.03	Outros		
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-98.120	-719.041
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-353.379	-196.601

6.02.02	Aquisição de imobilizado	-374	-102
6.02.03	Aquisição de intangível	-245	-2.821
6.02.04	Aplicação em títulos e valores mobiliários		-519.517
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-205.161	-411.784
6.03.01	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-493	-514
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-204.668	-411.270
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-281.321	-805.695
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.803.859	3.150.422
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.522.538	2.344.727

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/06/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.443	0	6.451	1.153.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-491.931	-69.728	-561.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.443	-491.931	-63.277	1.097.154
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.598	-91.608	0	-106.206
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.598	0	0	-14.598
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.608	0	-91.608
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.860	31.809	569.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.860	0	537.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.809	31.809
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						

5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas						
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.770.845	-45.679	-31.468	1.143.501

01/01/2012 à 30/06/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-342.952	5.412	-337.540
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-342.952	66.812	1.070.478
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-135.878	0	-329.901
5.04.01	Aumentos de Capital						
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações						
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas						

5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas						
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas						
5.04.06	Dividendos	0	0	-194.023	0	0	-194.023
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-135.878	0	-135.878
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	597.981	52.137	650.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	597.981	0	597.981
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.137	52.137
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros						
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	52.137	52.137
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período						
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período						
5.05.03	Reclassificações para o Resultado						
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros						
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido						
5.06.01	Constituição de Reservas						
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação						
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação						
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.045.590	119.151	118.949	1.102.500

DFs INDIVIDUAIS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	7.150.970	7.319.015
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.293.715	7.624.561
7.01.02	Outras Receitas	-51.436	-8.425
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-91.309	-297.121
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.004.698	-3.725.860
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.004.698	-3.725.860
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.146.272	3.593.155
7.04	Retenções	-356.750	-340.474
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-356.750	-340.474
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.789.522	3.252.681
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	468.210	423.758
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	478	10.370
7.06.02	Receitas Financeiras	467.732	413.388
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.257.732	3.676.439
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.257.732	3.676.439
7.08.01	Pessoal	242.712	208.306
7.08.01.01	Remuneração Direta	221.106	208.306
7.08.01.02	Benefícios	50.645	41.835
7.08.01.03	F.G.T.S.	33.841	30.450
7.08.01.04	Outros	-62.880	-72.285
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.848.939	2.252.623

7.08.02.01	Federais	630.291	938.547
7.08.02.02	Estaduais	1.218.648	1.314.076
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	527.295	503.954
7.08.03.01	Juros	515.518	493.124
7.08.03.02	Aluguéis	6.978	6.534
7.08.03.03	Outras	4.799	4.296
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	638.786	711.556
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	91.608	135.878
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	446.252	462.103
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	100.926	113.575
7.08.05	Outros		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2013	31/12/2012
1	Ativo Total	2.124.309	2.105.365
1.01	Ativo Circulante	6.235.679	6.708.920
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.527.236	3.770.684
1.01.02	Aplicações Financeiras	167.657	182.063
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	167.657	182.063
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação		
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	167.657	182.063
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado		
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento		
1.01.03	Contas a Receber	1.592.217	2.056.384
1.01.03.01	Clientes	1.592.217	2.056.384
1.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.01.04	Estoques	21.779	24.648
1.01.05	Ativos Biológicos		
1.01.06	Tributos a Recuperar	530.671	445.584
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	530.671	445.584
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.043	12.307
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	367.076	217.250
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.01.08.03	Outros	367.076	217.250
1.01.08.03.01	Recursos CDE	144.783	
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	101.733	104.129
1.01.08.03.03	Entidade de previdencia privada	10.759	10.351
1.01.08.03.04	Serviços em curso	72.549	68.071
1.01.08.03.05	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	37.252	34.699
1.02	Ativo Não Circulante	1.500.741	1.434.473
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.065.258	4.021.068

1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo		
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação		
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda		
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	10.420	32.316
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	10.420	32.316
1.02.01.03	Contas a Receber	493.960	582.295
1.02.01.03.01	Clientes	493.960	582.295
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber		
1.02.01.04	Estoques		
1.02.01.05	Ativos Biológicos		
1.02.01.06	Tributos Diferidos	774.912	785.451
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	774.912	785.451
1.02.01.07	Despesas Antecipadas		
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	2.199	6.690
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas		
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores		
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas		
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.783.767	2.614.316
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda		
1.02.01.09.02	Ativos de Operações Descontinuadas		
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a recuperar	103.152	108.219
1.02.01.09.04	Dividendos a receber	8.361	564
1.02.01.09.05	Depósitos judiciais	407.819	382.370
1.02.01.09.06	Entidade de previdência privada	25.243	19.077
1.02.01.09.07	Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.067.149	2.081.666
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	172.043	22.420
1.02.02	Investimentos	1.217.847	1.066.340
1.02.02.01	Participações Societárias	1.198.619	1.047.007
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	1.198.619	1.047.007
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias		

1.02.02.02	Propriedades para Investimento	19.228	19.333
1.02.02.02.01	Outros investimentos	19.228	19.333
1.02.03	Imobilizado	2.665.515	2.676.076
1.02.03.01	Imobilizado em Operação		
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado		
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento		
1.02.04	Intangível	7.058.794	6.581.255
1.02.04.01	Intangíveis	7.058.794	6.581.255
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão		
1.02.04.02	Goodwill		

DFs CONSOLIDADAS / BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO - (REAIS MIL)			
Conta	Descrição	30/06/2013	31/12/2012
2	Passivo Total	2.124.309	2.105.365
2.01	Passivo Circulante	3.788.137	3.297.300
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	87.114	93.075
2.01.01.01	Obrigações Sociais		
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	87.114	93.075
2.01.02	Fornecedores	1.024.399	1.050.328
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.024.399	1.050.328
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros		
2.01.03	Obrigações Fiscais	453.819	392.314
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	453.819	392.314
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	453.819	392.314
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais		
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais		
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.600.818	1.116.735
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.282.436	680.184
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional		
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.01.04.02	Debêntures	318.382	436.551
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.01.05	Outras Obrigações	515.525	580.024
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas		1.077
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas		1.077
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores		
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.01.05.02	Outros	515.525	578.947
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	55.484	189.952
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar		
2.01.05.02.03	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		

2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	69.366	97.681
2.01.05.02.06	Entidade de previdência privada	15.445	16.298
2.01.05.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	2.974	2.974
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	372.256	272.042
2.01.06	Provisões	106.462	64.824
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais		
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis		
2.01.06.02	Outras Provisões		
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias		
2.01.06.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.01.07.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02	Passivo Não Circulante	5.188.378	6.018.746
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.293.324	5.118.154
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.556.647	4.333.428
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional		
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira		
2.02.01.02	Debêntures	736.677	784.726
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro		
2.02.02	Outras Obrigações	555.410	568.499
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas		
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas		
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores		
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas		
2.02.02.02	Outros	555.410	568.499

2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações		
2.02.02.02.02	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.02.02.02.03	Fornecedores	68.864	63.716
2.02.02.02.04	Taxas regulamentares	42.253	53.129
2.02.02.02.05	Impostos e contribuições a recolher	11.095	10.219
2.02.02.02.06	Entidade de previdência privada	362.280	349.109
2.02.02.02.07	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	21.744	21.394
2.02.02.02.08	Outros passivos não circulantes	49.174	70.932
2.02.03	Tributos Diferidos	8.187	5.329
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.187	5.329
2.02.04	Provisões	331.457	326.764
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis		
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais		
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas		
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados		
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis		
2.02.04.02	Outras Provisões		
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias		
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação		
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação		
2.02.05	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados		
2.02.05.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda		
2.02.05.02	Passivos sobre Ativos de Operações Descontinuadas		
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar		
2.02.06.01	Lucros a Apropriar		
2.02.06.02	Receitas a Apropriar		
2.02.06.03	Subvenções de Investimento a Apropriar		
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.226.657	1.173.761
2.03.01	Capital Social Realizado	4.739.025	4.739.025
2.03.02	Reservas de Capital	2.288	2.288

2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações		
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação		
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição		
2.03.02.04	Opções Outorgadas		
2.03.02.05	Ações em Tesouraria		
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		
2.03.03	Reservas de Reavaliação		
2.03.04	Reservas de Lucros	6.770.845	6.785.442
2.03.04.01	Reserva Legal	556.907	556.907
2.03.04.02	Reserva Estatutária		
2.03.04.03	Reserva para Contingências		
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	61.400	61.400
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	6.152.538	6.152.537
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos		
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais		
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto		14.598
2.03.04.09	Ações em Tesouraria		
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-45.679	-491.931
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial		
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão		
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-31.468	-63.277
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	831.567	766.066

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)					
Conta	Descrição	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	789	1.702	788	1.526
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos				
3.03	Resultado Bruto	789	1.702	788	1.526
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	191.169	439.084	143.676	455.640
3.04.01	Despesas com Vendas				
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.346	-63.091	-4.257	-8.108
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos				
3.04.04	Outras Receitas Operacionais				
3.04.05	Outras Despesas Operacionais				
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	248.515	502.175	147.933	463.748
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	270.934	547.013	171.666	512.639
3.04.06.02	Amortização do ágio	-22.419	-44.838	-23.733	-48.891
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	191.958	440.786	144.464	457.166
3.06	Resultado Financeiro	49.344	96.131	63.493	139.992
3.06.01	Receitas Financeiras	51.085	100.324	65.264	143.537
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.741	-4.193	-1.771	-3.545
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	241.302	536.917	207.957	597.158
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	10.810	943	327	823
3.08.01	Corrente	10.335		-143	-143
3.08.02	Diferido	475	943	470	966
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	252.112	537.860	208.284	597.981
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas				
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas				
3.10.02	Ganhos/Perdas Líquidas sobre Ativos de Operações Descontinuadas				
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	252.112	537.860	208.284	597.981
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.01.01	ON	0	0	0	0
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	-8.804	478	-67.602	10.370
3.04.06.02	Amortização de ágio	-22.710	-45.420	-24.024	-49.473

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/04/2013 à 30/06/2013	01/01/2013 à 30/06/2013	01/04/2012 à 30/06/2012	01/01/2012 à 30/06/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	307.123	638.786	229.489	711.556
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5.001	32.605	38.650	59.203
4.02.01	Ganhos de participação relativa em investida				
4.02.02	Tributos s/ ganhos de participação relativa em investida		480		-20.036
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	302.122	671.391	268.139	770.759
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	248.068	569.669	215.391	650.118
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	54.054	101.722	52.748	120.641
4.02.03	Reversão de perda por participação relativa em investida vendida		26.019		
4.02.04	Ajuste Ativo Financeiro de Concessão			46.603	51.501
4.02.05	Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	-4.046	5.790		18.146
4.02.03	Reversão de perda por participação relativa em investida vendida		26.019		
4.02.04	Ajuste Ativo Financeiro de Concessão			53.281	58.929
4.02.05	Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	-5.001	6.106	-14.631	20.310

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - (REAIS MIL) - (REAIS MIL) - (Método Indireto)			
Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.279.544	1.503.109
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.537.591	1.738.177
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	803.970	826.295
6.01.01.02	Depreciação e amortização	311.330	266.439
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-478	-10.370
6.01.01.04	Amortização de ágio, líquida	45.420	49.473
6.01.01.05	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	284.552	163.580
6.01.01.06	Valor do ativo financeiro da concessão	-27.909	21.430
6.01.01.07	Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	21.951	136.497
6.01.01.08	Provisão (reversão) para contingências civeis, fiscais e trabalhistas	53.353	27.541
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.402	257.222
6.01.01.10	Provisão para beneficio pós emprego		
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-105.666	-99.201
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	254.696	-278.521
6.01.02.02	IR e CSLL a Recuperar	-60.160	-124.034
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar	-7.353	4.485
6.01.02.04	Entidade de previdência privada (passivo)	2.820	-11.831
6.01.02.05	Estoques	2.868	-45
6.01.02.06	Recursos CDE	-90.225	
6.01.02.07	Depósitos judiciais	-20.147	-28.430
6.01.02.08	Despesas pagas antecipadamente	-16.736	180
6.01.02.09	Entidade de previdência privada	4.818	-3.865
6.01.02.10	Partes relacionadas	9.066	30.381
6.01.02.11	Concessão serviço público (ativo financeiro)		907
6.01.02.12	Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	500	312
6.01.02.13	Fornecedores	231.624	345.391
6.01.02.14	Salários e encargos a pagar	-5.961	15.676

6.01.02.15	Encargos de dividas e swap pagos	-226.226	-12.948
6.01.02.16	Taxa regulamentares	-40.431	32.946
6.01.02.17	Imposto de rende (IR) Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-142.060	-119.689
6.01.02.18	Impostos e contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	36.753	75.691
6.01.02.19	Indenizações / contingências pagas	-32.412	-25.807
6.01.02.20	Partes relacionadas	-7.100	
6.01.03	Outros	-152.381	-135.867
6.01.03.01	Outros Ativos	-230.838	-97.787
6.01.03.02	Outros Passivos	78.457	-38.080
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-902.514	-1.528.682
6.02.01	Integralização de capital em investidas	-329.780	-198.506
6.02.02	Aquisição de investimentos	-196	-30.269
6.02.03	Aquisição de imobilizado	-45.837	-54.046
6.02.04	Aquisição de intangível	-770.463	-700.503
6.02.05	Concessão serviço publico (Ativo financeiro)	-16.695	-201
6.02.06	aplicação em títulos e valores mobiliários	-268.941	-1.047.677
6.02.07	Resgate de títulos de valores mobiliários	329.404	502.520
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-620.478	-777.116
6.03.01	Aumento(Redução) de capital	-723	
6.03.02	Adiantamento para futuro aumento de capital		
6.03.03	Captação de empréstimos e financiamentos	205.484	284.696
6.03.04	Captação de debêntures	96.203	
6.03.05	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	-434.500	-357.758
6.03.06	Amortização do principal de debêntures	-261.020	-198.427
6.03.07	Obrigações vinculadas	51.575	5.169
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-277.497	-510.796
6.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes		
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-243.448	-802.689
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.770.684	4.056.023
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.527.236	3.253.334

6.02.05	Alienação de bens do ativo permanente	199.994	
6.02.06	Resgate de títulos e valores mobiliários	55.884	
6.01.01.13	Outras provisões		70
6.02.08	Alienação de bens do ativo permanente	199.994	

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (REAIS MIL)

01/01/2013 à 30/06/2013

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.785.443	0	6.451	1.153.320	0	1.153.320
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-491.931	-69.728	-561.659	0	-561.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.785.443	-491.931	-63.277	1.097.154	0	1.097.154
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.598	-91.608	0	-106.206	0	-106.206
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-14.598	0	0	-14.598	0	-14.598
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-91.608	0	-91.608	0	-91.608
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	537.860	31.809	569.669	0	569.669
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	537.860	0	537.860	0	537.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.809	31.809	0	31.809

5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas								
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.770.845	-45.679	-31.468	1.143.501	0	1.143.501

01/01/2012 à 30/06/2012

Conta	Descrição	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	4.739.025	2.288	6.239.613	0	61.400	1.104.232	0	1.104.232

5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-342.952	5.412	-337.540	0	-337.540
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.739.025	2.288	6.239.613	-342.952	66.812	1.070.478	0	1.070.478
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-194.023	-135.878	0	-329.901	0	-329.901
5.04.01	Aumentos de Capital								
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações								
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas								
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas								
5.04.05	Ações em Tesouraria Vendidas								
5.04.06	Dividendos	0	0	-194.023	0	0	-194.023	0	-194.023
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-135.878	0	-135.878	0	-135.878
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	597.981	52.137	650.118	0	650.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	597.981	0	597.981	0	597.981
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	52.137	52.137	0	52.137
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros								
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	52.137	52.137	0	52.137

5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período								
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período								
5.05.03	Reclassificações para o Resultado								
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros								
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido								
5.06.01	Constituição de Reservas								
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação								
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação								
5.07	Saldos Finais	4.739.025	2.288	6.045.590	119.151	118.949	1.102.500	0	1.102.500

DFs CONSOLIDADAS / DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO - (REAIS MIL) - (Método Indireto)

Conta	Descrição	01/01/2013 à 30/06/2013	01/01/2012 à 30/06/2012
7.01	Receitas	-52.094	1.681
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.907	1.681
7.01.02	Outras Receitas	-54.001	
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios		
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa		
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.524	-3.938
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos		
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-3.524	-3.938
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos		
7.02.04	Outros		
7.03	Valor Adicionado Bruto	-55.618	-2.257
7.04	Retenções	-46.419	-50.502
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.419	-50.502
7.04.02	Outras		
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-102.037	-52.759
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	647.338	656.176
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	547.014	512.639
7.06.02	Receitas Financeiras	100.324	143.537
7.06.03	Outros		
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	545.301	603.417
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	545.301	603.417
7.08.01	Pessoal	3.460	2.060
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.709	1.617
7.08.01.02	Benefícios	61	259
7.08.01.03	F.G.T.S.	9	16
7.08.01.04	Outros	681	168
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-287	-255

7.08.02.01	Federais	-287	-255
7.08.02.02	Estaduais		
7.08.02.03	Municipais		
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	4.268	3.631
7.08.03.01	Juros	4.193	3.545
7.08.03.02	Aluguéis	75	86
7.08.03.03	Outras		
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	537.860	597.981
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio		135.878
7.08.04.02	Dividendos		
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	537.860	462.103
7.08.05	Outros		
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-54.001	
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar		
7.01.02.01	Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	-51.436	-8.425
7.08.01.04.01	Encerramento de ordem em curso	1.554	979
7.08.01.04.02	(-) Transferência para ordens	-64.984	-73.386
7.08.01.04.03	Outros	550	122
7.08.05.01	Reserva de lucros a realizar		

Neoenergia S.A.
Informações Trimestrais - ITR
em 30 de junho de 2013
e relatório sobre a revisão
de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de
informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Neoenergia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Neoenergia S.A. ("Neoenergia" ou "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim

Powered by MZiQ

Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 -Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Reconhecimento do subsídio da CDE e compra de energia

Conforme mencionado na Nota 11 às informações trimestrais, em 8 de março de 2013 foi publicado o Decreto nº 7.945, que alterou a estrutura tarifária e o subsídio da Conta de Desenvolvimento Energético CDE das controladas Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia COELBA, Companhia Energética de Pernambuco CELPE e Companhia Energética do Rio Grande do Norte COSERN. Adicionalmente, em 2 de maio de 2013 a ANEEL publicou o Despacho nº 1.312 de 30 de abril de 2013, fixando os valores a serem repassadas às referidas controladas com recursos da CDE, de competência do trimestre findo em 31 de março de 2013. O acréscimo nos valores a serem repassados para as referidas controladas e os custos incorridos com compra de energia referentes ao primeiro trimestre foram, contudo, parcialmente reconhecidos no período de três meses findo em 30 de junho de 2013. Desse modo, a controladora Neoenergia S.A. está apresentando nas demonstrações consolidadas o lucro líquido do período de três meses findo em 30 de junho de 2013 está apresentado a maior em R$ 64.658 mil, líquidos dos efeitos tributários, e o ativo circulante, o patrimônio líquido e o lucro líquido do período de três meses findo em 31 de março de 2013 estão apresentados a menor, por esse mesmo valor.

Conclusão sobre as informações
intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações
intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para conclusão com ressalva, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes do exercício findo
em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 7 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 23 de agosto de 2013, sem ressalva.

Rio de Janeiro, 23 de agosto de 2013.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Guilherme Naves Valle
Contador CRC 1MG070614/O-5 "S" RJ

Powered by MZiQ

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

Arquivo inexistente

A NEOENERGIA, como holding que não efetua diretamente atividades operacionais, reflete em suas demonstrações financeiras principalmente o resultado das operações de suas empresas controladas. No 1º semestre de 2013, as empresas controladas da NEOENERGIA apresentaram o seguinte desempenho:

1. DESEMPENHO OPERACIONAL DAS CONTROLADAS:

1.1. No segmento de distribuição:

a) Evolução do número de clientes:

Em junho de 2013, o número consolidado de clientes das controladas COELBA, CELPE e COSERN foi de 9.815.025, representando um crescimento de 3,29% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em termos de participação, a classe residencial continua representando 88% da quantidade de clientes cativos, seguido pela classe comercial com 6% e a classe rural com 4%.

	Evolução do número de clientes ativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	Variação horizontal	
Residencial	8.608.999	8.304.353	87,7%	87,4%	304.646	3,67%
Industrial	36.867	37.756	0,4%	0,4%	-889	-2,35%
Comercial	607.678	590.491	6,2%	6,2%	17.187	2,91%
Rural	435.758	445.522	4,4%	4,7%	-9.764	-2,19%
Poder Público	81.185	81.490	0,8%	0,9%	-305	-0,37%
Iluminação Pública	28.027	27.379	0,3%	0,3%	648	2,37%
Serviço Público	14.902	13.942	0,2%	0,1%	960	6,89%
Consumo Próprio	1.579	1.507	0,0%	0,0%	72	4,78%
Suprimento	30	39	0,0%	0,0%	-9	-23,08%
Total	9.815.025	9.502.479	100,0%	100,0%	312.546	3,29%

b) Evolução do volume de energia vendida no mercado cativo

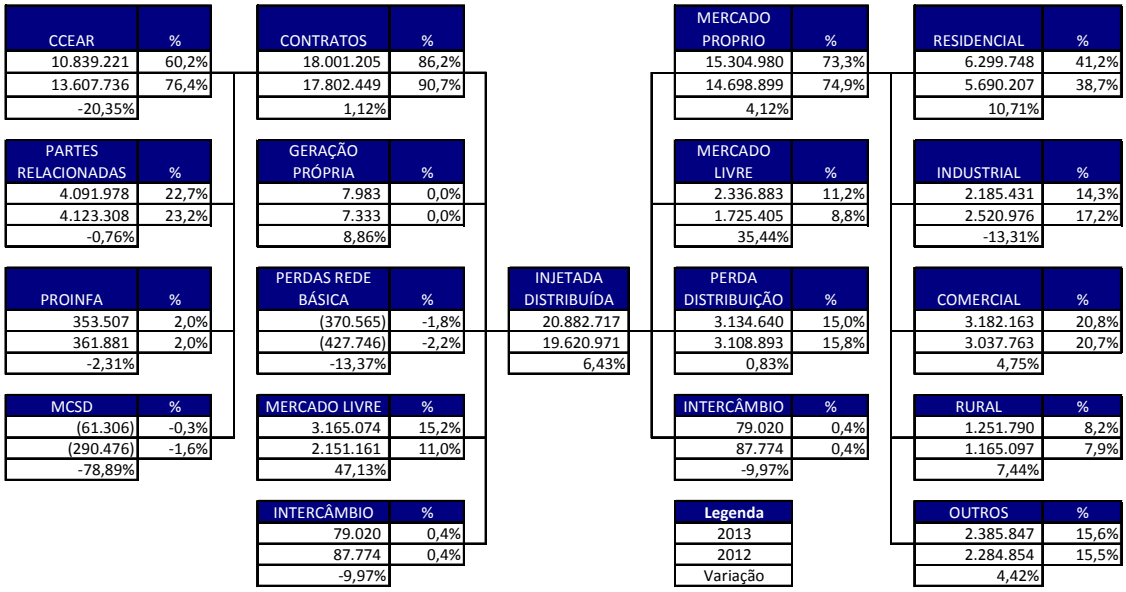
Em relação à quantidade de energia vendida a clientes cativos, no 1º semestre de 2013, o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 16.611.133 MWh (14.698.899 MWh no 1º semestre de 2012) apresentando um acréscimo de 13,01%.

Apesar da classe residencial representar 88% em quantidade de consumidores, sua participação no volume de energia vendida foi de 40,9% em 2013, tendo as classes industrial e comercial participação de 14,5% e 20,6%, respectivamente.

Segue abaixo a composição por classe do volume de vendas no mercado cativo:

	Evolução do mercado de clientes cativos					
	Quantidadade		Participação			
Descrição	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	Variação horizontal	
Residencial	6.801.917	5.690.207	40,9%	38,7%	1.111.710	19,54%
Industrial	2.409.912	2.520.976	14,5%	17,2%	-111.064	-4,41%
Comercial	3.421.006	3.037.763	20,6%	20,7%	383.243	12,62%
Rural	1.384.409	1.165.097	8,3%	7,9%	219.311	18,82%
Poder Público	855.446	751.188	5,1%	5,1%	104.258	13,88%
Iluminação Pública	780.832	668.799	4,7%	4,5%	112.033	16,75%
Serviço Público	939.521	848.450	5,7%	5,8%	91.071	10,73%
Consumo Próprio	18.091	16.418	0,1%	0,1%	1.673	10,19%
Total	16.611.133	14.698.899	100,0%	100,0%	1.912.234	13,01%

c) Balanço Energético



O Balanço Energético das controladas Coelba, Celpe e Cosern indicam que o montante da energia injetada aumentou em 6,43%, sendo que 73,3% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 11,2% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio das distribuidoras exigiu 15.304.980 MWh, de energia durante o semestre, representando um aumento de 4,12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 2.336.883 MWh de energia durante os três meses do ano, representando uma aumento de 35,44% em relação ao mesmo

período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente a migração de clientes para o Ambiente de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido daqueles que migraram no semestre.

d) Investimentos:

Os investimentos efetuados pelas três empresas de distribuição (Coelba, Celpe e Cosern) foram de R$ 356 milhões nos seis primeiros meses de 2013. Esses recursos foram destinados, principalmente, à ampliação da rede de distribuição de energia e para a melhoria da qualidade do serviço.

	2º trimestre 2013	
	Investimento total	Subvenções
Geração	2	-
Distribuição	340.236	21.294
Comercialização	3	-
Administração	16.156	-
	356.397	21.294

e) Programa Luz Para Todos:

O Programa luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público e foi prorrogado até o ano de 2014, com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A Coelba faz hoje a gestão do maior programa de eletrificação rural do país com investimentos superiores a R$ 3,17 bilhões, com participação financeira da Coelba, do Governo Federal e do Governo Estadual.

O número de ligações efetuadas nas três distribuidoras até 30 de junho de 2013 está demonstrado abaixo:

	Total	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações executadas até 2009	520.575	353.209	114.841	52.525
Ligações executadas em 2010	75.637	75.637	-	-
Ligações executadas em 2011	39.888	39.888	-	-
Ligações executadas em 2012	26.726	26.726	-	-
Ligações executada até Junho/2013	11.500	11.500	-	-
Total	674.326	506.960	114.841	52.525
Em execução	15.432	15.432	-	-
A executar	61.458	61.458	-	-
Ligações previstas pelo programa	751.216	583.850	114.841	52.525

1.2. No segmento de geração e outros

a) Investimentos

No acumulado dos primeiros seis meses de 2013 os investimentos consolidados foram de R$ 712,5 milhões no segmento de geração, o reconhecimento principalmente das perdas em ações de desapropriação na Goiás Sul e Rio PCH I, na reforma das turbinas de Termopernambuco e benfeitorias na Afluente Transmissão.

Segue quadro com abertura dos investimentos por empresa:

R$ mil	30/06/2013
NEOINVEST	612
ITAPEBI	1.162
TERMOPERNAMBUCO	7.199
BAGUARI I	1.188
GOIAS SUL	8.601
GERAÇÃO CIII	10.951
RIO PCH I	12.158
BAHIA PCH I	229
GERAÇÃO CÉU AZUL	17.687
AFLUENTE G	15
AFLUENTE T	3.728
ENERGYWORKS	74
CAPUAVA	62.864
TELESPIRES (não consolidado)	393.900
EÓLICAS (não consolidado)	192.163
Total	712.530

A Companhia em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013 alterou a metodologia de consolidação das demonstrações contábeis. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Devido a isto, os investimentos nos projetos TelesPires e Eólicas, não serão mais consolidados proporcionalmente e serão avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS:

Como se trata de uma empresa holding, a NEOENERGIA depende diretamente dos resultados operacionais apurados em suas controladas.

O lucro líquido consolidado do 1º semestre de 2013 foi de R$ 537.860 mil (R$ 597.981 mil no 1º semestre de 2012).

O EBITDA do 1º semestre de 2013 foi de R$ 1.206.947 mil (R$ 1.245.938 mil no 1º semestre de 2012), representando um decréscimo de 10%.

Abaixo seguem as demonstrações do resultado do exercício do 1º semestre de 2013 e 2012.

Em R$ mil	2º Trimestre			Acumulado		
Descrição	**2013**	**2012**	**Variação 2013/2012**	**2013**	**2012**	**Variação 2013/2012**
Receita Bruta	3.525.974	3.884.886	-9%	7.293.715	7.624.562	-4%
Deduções da Receita Bruta	(967.006)	(1.158.370)	-17%	(1.939.669)	(2.307.677)	-16%
Receita Líquida	**2.558.969**	**2.726.516**	**-6%**	**5.354.046**	**5.316.885**	**1%**
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(1.745.024)	(2.006.504)	-13%	(3.789.638)	(3.636.971)	4%
Resultado Bruto	**813.945**	**720.012**	**13%**	**1.564.408**	**1.679.914**	**-7%**
Margem Bruta	32%	26%		29%	32%	
Outras Despesas Operacionais e Resultado de Investimento	(392.117)	(418.874)	-6%	(707.853)	(769.589)	-8%
Resultado do serviço e investimento	**421.828**	**301.138**	**40%**	**856.555**	**910.325**	**-6%**
Depreciação, Amortização e Amortização de Ágio	(207.791)	(179.685)	16%	(350.392)	(335.613)	4%
EBITDA	**629.619**	**480.823**	**31%**	**1.206.947**	**1.245.938**	**-3%**
Margem do EBITDA	25%	18%		23%	23%	
Resultado Financeiro	(33.212)	(30.795)	8%	(52.585)	(84.029)	-37%
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição social	**388.616**	**270.343**	**44%**	**803.970**	**826.296**	**-3%**
IR e CSLL	(81.493)	(40.855)	99%	(165.184)	(114.740)	44%
Participação Acionistas não Controladores	(55.009)	(60.701)	-9%	(100.926)	(113.575)	-11%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	**252.114**	**168.788**	**49%**	**537.860**	**597.981**	**-10%**
Margem Líquida	10%	6%		10%	11%	

As principais variações ocorridas nos seis primeiros meses do ano foram:

- Receita Bruta

FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA	REAIS			
	30/06/2013	30/06/2012	VARIAÇÃO	
			R$	%
Residencial	2.436.245	2.575.692	(139.447)	-5,41%
Industrial	629.267	855.540	(226.273)	-26,45%
Comercial	1.330.478	1.469.199	(138.721)	-9,44%
Rural	237.872	256.847	(18.975)	-7,39%
Poder Público	302.973	333.936	(30.963)	-9,27%
Iluminação Pública	139.986	154.984	(14.998)	-9,68%
Serviço Público	188.949	234.990	(46.041)	-19,59%
Fornecimento faturado	**5.265.770**	**5.881.188**	**(615.418)**	**-10,46%**
Fornecimento não faturado	(57.991)	9.290	(67.281)	-724,23%
Total Fornecimento	**5.207.779**	**5.890.478**	**(682.699)**	**-11,59%**
Suprimento	421.094	376.859	44.235	11,74%
Subvenção à tarifa social baixa renda	460.626	286.453	174.173	60,80%
Receita de Concessão	33.941	19.095	14.846	77,75%
Receita de Uso da Rede Básica	177.423	190.971	(13.548)	-7,09%
CCEE	38.691	31.897	6.794	21,30%
Receita de Construção	751.783	744.252	7.531	1,01%
Outras Receitas	202.378	84.555	117.823	139,34%
TOTAL GERAL	**7.293.715**	**7.624.560**	**(330.845)**	**-4,34%**

- Deduções da receita bruta

Descrição	30/06/13	30/06/12	Variação	%
Deduções da Receita Bruta				
Impostos:				
ICMS	(1.217.754)	(1.314.076)	96.322	-7,3%
PIS	(112.246)	(117.057)	4.811	-4,1%
COFINS	(516.123)	(539.286)	23.163	-4,3%
ISS	(4.007)	(4.698)	691	-14,7%
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(9.724)	(61.277)	51.553	-84,1%
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(10.622)	(37.733)	27.111	-71,8%
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	(16.783)	(169.309)	152.526	-90,1%
Programa de Eficientização Energética - PEE	(18.955)	(24.008)	5.053	-21,0%
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(8.572)	(7.887)	(685)	8,7%
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(4.285)	(3.944)	(341)	8,6%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(13.975)	(12.971)	(1.004)	7,7%
Encargos do Consumidor - PROINFA	(6.383)	(3.601)	(2.782)	77,3%
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	(240)	(11.828)	11.588	-98,0%
Total	**(1.939.669)**	**(2.307.675)**	**368.006**	**-15,9%**

  - Redução dos tributos de ICMS, PIS e COFINS, em decorrência, principalmente, da redução da receita bruta de vendas e/ou serviços nas distribuidoras COELBA e CELPE.

- Redução do encargo da quota de reserva global de - RGR em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Despacho Aneel nº 34 de 10 de janeiro de 2013

- Redução do encargo conta consumo de combustível – CCC em função da sua extinção através da lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória da Aneel nº 1.429, de 24 de janeiro de 2013.

- Custos de bens e serviços e outras despesas operacionais

Descrição	30/06/13	30/06/12	Variação	%
Combustível para produção de energia	(138.234)	(107.944)	(30.290)	28,1%
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(10.005)	(10.177)	172	-1,7%
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(3.476)	(5.023)	1.547	-30,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.101.437)	(1.923.180)	(178.257)	9,3%
Encargos de uso do sistema transmissão	(144.986)	(285.492)	140.506	-49,2%
Total Parcela A	**(2.398.138)**	**(2.331.816)**	**(66.322)**	**2,8%**
Pessoal	(262.492)	(229.491)	(33.001)	14,4%
Administradores	(3.465)	(3.606)	141	-3,9%
Entidade de previdência privada	(13.580)	(10.536)	(3.044)	28,9%
Material	(18.506)	(12.803)	(5.703)	44,5%
Serviços de terceiros	(458.447)	(385.918)	(72.529)	18,8%
Arrendamentos e alugueis	(6.714)	(6.257)	(457)	7,3%
Tributos	(6.839)	(4.969)	(1.870)	37,6%
Provisões Líquidas - PCLD	(91.748)	(297.121)	205.373	-69,1%
Provisões Líquidas - Contingências	2.072	1.318	754	57,2%
Alienação de bens / direitos	(51.436)	(8.425)	(43.011)	510,5%
Outros	(73.648)	(47.443)	(26.205)	55,2%
Total Parcela A	**(984.803)**	**(1.005.251)**	**20.448**	**-2,0%**
Depreciação e amortização	(304.976)	(286.140)	(18.836)	6,6%
Custo de construção	(764.632)	(744.252)	(20.380)	2,7%
Total custos / despesas	**(4.452.549)**	**(4.367.459)**	**(85.090)**	**1,9%**

Os custos e despesas operacionais no primeiro semestre de 2013 apresentaram um aumento de 1,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores que contribuíram para este aumento estão demonstrados abaixo:

- Aumento no volume de combustível em 2013 em relação ao mesmo período de 2012. Em junho de 2013 houve um grande aumento no consumo relacionado com junho de 2012, compensados pela redução de consumo em abril, por conta de uma parada programada na Termopernambuco. Esta parada também ocorreu no início de maio/2013.

- Crescimento do custo com energia elétrica comprada para revenda, devido ao aumento no volume de energia injetada, em decorrência do crescimento da energia requerida no fornecimento de energia elétrica em conjunto com a elevação do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

- Crescimento da despesa de pessoal e administradores em decorrência, principalmente do reajuste salarial do dissídio coletivo a partir de novembro

de 2012 impactando as rubricas de remuneração e encargos na COELBA, CELPE e COSERN.

- Crescimento no total de serviços de terceiros impactados principalmente pelos seguintes pontos abaixo:

  - COELBA – (i) reajuste dos serviços; (ii) aumento no volume de serviços realizados com manutenção corretiva, manutenção preventiva do sistema elétrico, manutenção de linha viva e manutenção/conservação de software; (iii) serviço de manutenção de cadastro para serviço de levantamento georeferenciado;

  - CELPE – Em função da alteração do critério de alocação de despesas com serviços de terceiros decorrente das exigências do processo de revisão tarifária, substituição de empresas prestadoras de serviço (EPS), intensificação das ações de corte, atualização do cadastro de clientes baixa renda e produtor rural;

  - TERMOPE – No ano de 2012, o saldo de provisão realizada referente ao bônus de O&M, que são valores pagos por meta atingida em período de manutenção das máquinas responsáveis pela geração de energia da Termelétrica, foi estornado por não ter atingido a meta estabelecida. Este fato fez com que esse valor não fosse mais devido;

  - NEOENERGIA - Em 14 de maio de 2013 foi firmado junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, um acordo de compra e venda de ações onde a Neoenergia se compromete a alienar a totalidade das ações que detém da Termoaçu pelo montante de R$ 146,5 milhões. A operação será totalmente concluída após a aprovação dos órgãos reguladores. O valor líquido da operação resultou num impacto negativo no resultado no valor de 54 milhões.

- Outros custos e despesas, variação desfavorável principalmente em função do contencioso trabalhista e cível; baixa do ativo ICMS Poder Público e Rural em razão de auto de infração.

Parcialmente compensados pelo:

- Ingresso dos recursos da CDE destinados a cobrir os custos adicionais com risco hidrológico, exposição involuntária e ESS segurança energética, conforme Decreto nº 7.945, de 7 de março de 2013;

- Redução do custo com encargos de uso do sistema de transmissão, devido à redução da energia transportada pela rede, bem como a redução das tarifas de uso conforme Medida Provisória 579/2012 e lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013;

- Provisões líquidas - PCLD, variação favorável em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco

de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando no aumento da PCLD no 1º semestre de 2012.

A conciliação entre o EBITDA e lucro líquido segue apresentada abaixo:

Conciliação do EBITDA - R$ Mil	Ano			Trimestre		
	2013	2012	Var. %	2013	2012	Var. %
Lucro Líquido	537.860	597.981	-10%	252.114	168.788	49%
Imposto de Renda e CSLL - corrente e diferido	165.184	114.740	44%	81.493	40.855	99%
Resultado Financeiro	52.585	84.029	-37%	33.212	30.795	8%
Despesas não operacionais	45.420	49.473	-8%	22.710	24.024	-5%
Depreciação e amortização	304.972	286.140	7%	185.081	155.661	19%
Participações minoritárias	100.926	113.575	-11%	55.009	60.701	-9%
(=) EBITDA	1.206.947	1.245.938	-3%	629.619	480.823	31%

A composição do EBITDA e lucro líquido por empresa controlada acumulado até junho de 2013 e 2012:

	Composição do Lucro líquido				Composição do EBITDA			
	30/06/13	% Vertical	30/06/12	% Horizontal	30/06/13	% Vertical	30/06/12	% Horizontal
Controladora (sem equivalência)	(9.153)		85.342		(59.810)		(4.972)	1103%
Distribuidoras:								
COELBA	337.508	66%	316.071	7%	619.012	63%	613.986	1%
CELPE	70.015	14%	24.484	186%	217.143	22%	145.822	49%
COSERN	103.385	20%	98.615	5%	151.487	15%	174.510	-13%
Subtotal	**510.908**	**100%**	**439.170**	**16%**	**987.642**	**193%**	**934.318**	**6%**
Geradoras:								
ITAPEBI	59.393	56%	93.920	-37%	99.943	43%	123.140	-19%
TERMOPE	(2.745)	-3%	(7.904)	-65%	30.710	13%	25.711	19%
BAGUARI	4.478	4%	7.554	-41%	15.682	7%	21.279	-26%
GOIÁS SUL	2.624	2%	5.578	-53%	10.579	5%	14.322	-26%
GERAÇÃO CIII	6.431	6%	9.388	-31%	16.701	7%	19.478	-14%
RIO PCH I	5.289	5%	6.272	-16%	11.962	5%	14.532	-18%
BAHIA PCH I	6.274	6%	8.685	-28%	12.085	5%	13.301	-9%
SE NARANDIBA	3.073	3%	1.448	112%	3.852	2%	2.651	45%
GERAÇÃO CÉU AZUL	11	0%	(39)	-128%	(37)	0%	(45)	-18%
AFLUENTE G	3.433	3%	5.901	-42%	5.068	2%	7.129	-29%
AFLUENTE T	9.723	9%	9.580	1%	9.602	4%	9.186	5%
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(1.729)	-2%	(443)	290%	(2.030)	-1%	(2.402)	-
NORTE ENERGIA	-	0%	-	-	-	0%	-	-
ENERGYWORKS	7.219	7%	7.781	-	14.981	6%	16.544	-
CAPUAVA	2.073	2%	2.730	-	3.066	1%	3.176	-
Subtotal	**105.547**	**100%**	**150.451**	**-30%**	**232.164**	**100%**	**268.002**	**-13%**
Outros								
NEOINVEST	(3.290)		1	-329100%	(3.566)	-3%	(22)	16109%
NC ENERGIA	31.795		26.433	20%	46.120	44%	37.027	25%
NEOSERV	2.490		2.285	9%	3.829	4%	3.633	5%
Controladora e Consolidado	**537.860**		**597.981**	**-10%**	**1.206.947**		**1.245.938**	**-3%**

3. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO:

As empresas do grupo Neoenergia efetuaram novas captações para fins de alongamento do perfil de suas dívidas e financiamento dos programas de investimentos. Destaques para as seguintes negociações ocorridas:

COELBA
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R$ 76.130 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

CELPE
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

COSERN

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em abril de 2013 o montante de R$ 27.172 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011, agosto de 2012 e abril de 2013.

Termopernambuco

Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R$ 10, totalizando o volume de R$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga na Data do Vencimento. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

Em junho de 2013 o endividamento total da Companhia era de R$ 5.894 milhões, sendo R$ 1.601 milhão de curto prazo (27,16%) e R$ 4.293 milhões de longo prazo (72,84%).

Os principais indicadores econômico-financeiros estão abaixo apresentados:

Dados Econômico-Financeiros	2013	2012	Variação
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	7.293.715	7.624.562	-4,3%
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	5.354.046	5.316.885	0,7%
EBITDA (R$ mil)	1.206.947	1.245.938	-3,1%
Resultado do Serviço - EBIT (R$ mil)	856.555	910.325	-5,9%
Resultado Financeiro (R$ mil) - Exceto JSCP	(52.585)	(84.029)	-37,4%
Lucro Líquido (R$ mil)	537.860	597.981	-10,1%
Ativo Total (R$ mil)	21.243.093	21.577.264	-1,5%
Dívida Bruta (R$ mil) *	5.894.142	6.234.889	-5,5%
Dívida Líquida (R$ mil) **	2.188.829	2.249.827	-2,7%
Patrimônio Líquido (R$ mil)	11.435.011	11.445.834	-0,1%
Indicadores Econômico-Financeiros			
Margem EBITDA	22,5%	23,4%	-0,89 p.p
Margem EBIT	16,0%	17,1%	-1,12 p.p
Margem Líquida	10,0%	11,2%	-1,2 p.p
Cobertura de Juros (EBITDA/Resultado Financeiro) - Em vezes	23,0	14,8	54,8%
Dívida Bruta/EBITDA***	1,2	1,3	-2,4%
Dívida Líquida/EBITDA***	0,5	0,5	0,4%
Indice de Endividamento Líquido (D.Bruta / (D.Bruta+PL))	34,0%	35,3%	-1,25 p.p
Ações			
Valor Patrimonial da Ação (R$)	1,95	1,89	3,6%
Lucro (Prejuízo) Líquido por Ação (R$)	0,09	0,27	-65,3%

* Dívida líquida dos depósitos em garantia
** Dívida líquida de disponibilidades
*** EBITDA 12 meses
p.p - Pontos Percentuais

Quantidade de ações	5.850.636	5.850.636

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais
Em milhares de reais

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/06/13	31/12/12 Reapresentado	30/06/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	(8)	2.522.538	2.803.859	3.527.236	3.770.684
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	62	62	1.592.217	2.056.384
Títulos e valores mobiliários	(10)	68.835	124.719	167.657	182.063
Impostos e Contribuições a recuperar	(12)	93.690	108.708	530.671	445.584
Estoques		-	-	21.779	24.648
Recursos CDE	(11)	-	-	144.783	-
Despesas pagas antecipadamente		-	-	29.043	12.307
Entidade de previdência privada		-	-	10.759	10.351
Serviços em curso	(14)	-	-	72.549	68.071
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	37.252	34.699
Outros ativos circulantes	(16)	10.874	10.147	101.733	104.129
TOTAL DO CIRCULANTE		2.695.999	3.047.495	6.235.679	6.708.920
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	(9)	-	-	493.960	582.295
Títulos e valores mobiliários	(10)	-	-	10.420	32.316
Impostos e contribuições a recuperar	(12)	-	-	103.152	108.219
Partes relacionadas		7.904	34.525	2.199	6.690
Dividendos a receber		173.839	185.962	8.361	564
Juros sobre capital próprio a receber		144.778	154.326	-	-
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	28.673	27.728	774.912	785.451
Depósitos judiciais	(15)	124.000	121.247	407.819	382.370
Entidade de previdência privada		-	-	25.243	19.077
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	(19)	-	-	2.067.149	2.081.666
Outros ativos não circulantes	(16)	163.083	15.182	172.043	22.420
Investimentos	(17)	8.186.223	7.592.354	1.217.847	1.066.340
Investimentos em coligadas e controladas		8.186.223	7.592.354	1.198.619	1.047.007
Outros investimentos		-	-	19.228	19.333
Imobilizado	(18)	26.332	26.567	2.665.515	2.676.076
Intangível	(20)	44.542	45.674	7.058.794	6.581.255
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		8.899.374	8.203.565	15.007.414	14.344.739
TOTAL DO ATIVO		11.595.373	11.251.060	21.243.093	21.053.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Balanços patrimoniais--Continuação
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
PASSIVO		30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12 Reapresentado
CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	1.770	2.078	1.024.399	1.050.328
Empréstimos e financiamentos	(22)	1.003	1.006	1.282.436	680.184
Debêntures	(23)	-	-	318.382	436.551
Salários e encargos a pagar	(24)	4.048	4.036	87.114	93.075
Taxas regulamentares	(25)	-	-	69.366	97.681
Impostos e contribuições a recolher	(26)	10.207	32.858	453.819	392.314
Dividendos e juros sobre capital próprio	(27)	44.475	142.937	55.484	189.952
Provisões	(28)	17	13	106.462	64.824
Entidade de previdência privada		-	-	15.445	16.298
Partes relacionadas		10	56	-	1.077
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	2.974	2.974
Outros passivos circulantes	(29)	6	-	372.256	272.042
TOTAL DO CIRCULANTE		61.536	182.984	3.788.137	3.297.300
NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	(21)	-	-	68.864	63.716
Empréstimos e financiamentos	(22)	4.433	4.925	3.556.647	4.333.428
Debêntures	(23)	-	-	736.677	784.726
Taxas regulamentares	(25)	-	-	42.253	53.129
Impostos e contribuições a recolher	(26)	-	-	11.095	10.219
Impostos e contribuições sociais diferidos	(13)	-	-	8.187	5.329
Provisões	(28)	94.393	91.604	331.457	326.764
Entidade de previdência privada		-	-	362.280	349.109
Partes relacionadas		-	-	-	-
Recursos destinados a aumento de capital		-	-	-	-
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)		-	-	21.744	21.394
Outros passivos não circulantes	(29)	-	-	49.174	70.932
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		98.826	96.529	5.188.378	6.018.746
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(30)				
Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Reservas de lucro		6.770.845	6.770.844	6.770.845	6.770.844
Outros resultados abrangentes		(31.468)	(63.277)	(31.468)	(63.277)
Proposta de distribuição de dividendos adicional		-	14.598	-	14.598
Lucro/Prejuízo acumulado		(45.679)	(491.931)	(45.679)	(491.931)
Atribuivel a participação dos acionistas controladores		-	-	-	-
Atribuivel a participação dos acionistas não controladores		-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.435.011	10.971.547	11.435.011	10.971.547
Participação dos não controladores				831.567	766.066
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO				12.266.578	11.737.613
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		11.595.373	11.251.060	21.243.093	21.053.659

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
		30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12 Reclassificado	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12 Reclassificado
RECEITA LÍQUIDA	(31)	**789**	**788**	**1.702**	**1.526**	**2.558.969**	**2.726.516**	**5.354.046**	**5.316.886**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(32)	-	-	-	-	**(1.745.024)**	**(2.006.503)**	**(3.789.638)**	**(3.636.971)**
LUCRO BRUTO		**789**	**788**	**1.702**	**1.526**	**813.945**	**720.013**	**1.564.408**	**1.679.915**
Despesas com vendas	(32)	-	-	-	-	(170.321)	(206.949)	(333.840)	(490.040)
Despesas gerais e administrativas	(32)	(57.346)	(4.257)	(63.091)	(8.108)	(190.282)	(120.299)	(329.071)	(240.448)
Resultado de participações societárias		248.515	147.933	502.175	463.748	(31.514)	(91.626)	(44.942)	(39.103)
Equivalência patrimonial	(17)	270.934	171.666	547.013	512.639	(8.804)	(67.602)	478	10.370
Amortização de ágio	(17)	(22.419)	(23.733)	(44.838)	(48.891)	(22.710)	(24.024)	(45.420)	(49.473)
LUCRO OPERACIONAL		**191.958**	**144.464**	**440.786**	**457.166**	**421.828**	**301.139**	**856.555**	**910.324**
Receitas financeiras	(33)	51.085	65.264	100.324	143.537	256.434	183.922	467.732	413.388
Despesas financeiras	(33)	(1.741)	(1.771)	(4.193)	(3.545)	(289.646)	(214.717)	(520.317)	(497.417)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**241.302**	**207.957**	**536.917**	**597.158**	**388.616**	**270.344**	**803.970**	**826.295**
Imposto de renda e contribuição social	(13)	**10.810**	**327**	**943**	**823**	**(81.493)**	**(40.855)**	**(165.184)**	**(114.739)**
Corrente	(13)	10.335	(143)	-	(143)	(79.768)	(127.772)	(270.410)	(263.614)
Diferido	(13)	475	470	943	966	(21.154)	28.170	12.825	34.355
Imposto de renda - SUDENE	(13)	-	-	-	-	30.843	70.744	115.229	138.767
Amortização ágio e reversão PMIPL	(13)	-	-	-	-	**(11.414)**	(11.997)	(22.828)	(24.247)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES		**252.112**	**208.284**	**537.860**	**597.981**	**307.123**	**229.489**	**638.786**	**711.556**
Participações dos acionistas não controladores		-	-	-	-	**(55.009)**	**(60.701)**	**(100.926)**	**(113.575)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**252.112**	**208.284**	**537.860**	**597.981**	**252.114**	**168.788**	**537.860**	**597.981**
LUCRO BÁSICO DILUÍDO POR AÇÃO:									
Ordinária		0,04	0,04	0,09	0,10	0,04	0,03	0,09	0,10

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Lucro do período	**252.112**	**208.284**	**537.860**	**597.981**	**307.123**	**229.489**	**638.786**	**711.556**
Outros resultados abrangentes								
Reversão de perda por participação relativa em investida vendida			26.019				26.019	
Ajuste Ativo Financeiro de Concessão		46.603		51.501		53.281		58.929
Efeitos dos Planos de Benefícios a Empregados das investidas	(4.046)		5.790	18.146	(5.001)	(14.631)	6.106	20.310
Ganhos de participação relativa em investida				-			-	-
Tributos s/ resultados abrangentes			-	(17.510)			480	(20.036)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**(4.046)**	**46.603**	**31.809**	**52.137**	**(5.001)**	**38.650**	**32.605**	**59.203**
Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	**248.066**	**254.887**	**569.669**	**650.118**	**302.122**	**268.139**	**671.391**	**770.759**
Atribuível a:								
Acionistas controladores	248.066	254.887	569.669	650.118	248.068	215.391	569.669	650.118
Acionistas não controladores	-	-	-	-	54.054	52.748	101.722	120.641

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Controladora:

			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326
Ajustes exercícios anteriores						5.412	(342.952)		(337.540)
Saldos em 01 Janeiro de 2012 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	66.812	(342.952)	194.023	10.704.786
Lucro líquido do período							597.981		597.981
Aprovação da proposta de dividendos								(194.023)	(194.023)
Outros resultados abrangentes:									
Resultado Abrangente decorrente de equivalência s/ investida						52.137			52.137
Destinações:									
Juros sobre capital próprio							(135.878)	-	(135.878)
Saldos em 30 de Junho de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	118.949	119.151	-	11.025.003

			Reservas de Lucros						
	Capital Social	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reservas de Lucros a Realizar	Reserva de Retenção de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízo Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos adicional	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	6.451	-	14.598	11.533.207
Ajustes exercícios anteriores						(69.728)	(491.931)		(561.659)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(63.277)	(491.931)	14.598	10.971.548
Lucro líquido do período							537.860		537.860
Aprovação da proposta de dividendos								(14.598)	(14.598)
Outros resultados abrangentes:									
Resultado Abrangente decorrente de equivalência s/ investida						31.809			31.809
Destinações:									
Juros sobre capital próprio							(91.608)	-	(91.608)
Saldos em 30 de Junho de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(31.468)	(45.679)	-	11.435.011

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido
Em milhares de reais

Consolidada:

	Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	61.400	-	194.023	11.042.326	786.809	11.829.135
Ajustes exercícios anteriores						5.412	(342.952)		(337.540)	(45.202)	(382.742)
Saldos em 01 de Janeiro de 2012 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	66.812	(342.952)	194.023	10.704.786	741.607	11.446.393
Aprovação de dividendos propostos								(194.023)	(194.023)		(194.023)
Lucro líquido do período							597.981		597.981	113.575	711.556
Resultado abrangente de investidas						52.137			52.137	7.066	59.203
Destinações:											
Juros sobre capital próprio							(135.878)		(135.878)		(135.878)
Dividendos adicionais							-	-	-	(115.604)	(115.604)
Saldos em 30 de Junho de 2012	4.739.025	2.288	493.683	-	5.551.907	118.949	119.151	-	11.025.003	746.644	11.771.647

	Atribuível aos acionistas controladores										
			Reservas de lucros								
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízo acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	6.451	-	14.598	11.533.207	837.077	12.370.284
Ajustes exercícios anteriores						(69.728)	(491.931)		(561.659)	(71.011)	(632.670)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(63.277)	(491.931)	14.598	10.971.548	766.066	11.737.614
Aprovação de dividendos propostos								(14.598)	(14.598)		(14.598)
Lucro líquido do período							537.860		537.860	100.926	638.786
Resultado abrangente de investidas						31.809			31.809	796	32.605
Destinações:											
Juros sobre capital próprio							(91.608)		(91.608)		(91.608)
Dividendos adicionais							-	-	-	(36.221)	(36.221)
Saldos em 30 de Junho de 2013	4.739.025	2.288	556.907	61.400	6.152.538	(31.468)	(45.679)	-	11.435.011	831.567	12.266.578

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	30/06/12 Reclassificado	30/06/13	30/06/12 Reclassificado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	536.917	597.158	803.970	826.295
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Depreciação e amortização	1.581	1.611	311.330	266.439
Equivalência patrimonial	(547.013)	(512.639)	(478)	(10.370)
Amortização de ágio, líquida	44.838	48.891	45.420	49.473
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	3.020	(4.484)	284.552	163.580
Valor justo do ativo financeiro da concessão	-	-	(27.909)	21.430
Valor residual do ativo intangível / imobilizado baixado	404	6.584	21.951	136.497
Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	-	2.880	53.353	27.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	45.402	257.222
Outras provisões	-	-	-	70
	39.747	140.001	1.537.591	1.738.177
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS				
Contas a receber de clientes e outros	-	-	254.696	(278.521)
IR e CSLL a Recuperar	25.350	(2.275)	(60.160)	(124.034)
Impostos e contribuições a recuperar	1	-	(7.353)	4.485
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio	141.359	198.618	500	312
Estoques	-	-	2.868	(45)
Recursos CDE	-	-	(90.225)	-
Depósitos judiciais	(2.753)	-	(20.147)	(28.430)
Despesas pagas antecipadamente	-	-	(16.736)	180
Entidade de previdência privada	-	-	4.818	(3.865)
Partes relacionadas	433	2.555	9.066	30.381
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	-	907
Outros ativos	(148.628)	(105)	(230.838)	(97.787)
	15.762	198.793	(153.511)	(496.417)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS				
Fornecedores	(308)	(437)	231.624	345.391
Salários e encargos a pagar	12	230	(5.961)	15.676
Encargos de dívidas e swap pagos	(229)	-	(226.226)	(12.948)
Taxas regulamentares	-	-	(40.431)	32.946
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(10.333)	(6.836)	(142.060)	(119.689)
Impostos e Contribuições a recolher, exceto IR e CSLL	(22.651)	(5.904)	36.753	75.691
Partes relacionadas	(46)	(716)	(7.100)	-
Indenizações/contingências pagas	-	-	(32.412)	(25.807)
Entidade de previdência privada	-	-	2.820	(11.831)
Outros passivos	6	(1)	78.457	(38.080)
	(33.549)	(13.664)	(104.536)	261.349
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	21.960	325.130	1.279.544	1.503.109

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa (continuação)
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	30/06/12 Reclassificado	30/06/13	30/06/12 Reclassificado
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO				
Integralização de capital em investidas	(353.379)	(196.601)	(329.780)	(198.506)
Aquisição de investimentos	-	-	(196)	(30.269)
Alienação de bens do ativo permanente	199.994	-	199.994	-
Aquisição de imobilizado	(374)	(102)	(45.837)	(54.046)
Aquisição de intangível	(245)	(2.821)	(770.463)	(700.503)
Concessão serviço público (ativo financeiro)	-	-	(16.695)	(201)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	-	(519.517)	(268.941)	(1.047.677)
Resgate de títulos e valores mobiliários	55.884	-	329.404	502.520
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(98.120)	(719.041)	(902.514)	(1.528.682)
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO				
Aumento(Redução) de capital	-	-	(723)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	205.484	284.696
Captação de debêntures	-	-	96.203	-
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(493)	(514)	(434.500)	(357.758)
Amortização do principal de debêntures	-	-	(261.020)	(198.427)
Obrigações vinculadas	-	-	51.575	5.169
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(204.668)	(411.270)	(277.497)	(510.796)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(205.161)	(411.784)	(620.478)	(777.116)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(281.321)	(805.695)	(243.448)	(802.689)
Caixa e equivalentes no início do exercício	2.803.859	3.150.422	3.770.684	4.056.023
Caixa e equivalentes no final do exercício	2.522.538	2.344.727	3.527.236	3.253.334
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	(281.321)	(805.695)	(243.448)	(802.689)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

NEOENERGIA S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Períodos findos em 30 de junho
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012 (Reclassificado)	30/06/2013	30/06/2012 (Reclassificado)
Receitas				
Vendas de energia, serviços e outros	1.907	1.681	7.293.715	7.624.561
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(91.309)	(297.121)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos	(54.001)	-	(51.436)	(8.425)
	(52.094)	1.681	7.150.970	7.319.015
Insumos adquiridos de terceiros				
Energia elétrica comprada para revenda	-	-	(2.390.718)	(2.116.086)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	-	-	(159.788)	(310.949)
Matérias-primas consumidas	-	-	(139.299)	(108.202)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(3.523)	(3.938)	(1.314.893)	(1.190.623)
	(3.523)	(3.938)	(4.004.698)	(3.725.860)
Valor adicionado bruto	(55.618)	(2.257)	3.146.272	3.593.155
Depreciação e amortização	(46.419)	(50.502)	(356.750)	(340.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(102.037)	(52.759)	2.789.522	3.252.681
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	100.324	143.537	467.732	413.388
Resultado de equivalência patrimonial	547.013	512.639	478	10.370
	647.338	656.176	468.210	423.758
Valor adicionado total a distribuir	545.301	603.417	3.257.732	3.676.439
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remunerações	(52)	(55)	140.650	132.555
Encargos sociais (exceto INSS)	9	16	33.841	30.450
Entidade de previdência privada	36	110	13.580	10.524
Auxílio alimentação	4	51	16.363	14.578
Convênio assistencial e outros benefícios	-	98	7.102	5.764
Incentivo à aposentadoria e demissão voluntária	-	-	11.253	15.480
Provisão para férias e 13º salário	19	16	32.865	31.222
Plano de saúde	22	-	13.600	10.969
Indenizações trabalhistas	-	-	5.178	3.263
Participação nos resultado	-	-	25.232	20.486
Administradores	2.741	1.656	5.928	5.300
Encerramento de ordem em curso	-	-	1.554	979
(-) Transferência para ordens	-	-	(64.984)	(73.386)
	3.460	2.060	242.712	208.306
. Governo				
INSS (sobre folha de pagamento)	236	370	36.032	34.002
ICMS	-	-	1.218.648	1.314.076
PIS/COFINS sobre faturamento	205	155	315.209	431.796
Imposto de renda e contribuição social	(943)	(823)	165.184	115.323
Obrigações intra-setoriais	-	-	103.020	347.759
Outros	216	43	10.846	9.667
	(287)	(255)	1.848.939	2.252.623
. Financiamentos				
Juros e variações cambiais	4.193	3.545	515.518	493.124
Aluguéis	75	86	6.978	6.534
Outros	-	-	4.799	4.296
	4.268	3.631	527.295	503.954
. Acionistas				
Juros sobre capital próprio	-	135.878	91.608	135.878
Lucros acumulados não destinados	537.860	462.103	446.252	462.103
Participação dos não controladores	-	-	100.926	113.575
	537.860	597.981	638.786	711.556
Valor adicionado distribuído	545.301	603.417	3.257.732	3.676.439

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis intermediárias.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A NEOENERGIA S.A. ("NEOENERGIA" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída com o objetivo principal de atuar como holding, participando no capital de outras sociedades dedicadas primariamente às atividades de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica.

A sede da Companhia está localizada na Praia do Flamengo, 78 - 3º andar - Flamengo - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia possui participações diretas e indiretas nas seguintes controladas, empresas com controle conjunto e em coligadas. Segue relação de participações segregadas por atividade de negócio:

		Percentual da Participação (%)			
		30/06/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Ref	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO					
COELBA		87,84	-	87,84	-
CELPE		89,65	-	89,65	-
COSERN		84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO					
AFLUENTE GERAÇÃO		87,84	-	87,84	-
BAGUARI I		99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA		51,00	-	51,00	-
GERAÇÃO CIII		99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGÉTICA CORUMBA III	(e)	-	15,58	-	15,58
GOIÁS SUL		99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI		42,00	-	42,00	-
RIO PCH I		70,00	-	75,00	-
TERMOAÇU		23,13	-	23,13	-
TERMOPERNAMBUCO		99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	99,99	0,01	99,99	0,01
NORTE ENERGIA	(a)	-	10,00	-	10,00
TELES PIRES ENERGIA EFICIENTE	(f)	-	50,10	50,10	-
ENERGYWORKS		99,99	0,01	-	-
CAPUAVA	(d)	-	100,00	-	-
CALANGO I	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO II	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO III	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO IV	(a)	-	50,00	50,00	-
CALANGO V	(a)	-	50,00	50,00	-
MEL II	(a)	-	50,00	50,00	-
ARIZONA I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ I	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ II	(a)	-	50,00	50,00	-
CAETITÉ III	(a)	-	50,00	50,00	-
TRANSMISSÃO					
AFLUENTE TRANSMISSÃO		87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA		99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO					
NC ENERGIA		100,00	-	100,00	-
OUTROS					
NEOINVEST		99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	(b)	90,65	9,35	1,00	99,00
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(c)	99,00	1,00	-	-
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(c)	50,55	-	100,00	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(c)	50,00	-	50,00	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(c)	-	50,00	-	-

(a) Empresas constituídas para construção de novos empreendimentos em geração ou transmissão, os quais se encontram em fase pré-operacional.

(b) Participação através da NC Energia. Vide nota explicativa nº 17.

(c) Empresas de propósito específico para participação em empresas de geração. Vide nota explicativa nº 17.

	Percentual da Participação (%)			
	30/06/13		31/12/12	
Sociedades de Propósito Específico ("SPEs")	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Garter Properties INC.	100,00	-	100,00	-
BB Polo 28 Fundo de Investimento Renda Fixa	100,00	-	100,00	-
Bradesco Fundo de Investimento Referenciado DI Recife	100,00	-	100,00	-
Salvador Renda Fixa Fundo de Investimento	100,00	-	100,00	-
Fundo de Investimento CAIXA Natal Renda Fixa Longo Prazo	100,00	-	100,00	-

2. CONCESSÕES

A Companhia possui o direito de explorar, indiretamente, as seguintes concessões, autorizações/permissões de distribuição, comercialização, transmissão e de geração de energia:

Distribuição	Número de Municípios	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
COELBA	415	Estado da Bahia	08/08/97	07/08/27
CELPE	184	Estado de Pernambuco	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Distrito de Fernando de Noronha	30/03/00	30/03/30
CELPE	1	Estado da Paraíba	30/03/00	30/03/30
COSERN	167	Estado do Rio Grande do Norte	31/12/97	30/12/27

Transmissão	Localidade	Data de Concessão	Data de Vencimento
SPE SE Narandiba S.A. (SE Narandiba)	Estado da Bahia	28/01/09	28/01/39
SPE SE Narandiba S.A. (SE Extremoz)	Estado do Rio Grande do Norte	10/05/12	10/05/42
SPE SE Narandiba S.A. (SE Brumado)	Estado da Bahia	27/08/12	28/08/42

Comercialização	Localidade	Data de Autorização
NC ENERGIA	Rio de Janeiro	16/08/2000

Geração em Operação	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (MWmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão Autorização	Data de Vencimento
AFLUENTE							
Alto Fêmeas I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - São Desidério - BA	10,6 MW	9,0 MW	9,0 MW	06/08/97	08/08/27
Presidente Goulart	Hidrelétrica - PCH	Rio Correntina - BA	8 MW	7,22 MW	8,0 MW	08/08/97	07/08/27
ITAPEBI	Hidrelétrica - UHE	Rio Jequitinhonha - BA	462 MW	214,3 MW	214,3 MW	28/05/99	27/05/34
TERMOPERNAMBUCO	Termelétrica - UTE	Complexo Portuário do Suape - PE	532,721 MW	504,12 MW	455 MW	18/12/00	17/12/30
CELPE							
Fernando de Noronha	Térmica a diesel	Distrito de Fernando de Noronha - PE	4,08 MW		1,6 MW	21/12/89	21/12/19
TERMOAÇU	Termelétrica - UTE	Alto do Rodrigues - RN	368 MW	331 MW	266 MW	09/07/01	08/07/31
RIO PCH I							
Pedra do Garrafão	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	19 MW	11,91 MW	11 MW	18/12/02	17/12/32
Pirapetinga	Hidrelétrica - PCH	Rio Itabapoana - RJ	20 MW	12,71 MW	11 MW	18/02/02	17/12/32
GOIAS SUL							
Nova Aurora	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	21 MW	12,37 MW	12 MW	18/02/04	17/04/34
Goiandira	Hidrelétrica - PCH	Rio Veríssimo - GO	27 MW	17,09 MW	16 MW	18/12/02	17/12/32
BAGUARI I	Hidrelétrica - UHE	Rio Doce - MG	140 MW	80 MW	39,27 MW	15/08/06	14/08/41
GERAÇÃO CIII							
Corumbá III	Hidrelétrica - UHE	Rio Corumbá - GO	96,4 MW	50,9 MW	30,54 MW	07/11/01	06/11/36
BAHIA PCH I	Hidrelétrica - PCH	Rio das Fêmeas - BA	25 MW	19,6 MW	19 MW	10/12/99	09/12/29
DARDANELOS	Hidrelétrica - UHE	Rio Aripuanã - MT	261 MW	154,9 MW	147 MW	03/07/07	02/07/42
ENERGYWORKS							
Kaiser Jacareí	Termelétrica - UTE	Av. Pres.Humberto de Alencar - SP	10,4 MW (*)	7,9 MW	7,9 MW	1998	2028
Kaiser Pacatuba	Termelétrica - UTE	Rodoviária Ceará - CE	5,6 MW (*)	2,9 MW	2,9 MW	1998	-
Corn Mogi	Termelétrica - UTE	Rua Paula Bueno - SP	34,9 MW (*)	30,0 MW	30,0 MW	2003	2031
Corn Balsa	Termelétrica - UTE	Rua Francisco Manuel da Cruz - PR	10,7 MW (*)	8,7 MW	8,7 MW	2002	2031
Brahma Rio	Termelétrica - UTE	Antiga estrada Rio São Paulo - RJ	14,7 MW (*)	11,6 MW	11,6 MW	1999	2028

Geração em Construção	Tipo de Usina	Localidade	Capacidade Instalada (MW)	Energia Assegurada (Mwmed)	Energia Contratada (Mwmed)	Data da Concessão/Autorização	Data de Vencimento
BAIXO IGUAÇU	Hidrelétrica - UHE	Rio Iguaçu - PR	350 MW	172,8 MW	121 MW	-	-
Belo Monte	Hidrelétrica - UHE	Rio Xingu - PA	11.233 MW	4.571 MW	3459,95 MW	26/08/10	26/08/45
TELES PIRES	Hidrelétrica - UHE	Rio Teles Pires - MT	1.819,8 MW	915,4 MW	778,1 MW	07/06/11	06/06/46
PARQUES EÓLICOS							
Arizona 01	Eólica	Rio do Fogo - RN	28 MW	12,9 MW	-	03/03/11	03/03/46
Mel 2	Eólica	Areia Branca - RN	20 MW	9,8 MW	-	24/02/11	24/02/46
Caetité 1	Eólica	Caetité - BA	30 MW	13,3 MW	-	16/10/12	16/10/47
Caetité 2	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	04/02/11	04/02/46
Caetité 3	Eólica	Caetité - BA	30 MW	11,2 MW	-	23/02/11	23/02/46
Calango 1	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,9 MW	-	26/04/11	26/04/46
Calango 2	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	11,9 MW	-	06/05/11	06/05/46
Calango 3	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,0 MW	-	26/05/11	26/05/46
Calango 4	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	12,8 MW	-	18/05/11	18/05/46
Calango 5	Eólica	Bodó,Santana do Matos, Lagoa Nova - RN	30 MW	13,7 MW	-	01/06/11	01/06/46

(*) Cogeradoras que garantem o fornecimento em contratos bilaterais.

3. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

A demonstração contábil intermediária individual da Companhia relativa aos três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, e que diferem das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empresas com controle em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

A demonstração contábil intermediária consolidada da Companhia relativa aos três e seis meses findos em 30 de junho de 2013 foi elaborada e está apresentada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Adicionalmente informamos que essas demonstrações contábeis intermediárias foram elaboradas sem a reinserção de algumas notas explicativas, que já foram divulgadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Entretanto, todas as alterações relevantes ocorridas nesse período estão indicadas. Acrescentamos também que algumas informações da Controladora foram suprimidas, pois na opinião da administração, os dados consolidados são mais esclarecedores para evidenciação da situação patrimonial da Companhia. Dessa forma, essas informações devem ser lidas conjuntamente com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração da demonstração contábil intermediária em 12 de agosto de 2013 as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

4. PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas e as metodologias de cálculo na preparação das demonstrações contábeis intermediárias consolidadas e individuais são as mesmas descritas na nota explicativa nº 03 das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, exceto pela adoção do CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados e CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto que estão demonstradas na nota 7.

5. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data dessas informações intermediárias, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro são as mesmas já apontadas levantadas na demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. São elas as seguintes:

- Bifurcação dos Bens da Concessão do Serviço Público – Ativo Financeiro Indenizável e Ativo Intangível;
- Contratos de Construção;
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros;
- Provisões para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas;
- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Benefícios pós-emprego.

Os detalhamentos dos itens enumerados acima podem ser encontrados na nota explicativa nº 5 da demonstração financeira do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

6. PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

A demonstração contábil intermediária consolidada foi preparada de acordo com as praticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e é composta pelas informações trimestrais da Neoenergia e de todas as suas investidas controladas abaixo relacionadas:

	Percentual da Participação (%)			
	30/06/13		31/12/12	
Empresas Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
DISTRIBUIÇÃO				
COELBA	87,84	-	87,84	-
CELPE	89,65	-	89,65	-
COSERN	84,47	-	84,45	-
GERAÇÃO				
AFLUENTE GERAÇÃO	87,84	-	87,84	-
BAGUARI I	99,99	0,01	99,99	0,01
BAHIA PCH I	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CIII	99,99	0,01	99,99	0,01
GOIÁS SUL	99,99	0,01	99,99	0,01
ITAPEBI	42,00	-	42,00	-
RIO PCH I	70,00	-	75,00	-
TERMOPERNAMBUCO	99,99	0,01	99,99	0,01
GERAÇÃO CÉU AZUL	99,99	0,01	99,99	0,01
ENERGYWORKS	99,99	0,01	99,99	0,01
CAPUAVA	-	100,00	-	100,00
TRANSMISSÃO				
AFLUENTE TRANSMISSÃO	87,84	-	87,84	-
SE NARANDIBA	99,99	0,01	99,99	0,01
COMERCIALIZAÇÃO				
NC ENERGIA	100,00	-	100,00	-
OUTROS				
NEOINVEST	99,99	0,01	99,99	0,01
NEOSERVIÇOS	90,65	9,35	90,65	9,35
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	99,00	1,00	99,00	1,00
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	50,55	-	50,55	-

Nesse trimestre não houve alteração significativas na participação da Neoenergia em suas investidas diretas ou indiretas.

A Companhia alterou seus procedimentos em conformidade com a Deliberação CVM nº 694 de 2012, que determinou a aplicação do CPC 19 (R2) – Negócios em Conjunto para o exercício iniciados a partir de 01 de janeiro de 2013. O normativo prevê que os empreendimentos com controle conjunto devem ser avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais consolidadas proporcionalmente. Essa mudança acarretou alterações nas demonstrações contábeis intermediárias originalmente apresentadas do primeiro semestre de 2012. Esses ajustes estão demonstrados na nota explicativa nº 7.

Os critérios contábeis adotados na apuração das informações das controladas foram aplicados uniformemente. As principais práticas de consolidação adotadas foram:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas;
- Destaque aos acionistas não controladores nos balanços patrimoniais e nas demonstrações dos resultados.

Para fins de apresentação da demonstração contábil intermediária consolidada, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos, o qual é atribuído à concessão, foi classificado no ativo intangível. Adicionalmente, houve a reclassificação dos gastos auferidos e capitalizados na controladora para realização de projetos de suas controladas, principalmente de térmicas já em operação. Esses gastos no consolidado foram alocados juntamente aos ativos atribuíveis construídos, considerados no imobilizado.

7. REAPRESENTAÇÃO DAS CIFRAS COMPARATIVAS

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais consolidados e individual de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício consolidado e individual, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de seis e três meses findos em 30 de junho de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

(a) Aplicação retrospectiva do CPC 19 (R2) / IFRS 11 – Negócios em conjunto, aprovada pela Deliberação CVM nº 694 de 2012, com implementação obrigatória para as demonstrações divulgadas a partir de 1 de janeiro de 2013.

As empresas enquadradas como empresas de controle conjunto não serão mais consolidadas proporcionalmente. Elas serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(b) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes ocorreram nas controladas patrocinadoras de planos de benefício a empregados com reflexos no consolidado. Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

(c) Correção de erro nas controladas de distribuição na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, as Controladas de distribuição do Grupo realizaram uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente.

Em decorrência dessa revisão as Controladas procederam aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

(d) A Companhia e suas controladas alteraram, em 2012, a forma de interpretação e da contabilização de gastos em estudos e projetos. Desta forma, elas estão demonstrando estes reflexos nestas informações contábeis intermediárias e ajustando os saldos de 31 de dezembro de 2012 e 2011 para as bases comparativas.

(e) Reclassificações

A seguir as principais reclassificações:

- Reclassificação dos créditos a receber referentes ao Subsídio Baixa Renda do grupo de Outros ativos circulantes para Contas a Receber e Encargos de Capacidade Emergencial e Aquisição de Energia Elétrica de Contas a Receber para Outros Ativos Circulantes;

- Apresentação da dívida líquida das garantias vinculadas;

- Os Impostos diferidos representam as diferenças temporárias determinadas pela comparação entre os valores contábeis de ativos e passivos, conforme orientação CPC 32;

- Reclassificação dos Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional do grupo de Outros passivos circulantes para Taxas regulamentares.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de junho e 31 de dezembro de 2012:

NEOENERGIA S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis intermediárias
30 de junho de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. Balanço Patrimonial Consolidado de 01 de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2012

ATIVO	01/01/2012	(a) CPC 19 (R2)	(b) CPC 33 (R1)	(c) Revisão Tarifária	(d) Outros Ajustes	(e) Reclassificações para melhor apresentação	01/01/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4.255.486	(34.962)	-	-	-	(181.178)	4.039.346
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.078.466	(19.593)	-	-	-	13.794	2.072.667
Títulos e valores mobiliários	177.470	(180.685)	-	-	-	160.737	157.522
Impostos e Contribuições a recuperar	365.262	(3.210)	-	-	12	2.612	364.676
Estoques	22.927	(2.920)	-	-	-	-	20.007
Despesas pagas antecipadamente	30.580	(1.380)	-	-	-	(5.905)	23.295
Entidade de previdência privada	6.555	-	-	-	-	-	6.555
Serviços em curso	156.008	-	-	-	-	(89.788)	66.220
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	27.064	-	-	-	-	4.485	31.549
Outros ativos circulantes	105.515	(932)	-	-	1	(26.959)	77.625
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.225.333**	**(243.682)**	**-**	**-**	**13**	**(122.202)**	**6.859.462**
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	907.912	-	-	-	3.136	-	911.048
Títulos e valores mobiliários	139.142	-	-	-	-	(130.469)	8.673
Impostos e contribuições a recuperar	89.227	(51)	-	-	-	-	89.176
Partes relacionadas	39.192	9.681	-	-	-	3.319	52.192
Dividendos a receber	-	9.657	-	-	-	-	9.657
Impostos e contribuições sociais diferidos	335.265	(1.723)	(3.080)	68.627	483	353.826	753.398
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	546.207	-	-	-	-	(546.207)	-
Fundos vinculados	55.055	-	-	-	-	(55.055)	-
Depósitos judiciais	302.243	(562)	-	-	-	(3.043)	298.638
Entidade de previdência privada	37.596	-	(4.274)	-	-	-	33.322
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	1.097.347	-	-	(339.799)	-	48.196	805.744
Outros ativos não circulantes	25.744	-	-	-	-	-	25.744
Investimentos	163.873	535.882	-	-	-	-	699.755
Investimentos em coligadas e controladas	136.081	544.862	-	-	-	-	680.943
Outros investimentos	27.792	(8.980)	-	-	-	-	18.812
Imobilizado	3.780.995	(1.142.679)	-	-	10.201	2.534	2.651.051
Intangível	6.889.613	(72.127)	-	(100.925)	(12.709)	(32.047)	6.671.805
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**14.409.411**	**(661.922)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.111**	**(358.946)**	**13.010.203**
ATIVO TOTAL	**21.634.744**	**(905.604)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.124**	**(481.148)**	**19.869.665**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2012	CPC 19 (R2)	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Outros Ajustes	Reclassificações para melhor apresentação	01/01/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	798.956	(48.233)	-	-	17.139	9.931	777.793
Empréstimos e financiamentos	812.252	(193.970)	-	-	-	(173)	618.109
Debêntures	433.525	7.693	-	-	-	-	441.218
Salários e encargos a pagar	65.496	(247)	-	-	-	(57)	65.192
Taxas regulamentares	172.486	(1.346)	-	-	-	(63.356)	107.784
Impostos e contribuições a recolher	432.606	(4.414)	-	-	610	(89.965)	338.837
Dividendos e juros sobre capital próprio	157.954	(9.191)	-	-	-	(86)	148.677
Provisões	46.240	-	-	-	(13)	-	46.227
Entidade de previdência privada	15.233	-	-	-	-	-	15.233
Partes relacionadas	3.276	460	-	-	-	-	3.736
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	3.045	(1.347)	-	-	-	1.949	3.647
Outros passivos circulantes	256.917	(1.241)	-	-	-	(827)	254.849
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.197.986**	**(251.836)**	**-**	**-**	**17.736**	**(142.584)**	**2.821.302**
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	61.159	-	-	-	-	-	61.159
Empréstimos e financiamentos	4.315.250	(453.996)	-	-	-	(205.539)	3.655.715
Debêntures	1.199.164	-	-	-	-	-	1.199.164
Taxas regulamentares	102.654	-	-	-	-	(24.652)	78.002
Impostos e contribuições a recolher	10.458	-	-	-	-	-	10.458
Impostos e contribuições sociais diferidos	193.094	-	-	-	-	(193.094)	-
Provisões	186.499	-	-	-	13	85.778	272.290
Entidade de previdência privada	281.188	(8)	(13.334)	-	-	-	267.846
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	67.246	(45.915)	-	-	-	(1.057)	20.274
Outros passivos não circulantes	37.062	-	-	-	-	-	37.062
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**6.453.774**	**(499.919)**	**(13.334)**	**-**	**13**	**(338.564)**	**5.601.970**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.739.025	-	-	-	-	-	4.739.025
Reservas de capital	2.288	-	-	-	-	-	2.288
Reservas de lucro	6.045.590	-	-	-	-	-	6.045.590
Outros resultados abrangentes	61.400	-	5.412	-	-	-	66.812
Proposta de distribuição de dividendos adicional	194.023	-	-	-	-	-	194.023
Lucro/Prejuízo acumulado	-	-	-	(326.327)	(16.625)	-	(342.952)
Total do patrimônio líquido Controlador	**11.042.326**	**-**	**5.412**	**(326.327)**	**(16.625)**	**-**	**10.704.786**
Participação dos não controladores	940.658	(153.849)	568	(45.770)	-	-	741.607
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**21.634.744**	**(905.604)**	**(7.354)**	**(372.097)**	**1.124**	**(481.148)**	**19.869.665**

ATIVO	31/12/2012	(a) CPC 19 (R2)	(b) CPC 33 (R1)	(c) Revisão Tarifária	(d) Outros Ajustes	(e) Reclassificações para melhor apresentação	31/12/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	4.261.877	(493.157)	-	-	1.964	-	3.770.684
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	2.079.092	(22.708)	-	-	-	-	2.056.384
Títulos e valores mobiliários	186.112	(4.049)	-	-	-	-	182.063
Impostos e Contribuições a recuperar	461.470	(8.945)	-	-	(6.941)	-	445.584
Estoques	27.620	(2.972)	-	-	-	-	24.648
Despesas pagas antecipadamente	15.155	(1.396)	-	-	(1.452)	-	12.307
Entidade de previdência privada	10.351	-	-	-	-	-	10.351
Serviços em curso	68.071	-	-	-	-	-	68.071
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	34.699	-	-	-	-	-	34.699
Outros ativos circulantes	109.014	(905)	-	-	1	(3.981)	104.129
TOTAL DO CIRCULANTE	**7.253.461**	**(534.132)**	**-**	**-**	**(6.428)**	**(3.981)**	**6.708.920**
NÃO CIRCULANTE							
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	579.061	-	-	-	-	3.234	582.295
Títulos e valores mobiliários	40.298	(7.982)	-	-	-	-	32.316
Impostos e contribuições a recuperar	114.892	(6.673)	-	-	-	-	108.219
Partes relacionadas	3.471	46	-	-	(2.320)	5.493	6.690
Dividendos a receber	-	564	-	-	-	-	564
Impostos e contribuições sociais diferidos	651.209	1	25.191	109.050	-	-	785.451
Depósitos judiciais	378.620	(562)	-	-	-	4.312	382.370
Entidade de previdência privada	28.821	-	(9.744)	-	-	-	19.077
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	2.580.049	(1)	-	(498.382)	-	-	2.081.666
Outros ativos não circulantes	22.427	(7)	-	-	-	-	22.420
Investimentos	322.350	771.436	-	-	(26.019)	(1.427)	1.066.340
Investimentos em coligadas e controladas	295.384	779.069	-	-	(26.019)	(1.427)	1.047.007
Outros investimentos	26.966	(7.633)	-	-	-	-	19.333
Imobilizado	4.554.709	(1.885.159)	-	-	(7.764)	14.290	2.676.076
Intangível	6.824.999	(85.545)	-	(141.893)	(13.073)	(3.233)	6.581.255
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**16.100.906**	**(1.213.882)**	**15.447**	**(531.225)**	**(49.176)**	**22.669**	**14.344.739**
ATIVO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**15.447**	**(531.225)**	**(55.604)**	**18.688**	**21.053.659**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	CPC 19 (R2)	CPC 33 (R1)	Revisão Tarifária	Outros Ajustes	Reclassificações para melhor apresentação	31/12/2012
	(Divulgado)						(Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	1.097.359	(89.779)	-	-	(819)	43.567	1.050.328
Empréstimos e financiamentos	718.867	(38.683)	-	-	-	-	680.184
Debêntures	436.551	-	-	-	-	-	436.551
Salários e encargos a pagar	93.864	(789)	-	-	-	-	93.075
Taxas regulamentares	129.479	(2.137)	-	-	-	(29.661)	97.681
Impostos e contribuições a recolher	415.144	(22.673)	-	-	(157)	-	392.314
Dividendos e juros sobre capital próprio	190.662	(4)	-	-	-	(706)	189.952
Provisões	65.700	(2)	-	-	(874)	-	64.824
Entidade de previdência privada	16.313	(15)	-	-	-	-	16.298
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	1.077	1.077
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	4.249	(1.275)	-	-	-	-	2.974
Outros passivos circulantes	284.976	(1.748)	-	-	-	(11.186)	272.042
TOTAL DO CIRCULANTE	**3.453.164**	**(157.105)**	**-**	**-**	**(1.850)**	**3.091**	**3.297.300**
NÃO CIRCULANTE							
Fornecedores	66.435	-	-	-	-	(2.719)	63.716
Empréstimos e financiamentos	5.340.773	(1.007.345)	-	-	-	-	4.333.428
Debêntures	1.127.338	(342.612)	-	-	-	-	784.726
Taxas regulamentares	53.129	-	-	-	-	-	53.129
Impostos e contribuições a recolher	10.219	-	-	-	-	-	10.219
Impostos e contribuições sociais diferidos	6.537	-	-	-	(1.208)	-	5.329
Provisões	308.449	-	-	-	-	18.315	326.764
Entidade de previdência privada	284.789	(27)	64.347	-	-	-	349.109
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	72.497	(51.103)	-	-	-	-	21.394
Outros passivos não circulantes	70.931	-	-	-	-	1	70.932
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	**7.341.097**	**(1.401.087)**	**64.347**	**-**	**(1.208)**	**15.597**	**6.018.746**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	4.739.025	-	-	-	-	-	4.739.025
Reservas de capital	2.288	-	-	-	-	-	2.288
Reservas de lucro	6.782.490	(11.646)	-	-	-	-	6.770.844
Outros resultados abrangentes	6.451	1	(43.710)	-	(26.019)	-	(63.277)
Proposta de distribuição de dividendos adicional	14.598	-	-	-	-	-	14.598
Lucro/Prejuízo acumulado	-	1	-	(465.405)	(26.527)	-	(491.931)
Total do patrimônio líquido Controlador	**11.544.852**	**(11.644)**	**(43.710)**	**(465.405)**	**(52.546)**	**-**	**10.971.547**
Participação dos não controladores	1.015.254	(178.178)	(5.190)	(65.820)	-	-	766.066
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	**23.354.367**	**(1.748.014)**	**15.447**	**(531.225)**	**(55.604)**	**18.688**	**21.053.659**

(d.1) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores na NEOINVEST, relacionados à retificação de lançamentos referentes, principalmente, a capitalização de gastos com estudos e projetos e impostos diferidos, no montante de R$ (17.120).

(d.2) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores da TERMOAÇU, relacionados à retificação de equivalência patrimonial pela redução do investimento pela perda de participação relativa decorrente de diluição, não reconhecida em exercícios anteriores no valor de R$ (26.018).

(d.3) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores na BAGUARI, relacionados à retificação de lançamentos referentes, principalmente, pela retificação de gastos ambientais no montante de R$ 1.642, dos quais R$ 842 se referem a 2011 e R$ 800 a exercícios anteriores, despesas financeiras no montante de R$ 3.510, retificação da amortização do diferido no valor de R$ 1.655, dos quais R$ 702 se referem ao exercício de 2011 e R$ 953 a exercícios anteriores e retificação do intangível no montante de R$ 1.191, dos quais R$ 65 se referem ao exercício de 2011 e R$ 1.126 a exercícios anteriores e retificação do aditivo ao contrato de empreitada no valor de R$ 17.993.

(d.4) Em 2013, foram identificados ajustes de exercícios anteriores da Geração CIII, relacionados, principalmente, retificação do intangível no montante de R$ 6.560, dos quais R$ 489 se referem ao exercício de 2011, R$ 6.071 a exercícios anteriores e retificação da depreciação de itens do ativo imobilizado no valor de R$ 986 tendo impacto direto em exercícios anteriores e retificação de amortização do intangível no valor de R$ 352 tendo impacto direto no exercício de 2011.

II. Demonstrações do Resultado Consolidado referentes aos períodos de 30 de junho de 2012.

	30/06/2012 (Divulgado)	CPC 19 (R2)	Revisão Tarifária	Reclassificações para melhor apresentação (*)	30/06/2012 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	**5.398.857**	**(81.971)**	-	-	**5.316.886**
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	**(3.729.856)**	**16.628**	**(59.376)**	**135.633**	**(3.636.971)**
LUCRO BRUTO	**1.669.001**	**(65.343)**	**(59.376)**	**135.633**	**1.679.915**
Despesas com vendas	(354.405)	-	-	(135.635)	(490.040)
Despesas gerais e administrativas	(246.670)	6.222	-	-	(240.448)
Resultado de participações societárias	(50.191)	11.670	-	(582)	(39.103)
Equivalência patrimonial	(1.300)	11.670	-	-	10.370
(-) Provisão para desvalorização de investimento	-	-	-	-	-
Amortização de ágio	(48.891)	-	-	(582)	(49.473)
LUCRO OPERACIONAL	**1.017.735**	**(47.451)**	**(59.376)**	**(584)**	**910.324**
Receitas financeiras	438.068	(9.339)	(15.341)	-	413.388
Despesas financeiras	(499.018)	27.331	(25.730)	-	(497.417)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	**956.785**	**(29.459)**	**(100.447)**	**(584)**	**826.295**
Imposto de renda e contribuição social	**(150.068)**	**15.493**	**19.252**	**584**	**(114.739)**
Corrente	(280.307)	16.693	-	-	(263.614)
Diferido	16.302	(1.199)	19.252	-	34.355
Imposto de renda - SUDENE	138.768	(1)	-	-	138.767
Amortização ágio e reversão PMIPL	(24.831)	-	-	**584**	(24.247)
LUCRO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES	**806.717**	**(13.966)**	**(81.195)**	**-**	**711.556**
Participações dos acionistas não controladores	**(138.159)**	**13.966**	**10.618**	**-**	**(113.575)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**668.558**	**-**	**(70.577)**	**-**	**597.981**

(*) Ajuste na transferência por atividade da despesa com PCLD.

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

	Consolidado		
	30/06/12		
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória e CPC 19 (R2)	Reapresentado
Lucro líquido do período (antes dos impostos)	**956.785**	**(130.490)**	**826.295**
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	963.064	(51.182)	911.882
REDUÇÃO (AUMENTO) DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(286.444)	(209.973)	(496.417)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(147.085)	408.434	261.349
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**1.486.320**	**16.789**	**1.503.109**
ATIVIDADE DE INVESTIMENTO			
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(1.719.883)**	**191.201**	**(1.528.682)**
ATIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	**105.590**	**(882.706)**	**(777.116)**
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(127.973)**	**(674.716)**	**(802.689)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	4.074.308	(18.285)	4.056.023
Caixa e equivalentes no final do exercício	3.946.335	(693.001)	3.253.334
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	**(127.973)**	**(674.716)**	**(802.689)**

III. Demonstração do Valor Adicionado Consolidado referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012.

	Demonstração do valor adicionado		
	30/06/12		
	Publicado (Reclassificado*)	Base de Remuneração Regulatória e CPC 19 (R2)	Reapresentado
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR			
Receitas	7.411.979	(92.964)	7.319.015
Insumos adquiridos de terceiros	(3.468.292)	(257.568)	(3.725.860)
Valor adicionado bruto	3.943.687	(350.532)	3.593.155
Depreciação e amortização	(327.681)	(12.793)	(340.474)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.616.006	(363.325)	3.252.681
Valor adicionado recebido em transferência	436.768	(13.010)	423.758
TOTAL VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**4.052.774**	**(376.335)**	**3.676.439**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal	211.887	(3.581)	208.306
Governo	2.528.390	(275.767)	2.252.623
Financiamentos	505.780	(1.826)	503.954
Acionistas	806.717	(95.161)	711.556
TOTAL VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**4.052.774**	**(376.335)**	**3.676.439**

(*) Contempla as reclassificações para melhor apresentação

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
				Reclassificado
Caixa e depósitos bancários à vista	163	73	58.006	63.363
Aplicações financeiras de liquidez imediata:				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	1.976.090	1.197.621	2.007.567	1.242.905
Fundos de investimento	546.285	1.606.165	1.461.663	2.464.416
	2.522.538	2.803.859	3.527.236	3.770.684

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda fixa, títulos públicos, operações compromissadas, debêntures, CDB´s, entre outros. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB´s, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 96,5% a 100,5%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E DEMAIS CONTAS A RECEBER

As contas a receber de clientes e demais contas a receber consolidado estão compostas da seguinte forma:

	Ref.	30/06/13	31/12/12 Reclassificado
Consumidores	(a)	2.634.406	3.013.188
Títulos a receber	(b)	116.675	141.383
Comercialização de energia na CCEE	(c)	59.670	132.045
Disponibilização do sistema de distribuição		31.389	49.884
Serviços prestados a terceiros		19.101	19.090
Serviços taxados e adminstrativos		65.331	66.560
Subvenções	(d)	101.937	103.821
Outros créditos		64.252	73.776
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	(1.006.584)	(961.068)
Total		2.086.177	2.638.679
Circulante		1.592.217	2.056.384
Não circulante		493.960	582.295

(a) Consumidores

	Consolidado						
		Saldos vencidos		Total		PCLD	
	Saldos vincendos	Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/06/13	31/12/12 Reclassificado	30/06/13	31/12/12 Reclassificado
Setor Privado							
Residencial	273.573	183.755	650.455	1.107.783	1.258.094	(703.826)	(678.084)
Industrial	111.639	14.776	98.946	225.361	262.379	(78.866)	(72.837)
Comercial, serviços e outras	190.132	48.455	109.972	348.559	424.401	(66.552)	(68.836)
Rural	46.286	15.464	91.771	153.521	170.088	(46.613)	(45.218)
	621.630	262.450	951.144	1.835.224	2.114.962	(895.857)	(864.975)
Setor Público							
Poder público							
Federal	12.445	1.699	4.244	18.388	21.968	(1.986)	(1.638)
Estadual	154.020	7.180	2.082	163.282	168.650	(1.439)	(1.106)
Municipal	153.687	13.640	28.985	196.312	206.848	(24.482)	(23.770)
	320.152	22.519	35.311	377.982	397.466	(27.907)	(26.514)
Iluminação pública	36.762	8.099	13.896	58.757	67.852	(7.371)	(3.095)
Serviço público	57.822	4.296	17.861	79.979	92.453	(9.435)	(7.783)
Fornecimento não faturado	238.635	(939)	44.768	282.464	340.455	-	-
Consumidores	1.275.001	296.425	1.062.980	2.634.406	3.013.188	(940.570)	(902.367)
Circulante				2.163.925	-	(927.065)	(886.646)
Não circulante				470.481	3.013.188	(13.505)	(15.721)

As contas a receber de consumidores de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se às contas de fornecimento de energia das empresas geradoras e comercializadoras com os diversos agentes de mercado.

	Consolidado						
	Saldos	Vencidos		Total		PCLD	
	vincendos	Até 90 dias	Mais 90 dias	30/06/13	31/12/12 Reclassificado	30/06/13	31/12/12 Reclassificado
Setor público	26	5	24	55	820	(24)	(27)
Setor privado	19.499	78.566	18.555	116.620	140.563	(17.925)	(17.031)
Total	19.525	78.571	18.579	116.675	141.383	(17.949)	(17.058)
Circulante				115.399	46.367	(4.233)	(3.868)
Não circulante				1.276	95.016	(13.716)	(13.190)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado e os valores líquidos da PCLD são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização as Companhias constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenções

O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e nº 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pelas distribuidoras do Grupo e submetidas à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de junho de 2013 é R$ 101.937 (R$ 103.821 em 31 de dezembro de 2012), relativos às subvenções dos meses de fevereiro e março de 2013.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com as normas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica da ANEEL e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, a Administração da Companhia entendeu ser suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, inclusive títulos a receber.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e à base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consolidado			
	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (reclassificado)	(540.985)	(6.567)	(13.032)	(560.584)
Adições	(660.950)	(13.297)	(42.045)	(716.292)
Reversões	216.291	2.806	13.434	232.531
Baixados a reserva	83.277	-	-	83.277
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (reclassificado)	(902.367)	(17.058)	(41.643)	(961.068)
Adições	(130.614)	(2.199)	(6.683)	(139.496)
Reversões	74.272	1.308	261	75.841
Baixados a reserva	18.139	-	-	18.139
Saldos em 30 de junho de 2013	(940.570)	(17.949)	(48.065)	(1.006.584)

Nas Distribuidoras do Grupo duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança das Companhias: as decorrentes das regras comerciais promovidas pela resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; e os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existente para o grupo baixa renda. Antes era considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto declaração, para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada; com a referida lei passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de quase 2 milhões de clientes, desses mais de 770 mil clientes somente na Celpe, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando as Companhias a deixar de receber a respectiva subvenção.

Dentre as empresas, a principal impactada em seu resultado, Celpe, com um o total de clientes de cerca de 3,2 milhões de consumidores, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança, sendo denominado de Conjunto Monitorado, cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro da residencial a maioria possuía perfil de baixo consumo.

A Administração da Companhia Celpe, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma previsto, ele somente deveria durar o tempo necessário para que os lotes fossem devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Logo, não houve nada em 2012 diferente de 2011, que tenha provocado alteração na contabilização, apenas e tão somente a manutenção da mecânica da ação, isto é, aqueles clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia Celpe realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de reparcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

10. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

					Consolidado	
Agente financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/06/13	31/12/12 Reclassificado
Disponíveis para venda						
Banco do Brasil		Fundo de Investimento	(*)	CDI	9.485	-
Banco do Brasil	(b)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	36.831	40.635
Banco Itaú		CDB	diversos	CDI	10	10
Banco Itaú		LFT	fev-13 / mai-14	CDIC	67.958	65.663
Banco Nordeste do Brasil	(c)	LFT	set-17	CDI	-	43.927
Bradesco	(b)	Fundo Recife	(*)	CDI	25.527	11.684
Bradesco	(b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	20.992	1.119
Bradesco		LFT	(*)	CDI	699	16
Bradesco	(a)	CDB	jan-13 / set-13 / abr-14	CDI	2.222	2.184
Bradesco		LFT	mar-13	CDI	11	33
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	jun -13 / jan-13/ fev-14 / fev-17	CDI	5.918	7.374
Caixa Econômica Federal	(c)	CDB	Diversos	CDI	5.732	36.050
Votorantim		CDB	jun-13	CDI	2.572	2.486
Sul América		Título de capitalização	set-13	TR	5	5
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	70	68
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	45	44
Total					178.077	214.379
Circulante					167.657	182.063
Não circulante					10.420	32.316

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado

(a) Constituem garantia suplementar para pagamento de contrato de energia.

(b) Aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo.

(c) Aplicações compostas por papéis com vencimentos no longo prazo e/ou baixa liquidez.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na CETIP e com portabilidade total e imediata.

11. RECURSOS CDE

		Consolidado
	Ref.	30/06/13
Encargo do serviço do sistema	(a)	110.405
Risco hidrológico	(b)	4.596
Frustação de cotas	(c)	29.782
Total		144.783

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoelétricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário. Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

(c) Frustração de cotas

Custo da exposição no mercado de curto prazo em função da frustração dos montantes das cotas, em decorrência da não adesão à renovação de algumas usinas.

12. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

		Controladora		Consolidado	
	Ref.	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Circulante					
Imposto de Renda - IR	(a)	81.614	101.252	230.745	208.160
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	(a)	7.577	2.956	105.114	55.032
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	96.941	114.414
Programa de Integração Social - PIS	(c)	-	-	14.952	13.892
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	(c)	-	-	62.908	34.920
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		-	-	12.931	11.918
IOF		3.851	3.852	3.851	3.852
Imposto sobre Serviços - ISS		-	-	1.742	1.477
Outros		648	648	1.487	1.919
		93.690	108.708	530.671	445.584
Não-Circulante					
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	(b)	-	-	100.663	105.731
Recuperação Fiscal - REFIS	(d)	-	-	2.413	2.413
Outros		-	-	76	75
		-	-	103.152	108.219
Total		93.690	108.708	633.823	553.803

(a) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipado corresponde, principalmente, aos montantes recolhidos quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos, retenção na fonte referente a serviços prestados e saldo negativo do Imposto de Renda – IR e base de cálculo negativa da CSLL.

(b) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) registrado no ativo está composto principalmente por ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP)

decorrente das aquisições de bens destinados à prestação de serviços pela Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº. 102, de 11 de julho de 2000.
(c) A Companhia e suas controladas Coelba, Celpe, Cosern e Itapebi impetraram Mandado de Segurança com pedido de Liminar, em 2004, arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº. 9.718/98 que incluiu na base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas derivadas de operações financeiras. A matéria foi julgada pelo STF resultando na declaração de inconstitucionalidade do alargamento da base de cálculo. Exaurido a fase recursal sem êxito para o Erário Federal, as Companhias obtiveram o direito de reconhecer o referido crédito, e, observando as exigências do CPC 25, procederam o registro contábil do indébito tributário, que será compensado com outros tributos federais após homologação da Receita Federal do Brasil.

(d) Crédito decorrente do pagamento de parcelas adicionais a título de Recuperação Fiscal (REFIS), em virtude da existência de uma diferença entre o valor do débito parcelado consolidado e o declarado pela Coelba, derivado de multas moratórias calculadas sobre o IRPJ, CSLL e FINSOCIAL. A Companhia impetrou Agravo de Instrumento e obteve a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Vide nota explicativa nº. 28 – Provisões.

13. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/06/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(I)	**291.858**	**282.428**
Diferido ativo		306.357	296.122
Diferido passivo		(14.499)	(13.694)
Benefícil fiscal do ágio e reversão PMIPL	(II)	**474.867**	**497.694**
Total		**766.725**	**780.122**
Ativo		774.912	785.451
Passivo		(8.187)	(5.329)

(I) Imposto de renda e contribuição social diferido

A Neoenergia e suas controladas registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculo.

As Companhias do Grupo registraram os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo				Passivo			
	30/06/13		31/12/12		30/06/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de Renda								
Prejuízos fiscais	40.857	10.214	138.233	34.558	-	-	-	-
Diferenças temporárias	988.774	193.501	853.520	163.009	(41.505)	(10.377)	(39.143)	(9.786)
	1.029.631	203.715	991.753	197.567	(41.505)	(10.377)	(39.143)	(9.786)
Contribuição Social								
Base negativa	40.857	3.677	138.233	12.441	-	-	-	
Diferenças temporárias	1.099.630	98.965	956.832	86.114	(45.792)	(4.122)	(43.429)	(3.908)
	1.140.487	102.642	1.095.065	98.555	(45.792)	(4.122)	(43.429)	(3.908)
Total		306.357		296.122		(14.499)		(13.694)

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado			
	30/06/13		31/12/12	
Ativo	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	190.542	190.542	179.475	179.475
Provisão para passivo atuarial	373.925	373.925	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	633	633	1.032	1.032
Provisão desvalorização de ativos financeiros	5.000	5.000	5.000	5.000
Provisão para contingências	272.846	272.846	249.045	249.045
Provisão agente arrecadador	2.099	2.099	2.099	2.099
Provisão PLR	15.045	15.045	26.845	26.845
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	5.355	5.355	5.244	5.244
Pis/Cofins diferidos	94.105	94.105	91.331	91.331
Pesquisa e desenvolvimento	123.773	123.773	123.773	123.773
Prejuízo fiscal	70.202	70.202	60.603	60.603
Incentivo Fiscal Sudene	121.449	-	128.991	-
Ajustes RTT				
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	38.156	38.156	42.763	42.763
Déficit plano previdenciário	134	134	134	134
Ativos e passivos regulatórios	112.861	112.861	43.843	43.843
Custo de captação	-	-	15.576	15.576
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	7.074	7.074
Uso do bem público	25.194	25.194	11.777	11.777
Diferença de amortização de diferido	2.378	2.378	2.537	2.537
Outros ajustes de RTT	52.882	47.322	51.714	46.155
Outros	4.885	4.885	2.955	2.953
Total ativo	1.514.056	1.656.981	1.613.756	1.547.427
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	(1.014)	(1.014)	(470)	(470)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(99.536)	(99.536)	(86.956)	(86.956)
Ajuste da quota anual de amortização	(216.485)	(215.844)	(193.777)	(193.136)
Capitalização/(Amortização) de juros de acordo com o IFRS	(97.473)	(97.473)	(94.923)	(94.923)
Déficit plano previdenciário	(63.106)	(63.106)	(66.112)	(66.112)
Superávit plano previdenciário	(5.571)	(5.571)	(5.952)	(5.952)
Ativos e passivos regulatórios	(125.517)	(125.517)	(89.532)	(89.532)
Custo de captação	(13.911)	(13.911)	(16.588)	(16.588)
Ganho de participação relativa	(7.547)	(7.547)	(9.345)	(9.345)
Uso do bem público	(6.741)	(6.741)	(5.603)	(5.603)
Outros ajustes de RTT	66.679	66.679	56.904	56.904
Outros	(190.442)	(25.728)	(181.796)	(17.082)
Total passivo	(760.664)	(595.309)	(694.150)	(528.795)
Total líquido	**753.392**	**1.061.672**	**919.606**	**1.018.632**

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e apreciados pelo Fiscal da Companhia e de suas controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, aprovado pela Deliberação CVM nº 599, de 2009. Esses valores correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de junho de 2013 e 2012.

		Consolidado			
		30/06/13		30/06/12	
	Ref.	IR	CSLL	IR	CSLL
				(Reclassificado)	
Lucro contábil combinado antes do imposto de renda e contribuição social		803.970	803.970	826.295	826.295
Amortização do ágio e reversão da PMIPL		(22.826)	(22.830)	(24.247)	(24.538)
Ajustes decorrentes do RTT	(a)	68.607	68.606	57.403	57.403
Juros sobre capital próprio		(91.608)	(91.607)	(135.878)	(135.878)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT		758.143	758.139	723.573	723.282
Alíquota do imposto de renda e contribuição social		25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação		189.536	68.233	180.893	65.095
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:					
(+) Adições					
Amortização ágio participação societária		11.355	4.088	12.368	4.453
Juros sobre obras em andamento - JOA		-	22	-	8
Contribuições e doações		60	21	104	39
Multas indedutíveis		53	20	1.523	549
Depreciação veículos executivos		120	42	148	54
Excesso despesas previdenciárias		2.123	764	1.591	573
Efeito regime lucro presumido		-	-	11	4
Participação no resultado		148	53	-	-
Outras adições		6.988	2.254	2.659	833
		20.847	7.264	18.404	6.513
(-) Exclusões					
Equivalência patrimonial		(120)	(43)	(2.593)	(933)
Reversão da provisão do ágio		(6.673)	(2.403)	(7.354)	(2.647)
Reversão da PMIPL		(4.407)	(1.587)	(4.421)	(1.591)
Incentivo fiscal SUDENE		(115.229)	-	(138.767)	-
Incentivos audiovisual/Rouanet e PAT		(2.078)	-	(2.128)	-
Efeito regime lucro presumido		(3.769)	(1.089)	(8.269)	(2.617)
Outras exclusões		(28.143)	(10.212)	20.399	8.068
		(160.419)	(15.334)	(143.133)	280
Imposto de renda e contribuição social no período		49.964	60.163	56.164	71.888
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)		39.710	14.292	(26.110)	(9.316)
Diferido de diferença temporária de RTT		(15.510)	(6.263)	3.196	(5.330)
Imposto de renda e contribuição social no resultado		74.164	68.192	33.250	57.242
Corrente		82.946	72.235	53.810	71.037
Recolhidos e Pagos		61.248	65.899	52.958	56.578
Á pagar		28.211	12.331	5.993	8.919
Compensados e deduzidos		2.663	391	-	8.673
Impostos antecipados a recuperar		(9.176)	(6.386)	(5.141)	(3.133)
Diferido		(8.782)	(4.043)	(20.560)	(13.795)
		74.164	68.192	33.250	57.242

(a) Regime Tributário de Transição

A Medida Provisória nº 449/2008, de 03 de dezembro de 2008, convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para as pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC´s: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e baixa do ativo diferido), 04 (Ativo Intangível) IAS38, 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários) – IAS39 , 20 (R1) (Custos de Empréstimos) – IAS23, 33 (Benefícios a Empregados) – IAS19, 38 (Instrumentos Financeiros) – IAS39 e ICPC 01 (R1) (Contrato de Concessão) – IFRIC12.

(II) Benefício fiscal – Ágio incorporado

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n˚s 319/99 e 349/01.

O ágio tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela Instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL), de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial das controladas nas demonstrações contábeis consolidadas, o valor líquido total de R$ 497.694, que, em essência, representa o crédito fiscal, foi classificado no ativo não

circulante como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

O ágio está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, desde junho de 2000, em 319 parcelas mensais para Coelba, agosto de 2001, em 336 parcelas mensais para Celpe, dezembro de 2000, em 325 parcelas mensais para Cosern, maio de 2004, 248 parcelas mensais para Termopernambuco e dezembro de 2006, em 325 parcelas mensais para Itapebi e segundo a projeção anual de rentabilidade futura, como determina a Resolução ANEEL nº 195, de 07 de junho de 2000 para Coelba, nº 192, de 31 de maio de 2001 para Celpe, nº 474, de 30 de novembro de 2000 para Cosern.

O Despacho nº 2.250, de 20 de dezembro de 2005, alterou a curva autorizada para a amortização do ágio na Coelba.

14. SERVIÇOS EM CURSO

	30/06/13	31/12/12
Serviço próprio	11.540	11.760
Serviços prestados a terceiros	59.652	55.026
Transf.fabric.reparo de materiais	1.357	1.285
Total	72.549	68.071

Os Serviços em curso representam um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que serão utilizados para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

15. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Trabalhistas		1.858	1.879	134.150	115.827
Cíveis		11	11	100.215	82.448
Fiscais:		122.131	119.357	164.630	174.500
PIS / COFINS	(a)	122.131	99.421	126.752	115.625
IRRF sobre juros sobre capital próprio		-	19.936	-	19.936
Incentivo fiscal SUDENE	(b)	-	-	8.181	7.928
Impostos Municipais	(c)	-	-	5.992	5.915
ICMS	(d)	-	-	6.039	5.882
INSS		-	-	8.878	8.629
CSLL		-	-	837	813
IOF		-	-	6.267	6.265
Outros		-	-	1.684	3.507
Outros		-	-	8.824	9.595
Total		124.000	121.247	407.819	382.370

(a) Em 2006, a Neoenergia impetrou o mandado de segurança nº 2005.51.01.009039-0 visando impedir a cobrança de créditos tributários de PIS/COFINS que supostamente deixaram de ser recolhidos sobre o recebimento de juros sobre capital próprio (JSCP) sendo proferida sentença nos autos do referido processo concedendo a segurança para declarar o direito da Neoenergia de não recolher as contribuições de PIS e COFINS sobre os valores recebidos a título de juros sobre capital próprio e de suas controladas e coligadas, bem como à compensação das parcelas recolhidas indevidamente nos últimos 10 anos, tendo a Fazenda Nacional interposto recurso de apelação. Em 12/04/2010, a 4ª Turma Especializada do Tribunal Regional Federal da 2ª Região deu provimento ao recurso de apelação da União e à remessa necessária, para reformar a sentença favorável à Neoenergia proferida nos autos do referido mandado de segurança. A Neoenergia efetuou o depósito judicial do valor do PIS no montante de R$ 8.719 e da COFINS no montante de R$ 68.167, nos termos do artigo 63, §2º da Lei nº 9.430/96. O restante do valor corresponde à atualização monetária desses saldos depositados.

(b) Na Coelba, em virtude da desistência do processo judicial impetrado contra a Receita Federal que questionava a falta de exclusão da provisão para a manutenção da integridade do PL do cálculo do lucro da exploração, os depósitos judiciais realizados tornaram-se disponíveis para levantamento pela União. O saldo residual contabilizado corresponde aos depósitos feitos em duplicidade em decorrência da notificação feita pela Receita Federal através de carta cobrança, os quais estão sendo questionados judicialmente.
Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

(c) Na Coelba corresponde a depósitos no montante de R$ 2.296 (R$ 2.237 em 2012) realizados frente à necessidade de garantir apresentação dos devidos embargos à execução de processos referentes a autos de infração referentes à substituição tributária de ISS, remoção de galhos em domínio público, IPTU, TLF.

(d) Depósito judicial realizado com a finalidade de suspender o débito referente a auto de infração que questiona o crédito indevido de ICMS sobre aquisições de ativos imobilizados.

16. OUTROS ATIVOS

		Controladora		Consolidado	
					Reclassificado
	Ref.	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Adiantamentos a empregados		24	13	9.913	8.776
Adiantamentos a fornecedores		42	23	28.103	42.119
Serviços prestados a terceiros		-	-	7.560	6.825
Alienações em curso		-	-	1.923	2.096
RGR a compensar		-	-	445	445
Precatório - Finsocial/PAES	(a)	-	-	9.412	9.240
Dispêndios a reembolsar em curso	(b)	-	-	12.178	7.906
Cobrança extra judicial		-	-	6.227	6.255
Uso mútuo de postes		-	-	9.670	7.801
Sub-rogação CCC		-	-	1.547	1.651
Títulos de crédito a receber		-	-	1.638	1.638
Petrobras	(d)	147.900	-	147.900	-
Outros créditos a receber	(c)	25.991	25.293	37.260	31.797
Total		173.957	25.329	273.776	126.549
Ativo circulante		10.874	10.147	101.733	104.129
Ativo não circulante		163.083	15.182	172.043	22.420

(a) Precatórios Federais expedidos em julho de 2003 pela Coelba, no valor de R$ 18.776, com expectativa de realização do saldo, que depende de aprovação em Lei de Orçamento Anual – LOA, em 10 (dez) prestações anuais, iguais e sucessivas, com acréscimo de juros legais, já tendo sido liberadas as 7 (sete) primeiras parcelas anuais.

(b) Referem-se a gastos efetuados para reforma de equipamentos das usinas geradoras de energia elétrica Baguari e EnergyWorks.

(c) Referem-se principalmente a adiantamento aos acionistas não controladores para aquisição de direitos da RIO PCH que serão recebidos com dividendos futuros e a direitos cedidos em acordo extra-judicial pela Bandeirantes para veiculação de mídia.

(d) Referente a contar a receber da Neoenergia junto Petrobras pela venda de participação da Termoaçu (Vide nota explicativa nº 17, item “g”).

17. INVESTIMENTOS

Informações sobre as investidas.

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
COELBA		30/06/13	98.122	67.179	87,84	542.163	2.682.071	337.508
		30/06/12	98.122	67.179	87,84	542.163	2.340.238	316.071
CELPE		30/06/13	66.023	864	89,65	590.174	1.454.178	70.015
		30/06/12	66.023	864	89,65	590.174	1.395.914	24.484
COSERN		30/06/13	110.814	31.153	84,47	179.787	833.574	103.385
		30/06/12	110.782	31.153	84,45	179.787	730.595	98.615
ITAPEBI		30/06/13	44.100	-	42,00	105.000	405.181	59.393
		30/06/12	44.100	-	42,00	105.000	398.515	93.920
TERMOPE		30/06/13	262.594	-	100,00	214.570	402.369	(2.745)
		30/06/12	262.594	-	100,00	214.570	404.668	(7.904)
BAGUARI I	(a)	30/06/13	87.133	-	100,00	87.133	95.708	4.478
		30/06/12	76.000	-	100,00	87.133	91.230	7.554
GOIAS SUL	(b)	30/06/13	109.643	-	100,00	189.196	192.343	2.624
		30/06/12	109.643	-	100,00	189.196	195.391	5.578
GERAÇÃO C III	(c)	30/06/13	128.566	-	100,00	147.575	171.861	6.431
		30/06/12	70.265	-	100,00	147.575	165.430	9.388
RIO PCH I	(d)	30/06/13	74.166	-	70,00	105.951	112.421	5.289
		30/06/12	74.166	-	70,00	105.951	115.931	6.272
BAHIA PCH I	(e)	30/06/13	49.174	-	100,00	108.937	117.551	6.274
		30/06/12	49.174	-	100,00	108.937	121.728	8.685
SE NARANDIBA		30/06/13	16.000	-	100,00	42.090	45.363	3.073
		30/06/12	1	-	100,00	42.090	45.024	1.448
AGUAS DA PEDRA	(f)	30/06/13	145.557	-	51,00	-	-	-
		30/06/12	145.557	-	51,00	-	-	-
TERMOAÇU	(g)	30/06/13	290.047	-	23,13	-	-	-
		30/06/12	290.047	-	23,93	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL		30/06/13	1	-	100,00	52.169	51.773	11
		30/06/12	1	-	100,00	5.231	4.824	(39)
NC ENERGIA		30/06/13	13.600	-	100,00	12.877	39.729	31.795
		30/06/12	13.600	-	100,00	13.600	31.405	26.433
NEOSERV	(h)	30/06/13	1	-	100,00	7.730	16.074	2.490
		30/06/12	1	-	100,00	7.730	16.888	2.285
GARTER		30/06/13	1	-	100,00	-	38	-
		30/06/12	1	-	100,00	-	38	-
AFLUENTE GERAÇÃO	(i)	30/06/13	9.812	6.718	87,84	30.916	40.532	3.433
		30/06/12	9.812	6.718	87,84	30.916	45.165	5.901
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(i)	30/06/13	55.416	67.179	87,84	63.085	76.787	9.723
		30/06/12	55.417	67.179	87,84	63.085	79.668	9.580
BELO MONTE PARTICIPAÇÕES	(j)	30/06/13	198.001	-	100,00	367.001	373.189	(1.729)
		30/06/12	-	-	100,00	270.001	277.918	(443)
NORTE ENERGIA		30/06/13	180.010	-	10,00	-	1.717.325	(30.244)
		30/06/12	-	-	10,00	-	1.447.569	(1.121)
ENERGYWORKS	(k)	30/06/13	214.479	-	100,00	117.964	126.879	7.219
		30/06/12	-	-	100,00	117.964	126.791	7.781
CAPUAVA	(k)	30/06/13	-	-	100,00	11.456	14.226	2.073
		30/06/12	-	-	100,00	11.456	16.228	2.730
ECIII		30/06/13	-	-	15,58	-	137.956	9.538
		30/06/12	-	-	15,58	-	127.426	-
NEOINVEST		30/06/13	34.620	-	100,00	34.620	9.553	(3.290)
		30/06/12	1	-	100,00	32.250	10.669	1
TELES PIRES	(l)	30/06/13	1	-	50,10	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,10	-	-	-

Investidas	Ref.	Data-base	Ações possuídas (em milhares) Ordinárias	Preferenciais	Participação no capital integralizado %	Capital realizado	Patrimônio líquido	Lucro/Prejuízo líquido no período
SPE EÓLICA		30/06/13						
		30/06/12						
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL		30/06/13			50,00			
		30/06/12			50,00			
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	(l)	30/06/13	192.994		50,55	-	-	-
		30/06/12	-		100,00	-	(2.135)	-
CALANGO I	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO II	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO III	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO IV	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CALANGO V	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
MEL II	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
ARIZONA I	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ I	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ II	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
CAETITÉ III	(m)	30/06/13	1	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇ. EÓLICA DO BRASIL	(m)	30/06/13	-	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(m)	30/06/13	198.693	-	50,00	-	-	-
		30/06/12	-	-	50,00	-	-	-

(a) BAGUARI I

A Baguari I Geração de Energia S.A. foi constituída em 11 de janeiro de 2006, com o propósito de participar do Consórcio UHE Baguari, com participação de 51% da Neoenergia, e onde participam também a SPE (49%) formada por CEMIG e Furnas. O Consórcio UHE Baguari é responsável pela construção e operação da UHE Baguari, empreendimento localizado no rio Doce, no estado de Minas Gerais. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 140 MW. As obras para a implantação da UHE se iniciaram em 10 de maio de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 09 de setembro de 2009.

(b) GOIÁS SUL

A Goiás Sul foi criada com o propósito de construir, operar e manter a PCH Goiandira e a PCH Nova Aurora, ambas localizadas no Rio Veríssimo, Goiás. A energia será gerada através de quatro unidades geradoras sendo duas para a PCH Goiandira (27 MW) e duas para a PCH Nova Aurora (21 MW). As obras para a implantação das PCHs se iniciaram em 31 de julho de 2007 e a PCH Goiandira entrou em operação comercial em dezembro de 2010 e a PCH Nova Aurora em março de 2011.

(c) GERAÇÃO CIII

A Geração CIII S.A. foi constituída com o propósito de participar do Consórcio Empreendedor Corumbá III, com a participação de 60%, onde também participam do consórcio a Companhia Energética de Brasília (CEB) e a Companhia Energética de Goiás (CELG). O Consórcio Empreendedor Corumbá IIII é responsável pela construção da UHE Corumbá III, empreendimento localizado no rio Corumbá, no Estado de Goiás. A energia será gerada através de duas unidades geradoras, totalizando uma capacidade instalada de 93,6 MW. As obras para implantação da UHE se iniciaram em 31 de agosto de 2007, e sua entrada em operação comercial ocorreu em 24 de outubro de 2009.

(d) RIO PCH I

A Rio PCH I foi constituída em 26 de janeiro de 2007, onde a Neoenergia tem participação majoritária em 70% e os 30% restantes pertencem à Performance Centrais Hidrelétricas Ltda., empresa que possui a autorização das Pequenas Centrais Elétricas de Pirapetinga (20MW) e Pedra do Garrafão (19 MW), no rio Itabapoana, divisa dos estado do Rio de Janeiro e Espírito Santo. As PCHs Pirapetinga e Pedra do Garrafão entraram em operação comercial em agosto e setembro de 2009, respectivamente.

(e) BAHIA PCH I

A Bahia PCH I foi criada com o propósito de construir, operar e manter a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Sítio Grande, localizada no Rio das Fêmeas, município de São Desidério – BA. A energia será gerada através de duas unidades geradoras que terão potência instalada de 25 MW. Sua entrada em operação comercial ocorreu em julho de 2010, com venda de energia através de contrato bilateral a partir de dezembro de 2009.

(f) ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)

A Neoenergia adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Dardanelos, com potência de 260 MW, localizada no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso. O Consórcio Aripuanã, formado pela Neoenergia (51%), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF) e ELETRONORTE, é responsável pela construção da UHE Dardanelos. A UHE entrou em operação comercial em agosto de 2011.

(g) TERMOAÇU

A Termoaçu é uma usina termelétrica que tem como acionistas a Neoenergia e a Petrobras. A energia elétrica gerada é destinada a suprir as distribuidoras de energia elétrica do Grupo Neoenergia e o vapor é usado pela Petrobras para injeção contínua nos seus poços de petróleo, aumentando sua produção na região.

Em 18 de abril de 2005 foi firmado um Acordo de Acionistas que ratificou a transferência da gestão operacional do projeto Termoaçu para a Petrobras, motivo pelo qual essa empresa foi consolidada na Neoenergia proporcionalmente ao percentual de participação. O investimento da Neoenergia na Termoaçu continuará sendo avaliado pelo método da equivalência patrimonial.

Em 08 de setembro de 2008, em razão de impasse em relação às condições comerciais da Termoaçu, os acionistas decidiram iniciar procedimento arbitral e firmaram um acordo de cooperação, garantindo o início da operação e estabelecendo disposições transitórias até a conclusão do processo. Como parte do acordo de cooperação, foi firmado contrato de locação pela Termoaçu à Petrobras, que deverá explorar, operar e manter as instalações da Usina.

As partes acordaram que a decisão do tribunal arbitral deverá retroagir para abranger no cálculo da condenação o período de vigência do Acordo de Cooperação.

Em 14 de maio de 2013 foi firmado junto à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, um acordo de compra e venda de ações onde a Neoenergia se compromete a alienar a totalidade das ações que detém da Termoaçu pelo montante de R$ 146,5 milhões. A operação será totalmente concluída após a aprovação dos órgãos reguladores. Há previsão de liquidação financeira do montante para fevereiro de 2014, parcela essa, que será corrigida pelo CDI até a data do vencimento. O saldo a receber dessa operação está demonstrado na nota nº16.

(h) NEOENERGIA SERVIÇOS

Em 08 de novembro de 2001, a Neoenergia, em sociedade com a NC Energia S.A. constituiu a Termo NC Ltda., que a partir de 12 de julho de 2007 adotou a razão social de Neoenergia Serviços LTDA. - NEOSERV. A Neoenergia detém em conjunto com a NC Energia 100% do capital total da NEOSERV.

(i) AFLUENTE GERAÇÃO E AFLUENTE TRANSMISSÃO

A Afluente Geração e Transmissão de Energia Elétrica S.A. foi constituída em 31 de agosto de 2005, atendendo a segregação de atividades na Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – Coelba no processo de desverticalização do setor elétrico brasileiro, determinado pelo Governo Federal e em atendimento ao contrato de concessão firmado entre a Coelba e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que anui com a versão patrimonial e consequentemente transfere a concessão de geração e transmissão de energia elétrica para uma empresa subsidiária.

A controlada comunicou, através de fato relevante, publicado em 16 de janeiro de 2009, que os diretores da Afluente e da Imanisse Participações S.A. (“Imanisse”), ambas

controladas pela Neoenergia S.A., celebraram Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Afluente ("Protocolo de Cisão"), tendo por objeto a reestruturação societária da Afluente, mediante a cisão parcial dos ativos e passivos relacionados a atividade de transmissão desta controlada, e a incorporação desta parcela cindida pela Imanisse. Em reunião de Diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizada no dia 1º de dezembro de 2009, foi aprovado o Processo de Cisão da Afluente. A cisão parcial da Afluente G foi submetida à deliberação de seus acionistas em 29 de dezembro de 2009 e aprovada em Assembleia Geral Extraordinária de cada uma destas companhias, com a absorção da parcela cindida de seu patrimônio no montante de R$ 63.084, em virtude do acervo líquido vertido, pela Afluente T (atual denominação social da Imanisse Participações S.A.).

(j) BELO MONTE PARTICIPAÇÕES

A Neoenergia possui a participação de 100% em Belo Monte Participações, empresa de propósito especifico constituída para participar com 10% na Norte Energia S.A., empresa constituída para efetuar a construção da usina hidrelétrica Belo Monte, no Rio Xingu, Estado Pará com a potência instalada de 11.233 MW. Os principais acionistas na Norte Energia são as empresas do Grupo Eletrobrás (49,98%), Petros e Funcef (20%), Cemig e Light (10%) e Vale (9%).

(k) ENERGYWORKS

Em 03 de janeiro de 2011 a Neoenergia firmou contrato com o Grupo Iberdrola, seu acionista, para compra da empresa de cogeração EnergyWorks do Brasil Ltda., que possui seis plantas de geração de energia elétrica e vapor, movidas a gás natural, instaladas em indústrias dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Ceará.

A EnergyWorks tem uma capacidade instalada atual de 93 MW e produção de 405 ton/h de vapor. A empresa foi fundada nos Estados Unidos em 1995 pela Pacific Corporation e iniciou suas operações em 1997, sendo a primeira de cogeração a operar no Brasil com plantas na modalidade de Produtor Independente de Energia & PIE.

A aquisição da EnergyWorks foi efetuada a valor de mercado, pelo montante global de R$ 162.267, liquidado em dinheiro. O valor contábil da controlada na data da aquisição era de R$ 133.175. A Companhia contratou consultor externo para proceder a análise de mensuração e alocação do preço de compra, conforme preconiza o CPC 15 (IFRS 3R). O excesso sobre o valor patrimonial da adquirida foi alocado a ativos imobilizados identificáveis nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando seus valores de reposição e de mercado.

(l) TELES PIRES

O Consórcio Teles Pires Energia Eficiente, formado por Neoenergia (50,1%), Furnas (24,5%), Eletrosul (24,5%) e Odebrecht (0,9%) adquiriu no leilão de energia A-5, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 17 de dezembro de 2010, a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Teles Pires e as respectivas instalações de transmissão.

A Usina será construída no rio Teles Pires, entre os municípios de Paranaíta (MT) e Jacareacanga (PA) e terá potência instalada de 1.820 MW. A parcela de energia produzida e negociada no leilão será objeto de contratos de comercialização de energia, com prazo de duração de 30 anos e início de suprimento em 1º de janeiro de 2015.

Em 2011 foi constituída a empresa Teles Pires Participações, controladora direta da Companhia Hidrelétrica Teles Pires, com o intuito de efetuar captação de recursos para a realização do investimento.

(m) FORÇA EÓLICA DO BRASIL

No leilão de energia nº 002/10, realizado em 26 de agosto de 2010, a Neoenergia, em parceria com a Iberdrola Renováveis, conquistou participação de 50% nos contratos de compra e venda de energia de nove parques de geração de energia eólica, nos Estado da Bahia e Rio Grande do Norte, que terão potência instalada de 258 MW.

A Força Eólica do Brasil é detentora das ações da Força Eólica Participações, holding criada para controlar cinco dos dez parques eólicos conquistados, sendo que os demais cinco parques eólicos são controlados diretamente pela Força Eólica do Brasil.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos da controladora:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Redução de capital e venda de participação	Provisão para perda	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de junho de 2013
NEOINVEST.	10.668	2.372	-	-	-	(3.486)	-	-	9.554
COELBA	2.441.464	-	-	-	6.603	296.664	(16.630)	(2.992)	2.725.109
CELPE	1.675.925	-	-	-	(459)	63.901	(17.082)	(11.207)	1.711.078
COSERN	791.011	-	-	-	(354)	87.321	(7.271)	-	870.707
ITAPEBI	190.984	-	-	-	-	25.066	(1.177)	(22.264)	192.609
TERMOPE	431.616	-	-	-	-	(8.305)	(1.729)	1.016	422.598
BAGUARI I	91.230	-	-	-	-	4.480	-	-	95.710
GOIAS SUL	195.390	-	-	-	-	2.624	-	(5.672)	192.342
GERAÇÃO CIII	165.430	-	-	-	-	6.432	-	-	171.862
RIO PCH I	95.980	-	-	-	-	3.702	-	(6.159)	93.523
BAHIA PCH I	121.728	-	-	-	-	6.271	-	(10.451)	117.548
SE NARANDIBA	45.024	-	-	-	-	3.076	-	(2.734)	45.366
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	-	-	11.613	-	(6.081)	190.981
TERMOAÇU	172.157	-	(199.994)	-	26.019	1.818	-	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	4.824	46.939	-	-	-	11	-	-	51.774
NC ENERGIA	30.682	-	-	-	-	31.795	-	(22.748)	39.729
NEOSERV	14.673	-	-	-	-	2.257	-	(2.356)	14.574
GARTER	39	-	-	-	-	-	-	-	39
AFLUENTE GERAÇÃO	39.674	-	-	-	-	3.056	-	(7.125)	35.605
AFLUENTE TRANSMISSÃO	69.983	-	-	-	-	8.541	-	(11.073)	67.451
BELO MONTE PART.	275.139	95.330	-	-	-	(1.713)	-	-	368.756
ENERGY WORKS	151.951	-	-	-	-	7.218	(949)	(7.130)	151.090
BAHIA PCH II	878	-	-	-	-	-	-	-	878
TELES PIRES	181.172	214.996	-	-	-	(15.712)	-	-	380.456
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.930	-	-	-	4.378	-	(1.696)	236.884
	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	**7.597.343**	**379.567**	**(199.994)**	**-**	**31.809**	**541.008**	**(44.838)**	**(118.672)**	**8.186.223**

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos do consolidado:

	Saldos em 31 de dezembro de 2012	Aumento de capital	Redução de capital e venda de participação	Provisão para perda	Outros resultados abrangentes	Equivalência patrimonial	Amortização de ágio	Dividendos e JSCP	Saldos em 30 de junho de 2013
AGUAS DA PEDRA	185.449	-	-	-	-	11.613	-	(6.081)	190.981
TERMOAÇU	172.157	-	(199.994)	-	26.019	1.818	-	-	-
NORTE ENERGIA	271.463	98.460				(1.986)			367.937
ENERGÉTICA CORUMBA	22.494					367		(500)	22.361
TELES PIRES	181.172	214.996	-	-	-	(15.712)	-	-	380.456
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	214.272	19.930	-	-	-	4.378	-	(1.696)	236.884
TOTAL	**1.047.007**	**333.386**	**(199.994)**	**-**	**26.019**	**478**	**-**	**(8.277)**	**1.198.619**

18. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados da controladora e consolidado está composto da seguinte forma:

		Controladora				
		30/06/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)	3,33%	28.344	(3.166)	25.178	25.744
Máquinas e equipamentos		4%	793	(714)	79	104
Veículos		20%	117	(106)	11	17
Móveis e utensílios		10%	409	(338)	71	83
			29.663	(4.324)	25.339	25.948
Em curso						
Terrenos			78		78	78
Máquinas e equipamentos			421		421	369
Móveis e utensílios			186		186	168
Outros			308		308	4
			993		993	619
Total			30.656	(4.324)	26.332	26.567

(a) Corresponde basicamente ao edifício sede da Controladora localizado no Rio de Janeiro.

		Consolidado				
		30/06/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido Reclassificado
Em serviço						
Terrenos			71.915	-	71.915	71.126
Reservatórios, barragens e adutoras			964.844	(112.626)	852.218	860.023
Edificações, obras civis e benfeitorias		4%	574.457	(171.930)	402.527	409.619
Máquinas e equipamentos		5%	1.561.748	(488.847)	1.072.901	1.111.620
Veículos		20%	2.612	(1.576)	1.036	670
Móveis e utensílios		9%	3.553	(2.464)	1.089	889
			3.179.131	(777.444)	2.401.687	2.453.947
Em curso						
Terrenos	(b)		40.018	-	40.018	20.898
Reservatórios, barragens e adutoras			16.953	-	16.953	11.644
Edificações, obras civis e benfeitorias	(a)		7.390	-	7.390	5.598
Máquinas e equipamentos	(a)		86.352	-	86.352	78.237
Veículos			294	-	294	329
Móveis e utensílios			1.618	-	1.618	2.091
Material em depósito			26.138	-	26.138	21.290
Outros	(a)		85.065	-	85.065	82.042
			263.828	-	263.828	222.129
Total			3.442.959	(777.444)	2.665.515	2.676.076

(a) Parcela do Grupo Neoenergia nos empreendimentos em construção, tais como: 50,1 % dos gastos incorridos na UHE Telespires correspondendo aproximadamente à R$ 725 milhões do montante total apresentado acima; e a 50% dos gastos incorridos na implementação dos parques eólicos que representa R$ 228 milhões do montante total apresentado acima. Além desses existem R$ 74 milhões em gastos incorridos na reforma das turbinas da térmica Termope.

(b) Corresponde a áreas onde estão as instalações ou que foram afetadas pela implementação dos projetos em construção, tais como: UHE Telespires e diversos parques eólicos. Permaneceram em andamento até que todos os procedimentos regulatórios de incorporação ao acervo de ativos do projeto (“Unitização”) sejam concluídos.

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício nº 459/2001 - SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures na controlada Itapebi.

A movimentação do imobilizado consolidado é como segue:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Depreciação acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	3.125.808	(587.825)	-	2.537.983	109.578	-	109.578	2.647.561
Adições	-	-	-	-	129.429	-	129.429	129.429
Baixas	(4.673)	4.088	-	(585)	3.218	-	3.218	2.633
Depreciação	-	(103.742)	-	(103.742)	-	-	-	(103.742)
Transferências	64.723	(44.432)	-	20.291	(20.096)	-	(20.096)	195
Saldos em 31 de dezembro de 2012	3.185.858	(731.911)	-	2.453.947	222.129	-	222.129	2.676.076
Adições	-	-	-	-	45.837	-	45.837	45.837
Baixas	(10.865)	4.754	-	(6.111)	-	-	-	(6.111)
Depreciação	-	(50.287)	-	(50.287)	-	-	-	(50.287)
Transferências	4.138	-	-	4.138	(4.138)	-	(4.138)	-
Saldos em 30 de junho de 2013	3.179.131	(777.444)	-	2.401.687	263.828	-	263.828	2.665.515

19. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 10, de 07 de agosto de 1997 e aditivos posteriores, nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, e nº 08, de 31 de dezembro de 1997 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Coelba, Celpe, Cosern, Afluente T, SE Narandiba e Afluente G (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição, transmissão e geração de energia elétrica pelas Companhias, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

- O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infra-estrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

- Ao final da concessão os ativos vinculados à infra-estrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e

- O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de energia elétrica das controladas, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição e transmissão de energia elétrica, abrangendo:

Distribuidoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

Transmissoras:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente;

(b) Parcela refere-se a recebíveis, junto ao poder concedente, que incondicionalmente pela construção, disponibilização e entrega de rede de transmissão, tem de entregar, direta ou indiretamente, caixa ou equivalentes de caixa. Esses valores são mensurados pelo método de fluxos de caixa futuros estimados de tarifas (RAP), descontados pela taxa interna de retorno do projeto.

(c) Reconhecimento da receita de operação e manutenção em montante suficiente para fazer face aos custos para cumprimento das obrigações de operação e manutenção previstas em contrato de concessão.

(d) Reconhecimento da Receita Financeira sobre os direitos de recebíveis junto ao poder concedente decorrente da remuneração pela taxa interna de retorno do projeto.

A infra-estrutura recebida ou construída da atividade de distribuição e transmissão, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível das controladas é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

Nas Distribuidoras:

(a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Nas Transmissoras:

(a) Parte através de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico – ONS conforme contrato e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e

(b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Segue composição consolidada do ativo financeiro de concessão:

		Consolidado	
	Ref	30/06/13	31/12/12
Recebíveis	(1)	115.027	97.790
Indenização	(2)	1.989.374	2.018.575
Total		2.104.401	2.116.365
Circulante		37.252	34.699
Não circulante		2.067.149	2.081.666

(1) Valores de fluxo de caixa futuros das transmissoras projetados descontados a taxa interna de retorno dos projetos de parcelas tarifárias correspondentes a remuneração pela infraestrutura (RAP).

(2) Parcela de valores residual de ativos permanentes ao fim do contrato de concessão.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (concessão) e aos recebíveis das transmissoras está assim apresentada:

	Ref.	Consolidado
Saldos em 01 de janeiro de 2012		837.294
Adições		15.944
Baixas	(a)	(67.426)
Amortização/reversão	(e)	(31.743)
Transferências	(c)	1.239.702
Remuneração recebíveis das transmissoras	(d)	29.276
Atualização monetária / valor justo	(f)	93.318
Saldos em 31 de dezembro de 2012		2.116.365
Adições		16.695
Baixas		(2.833)
Amortização/reversão	(f)	(14.487)
Transferências	(b)/(c)	(55.071)
Remuneração recebíveis das transmissoras	(d)	15.823
Atualização monetária / valor justo	(e)	27.909
Saldos em 30 de junho de 2013		2.104.401
Circulante		37.252
Não circulante		2.067.149

(a) Conforme mencionado na Nota 7, item “c”, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica as Controladas de Distribuição do Grupo Neoenergia realizaram uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificaram itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procederam ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.

(b) Redistribuição da infra-estrutura de distribuição das Controladas que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir dos Laudos da Base de Remuneração Regulatória do 3º Ciclo de Revisão Tarifária, encerrado nas empresas em abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.

(c) Transferência do intangível em curso em decorrência do reconhecimento de novos ativos incorporados no período.

(d) Remuneração dada pela aplicação da taxa interna de retorno dos projetos de transmissão sobre os recebíveis de concessão das empresas Afluente T e Narandiba.

(e) Parcela repassada pelo concedente através da TUST (Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão) dos recebíveis das transmissoras pela construção dos ativos de transmissão (RAP parcela A).

(f) Atualização do ativo financeiro das distribuidoras.

As concessões das Companhias de distribuição e transmissão não são onerosas, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. As concessões outorgadas têm prazo de vigência de 30 anos e os contratos de concessão prevêem a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida às Companhias, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

20. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível da controladora e consolidado está constituído da seguinte forma:

		Controladora				
		30/06/13				31/12/12
	Ref.	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso de software		20%	431	(259)	172	189
Outros	(a)	3,33%	48.457	(4.769)	43.688	44.644
			48.888	(5.028)	43.860	44.833
Em curso						
Outros			682		682	841
			682		682	841
Total			49.570	(5.028)	44.542	45.674

(a) Corresponde gastos com estudos e projetos realizados para participação em concorrências públicas por concessões diversas do segmento de energia, vencidas ou ainda a ocorrer.

	Consolidado					
	30/06/13					31/12/12
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço						
Direito de uso da concessão	5,28	10.670.915	(4.377.393)	(414.143)	5.879.379	5.618.263
Direito de uso de software	19,61	2.170	(1.598)	-	572	716
Outros		4	(2)	-	2	379
		10.675.441	(4.378.993)	(414.143)	5.882.305	5.621.710
Em curso						
Direito de uso da concessão		1.129.385	-	43.125	1.172.510	956.688
Direito de uso de software		2.163	-	-	2.163	911
Outros		1.816	-	-	1.816	1.946
		1.133.364	-	43.125	1.176.489	959.545
Total		11.808.805	(4.378.993)	(371.018)	7.058.794	6.581.255

De acordo com os artigos nº s 63 e 64 do Decreto n° 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na subtransmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A movimentação do ativo intangível consolidado está demonstrada abaixo:

	Em serviço				Em curso			
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012 (Reclassificado)	9.898.279	(3.649.832)	(565.723)	5.682.724	898.223	90.858	989.081	6.671.805
Adições	-	-	-	-	2.098.343	(247.692)	1.850.651	1.850.651
Baixas	(388.949)	281.695	513	(106.741)	(16.037)	-	(16.037)	(122.778)
Amortização	-	(639.030)	101.687	(537.343)	-	-	-	(537.343)
Transferências - intangiveis	1.467.170	-	(92.937)	1.374.233	(1.467.170)	92.937	(1.374.233)	-
Transferências - ativos financeiros	(861.078)	-	118.394	(742.684)	(586.573)	88.842	(497.731)	(1.240.415)
Transferências - outros	5.728	(54.595)	388	(48.479)	(3.397)	11.211	7.814	(40.665)
Saldos em 31 de dezembro de 2012 (Reclassificado)	10.121.150	(4.061.762)	(437.678)	5.621.710	923.389	36.156	959.545	6.581.255
Adições	-	-	(136)	(136)	770.463	(51.575)	718.888	718.752
Baixas	(38.266)	27.852	-	(10.414)	(2.594)	-	(2.594)	(13.008)
Amortização	-	(345.025)	54.009	(291.016)	-	-	-	(291.016)
Transferências - intangiveis	321.775	-	(30.813)	290.962	(321.775)	30.813	(290.962)	-
Transferências - ativos financeiros	270.465	-	68	270.533	(242.430)	26.968	(215.462)	55.071
Transferências - outros	317	(58)	407	666	6.311	763	7.074	7.740
Saldos em 30 de junho de 2013	10.675.441	(4.378.993)	(414.143)	5.882.305	1.133.364	43.125	1.176.489	7.058.794

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infra-estrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro). (Vide nota explicativa nº 19).

A Resolução Normativa ANEEL n◦ 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infra-estrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infra-estrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

As controladas realizaram os cálculos para determinar a nova estimativa de valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão e do montante atribuível ao ativo intangível. Considerando os aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, essa remensuração da infraestrutura resultou em uma reclassificação da conta de ativo intangível para o ativo financeiro (Vide nota explicativa nº 18 e 19), sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

(a) Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

(b) Uso do Bem Público (UBP)

De acordo com o OCPC 05, para os contratos de concessão de geradoras em que se entende que o direito e a correspondente obrigação nascem para o concessionário simultaneamente quando da assinatura do contrato de concessão (autorização), o ativo intangível é inicialmente (no termo de posse) mensurado pelo custo. No caso de outorga fixa, o custo corresponde aos valores já despendidos e a despender no futuro devem ser reconhecidos a valor presente, conforme dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente. Em se tratando de outorga variável, por exemplo, com base na receita do período, seu montante deve ser registrado como despesa do período concomitantemente à receita que o tenha originado.

Assim a Companhia contabilizou os registros do direito de Uso de Bem Público, os quais foram descontados ao custo médio ponderado de capital ("Weighted Average Cost Of Capital – WACC") na data de início da concessão. O ativo intangível vem sendo amortizado de forma linear ao longo da vida útil econômica da concessão, enquanto o passivo atualizado ao valor presente, acrescido da taxa de desconto mais a inflação do período. O montante original do direito reconhecido no intangível das geradoras é de R$ 12.472 mil. Desse valore já foram amortizados o montante até junho de 2013 de R$ 2.423 mil. O valor correspondente ao passivo está demonstrado na peça de balanço e somam o montante de R$ 24.718 em junho de 2013.

21. FORNECEDORES

A Composição do saldo em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
				Reclassificado
Energia elétrica	-	-	649.368	666.530
Encargos de uso da rede	-	-	139.021	100.531
Materiais e serviços	1.770	2.078	238.912	283.268
Energia livre	-	-	65.962	63.715
Total	1.770	2.078	1.093.263	1.114.044
Circulante	1.770	2.078	1.024.399	1.050.328
Não circulante	-	-	68.864	63.716

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº. 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão sendo contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADEE, os quais impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 43739912010401340 0/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

22. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Consolidado					
		Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	30/06/13	31/12/12 Reclassificado
Moeda nacional							
Banco do Nordeste	10% a.a.	-	-	-	-	-	10.979
		-	-	-	-	-	10.979
BNB	10% a 10,50% a.a. / TJLP + 3,21% a.a.	1.474	-	77.911	290.262	369.647	430.760
(-) Custos de transação		-	-	(916)	(1.473)	(2.389)	(2.675)
		1.474	-	76.995	288.789	367.258	428.085
BNB 6	10% a 10,11% a.a.	64	-	26.884	53.769	80.717	94.195
(-) Custos de transação		-	-	(86)	(70)	(156)	(210)
		64	-	26.798	53.699	80.561	93.985
BNDES	4,25% a 4,50% a.a. / TJPL + 2,12% a 3,12% a.a.	641	-	21.034	237.550	259.225	269.869
		641	-	21.034	237.550	259.225	269.869
BNDES FINEM	2,12% a 8,06% a.a. / TJLP + 3,12% a 4,30% a.a.	4.080	-	334.438	1.291.419	1.629.937	1.555.593
(-) Custos de transação		-	-	(22)	(8)	(30)	(45)
		4.080	-	334.416	1.291.411	1.629.907	1.555.548
Eletrobrás	5% a 5,45% a.a.	875	-	38.565	177.477	216.917	233.685
(-) Custos de transação		-	-	(243)	(941)	(1.184)	(1.304)
		875	-	38.322	176.536	215.733	232.381
FINEP	TJLP + 2% a 5% a.a. / 5% a 5,27% a.a.	204	-	20.270	76.635	97.109	107.285
(-) Custos de transação		-	-	(204)	(326)	(530)	(648)
		204	-	20.066	76.309	96.579	106.637
							-
Santander		-	-	-	-	-	88.317
		-	-	-	-	-	88.317
Banco do Brasil	12,15% a 15,6% a.a. / CDI + 1% a.a. / 99,5% CDI	152.661	-	392.288	337.685	882.634	966.344
(-) Custos de transação		-	-	(1.956)	(1.023)	(2.979)	(5.004)
Operações com swap		-	-	(39.241)	-	(39.241)	(43.976)
		152.661	-	351.091	336.662	840.414	917.364
Banco do Brasil	98,5 % CDI	17.787	-	75.000	-	92.787	89.757
(-) Custos de transação		-	-	(335)	-	(335)	(627)
		17.787	-	74.665	-	92.452	89.130
BONDS BRL	12,19% a.a. a 12,28% a.a.	8.225	-	-	400.000	408.225	408.225
(-) Custos de transação		-	-	(865)	(1.579)	(2.444)	(2.877)
		8.225	-	(865)	398.421	405.781	405.348
Outros	TR +1,6% a.a. /TR + 2,1 % / 5,5% a.a.	-	-	11	2	13	17
		-	-	11	2	13	17
Total moeda nacional		**186.026**	**-**	**943.569**	**2.867.510**	**3.997.105**	**4.206.827**
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW	72,5% CDI / 92% CDI	-	-	1.452	3.951	5.403	5.788
Operações com swap		-	-	(237)	(738)	(975)	(781)
		-	-	1.215	3.213	4.428	5.007
Títulos Externos	Libor + 1,875% a.a 106,75%, 107,25%, 101,61%, 101,72%, 103,27%, 100,40%, 102,87% do CDI	42	-	117.334	219.804	337.180	310.745
Operações com swap		-	-	(5.799)	(46.313)	(52.112)	(27.489)
		42	-	111.535	173.491	285.068	283.256
BANK OF AMERICA	Libor + 1,65% a.a	456	-	8.774	451.060	460.290	420.549
Operações com swap		-	-	21.080	(60.263)	(39.183)	2.138
		456	-	29.854	390.797	421.107	422.687
Banco Tokio	110% CDI	492	-	1.233	234.168	235.893	216.145
Operações com swap		-	-	8.014	(10.590)	(2.576)	7.918
		492	-	9.247	223.578	233.317	224.063
Total moeda estrangeira		**990**	**-**	**151.851**	**791.079**	**943.920**	**935.013**
(-) Depósitos em garantia		-	-	-	(101.942)	(101.942)	(128.228)
Total		**187.016**	**-**	**1.095.420**	**3.556.647**	**4.839.083**	**5.013.612**

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, imóveis administrativos, fiança bancária ou aplicações financeiras vinculadas (contas

reservas), cessão condicional de contratos, penhor dos direitos relacionados à concessão, manutenção de conta reserva e aval da Neoenergia S.A..

a) Captações de recursos no exercício:

Segue as principais:

Coelba
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES – A Companhia recebeu R$ 85.860 para financiamentos de investimentos realizados em 2012, provenientes do Contrato de Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº 08.2.10.89.1, assinado em março de 2009 e aditado em novembro de 2009, outubro de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Celpe
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012, provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010 e março e novembro de 2011 e agosto de 2012.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Cosern
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – A Companhia recebeu em março de 2013 o montante de R$ 27.172 para financiamento dos investimentos realizados em 2011 e 2012, provenientes do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Limite de Crédito Rotativo nº. 08.2.1089.1, assinado em março de 2009 e aditado em outubro de 2010, março, maio, novembro de 2011 e agosto de 2012.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

Os contratos mantidos com o BNDES/FINEM e os títulos externos contêm cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de junho de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2011, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/13			31/12/12		
	Dívida	Custos Transação	Total Líquido	Dívida	Custos Transação	Total Líquido
2014	362.346	(1.756)	360.590	1.180.461	(4.243)	1.176.218
2015	899.635	(2.118)	897.517	961.054	(2.246)	958.808
2016	867.109	(881)	866.228	832.279	(874)	831.405
2017	826.501	(355)	826.146	785.602	(352)	785.250
2018	351.867	(154)	351.713	292.262	(154)	292.108
Após 2018	356.604	(212)	356.392	410.960	(212)	410.748
Total obrigações	3.664.062	(5.476)	3.658.586	4.462.618	(8.081)	4.454.537
(-) Depósitos em Garantias			(101.939)			(121.109)
Total			3.556.647			4.333.428

d) Mutação dos empréstimos e financiamentos:

	Consolidado				
	Moeda nacional		Moeda estrangeira		
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	586.985	3.383.205	31.124	272.510	4.273.824
Ingressos	107.047	519.129	-	639.505	1.265.681
Encargos	329.100	22.471	11.215	-	362.786
Variação monetária e cambial	-	-	634	18.526	19.160
Swap	-	(13.956)	7.441	(7.268)	(13.783)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(138)	(357)	(6.620)	(7.115)
Transferências	518.586	(525.607)	33.618	(33.618)	(7.021)
Amortizações e pagamentos de juros	(913.525)	(11)	(31.697)	-	(945.233)
Mov. depósitos em Garantias	(7.118)	64.409	-	-	57.291
(-) Custos de transação	7.131	891	-	-	8.022
Saldos em 31 de dezembro de 2012	628.206	3.450.393	51.978	883.035	5.013.612
Ingressos	50.401	155.083	-	-	205.484
Encargos	155.394	7.270	10.477	-	173.141
Variação monetária e cambial	-	-	445	80.245	80.690
Swap	(4.527)	(5.640)	14.797	(65.202)	(60.572)
Efeito cumulativo marcação a mercado	(172)	(194)	(5.369)	2.696	(3.039)
Transferências	861.469	(861.469)	109.695	(109.695)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(570.943)	-	(29.182)	-	(600.125)
Mov. depósitos em Garantias	7.118	19.169	-	-	26.287
(-) Custos de transação	2.649	956	-	-	3.605
Saldos em 30 de junho de 2013	1.129.595	2.765.568	152.841	791.079	4.839.083

23. DEBÊNTURES

Para as debêntures foram dadas garantias de receita própria e aval do acionista controlador.

							Consolidado				
							30/06/13				31/12/12
							Encargos	Principal			
Empresa	Debêntures (*)	Série	Quantidade de títulos emitidos	Remuneração	Taxa efetiva	Swap	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Total
COELBA	3ª Emissão	Única	3.000	V.C. + 10,8% a.a.	10,80%	IGPM+13,95% a.a.	294	6.617	-	6.911	12.595
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	-
	Operações com swap						-	15.909	-	15.909	30.719
							294	22.526	-	22.820	43.314
	6ª Emissão	Única	35.392	CDI + 0,6% a.a.	11,52%		755	78.640	39.355	118.750	158.235
	(-) Custos de transação						-	(164)	(30)	(194)	(326)
						Não aplicável.	755	78.476	39.325	118.556	157.909
	7ª Emissão	Única	80	106,70% CDI	12,90%		-	-	-	-	83.313
	(-) Custos de transação						-	-	-	-	(3)
							-	-	-	-	83.310
CELPE	2ª Emissão	1ª	-	108,5% do CDI		Não aplicável	626	48.980	-	49.606	99.113
	(-) Custos de transação						-	(23)	-	(23)	(162)
							626	48.957	-	49.583	98.951
	4ª Emissão	Única	-	111,3% do CDI	0,00%	Não aplicável	5.314	5	354.198	359.517	357.212
	(-) Custos de transação						-	(309)	(551)	(860)	(1.015)
							5.314	(304)	353.647	358.657	356.197
COSERN	4ª Emissão	Única	-	CDI + 0,6% a.a		Não aplicável	327	35.896	17.963	54.186	71.885
	(-) Custos de transação						-	(125)	(22)	(147)	(245)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							327	35.771	17.941	54.039	71.640
TERMOPE	2ª emissão	1ª	-	105% CDI a.a		Não aplicável	733	121.200	44.800	166.733	220.879
	(-) Custos de transação						-	(456)	(169)	(625)	(829)
	Operações com swap						-	-	-	-	-
							733	120.744	44.631	166.108	220.050
TERMOPE	1ª Emissão	3ª		IGPM+9,5%			2.272	-	90.000	92.272	-
	(-) Custos de transação						-	-	(249)	(249)	-
							2.272	-	89.751	92.023	-
ITAPEBI	3ª Emissão	3a.		111% CDI a.a.			1.891	-	191.863	193.754	190.426
	(-) Custos de transação						-	-	(481)	(481)	(520)
						Não aplicável	1.891	-	191.382	193.273	189.906
Total							12.212	306.170	736.677	1.055.059	1.221.277

a) Captações de recursos no exercício:

Termopernambuco
Em 28 de fevereiro de 2013, a Companhia registrou em série única a emissão de 9.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais não conversíveis em ações. O valor nominal unitário é de R$ 10, totalizando o volume de R$ 90.000. A remuneração é realizada por CDI + 0,57% ao ano e será paga semestralmente, sendo o primeiro pagamento no dia 28 de agosto de 2013 e o último no dia 28 de agosto de 2016. Adicionalmente, a valor nominal unitário das debêntures será amortizado em 2 (duas) parcelas iguais, semestrais e consecutivas, após o período de carência de 2 (dois) anos contados a partir da data de emissão, sendo a primeira parcela paga em 28 de agosto de 2015 e a segunda parcela paga na Data do Vencimento. As debêntures são simples, não conversíveis em ações de emissão.

b) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue: Dívida líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado financeiro maior ou igual a 2.

Na demonstração contábil intermediária de 30 de junho de 2013 e na demonstração contábil de 31 de dezembro de 2012, as controladas atingiram todos os índices requeridos contratualmente.

c) Vencimento das parcelas de longo prazo:

	Consolidado					
	30/06/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido	Debêntures	Custos Transação	Total Líquido
2014	102.118	(384)	101.734	246.411	(1.054)	245.357
2015	263.039	(564)	262.475	215.988	(374)	215.614
2016	263.039	(440)	262.599	215.988	(188)	215.800
2017	109.985	(116)	109.869	107.984	(29)	107.955
Total	738.181	(1.504)	736.677	786.371	(1.645)	784.726

d) Mutação das debêntures:

	Consolidado		
	Moeda nacional		
	Passivo		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	436.619	1.203.763	1.640.382
Encargos	128.464	-	128.464
Variação monetária e cambial	467	107	574
Swap	3.299	3.392	6.691
Efeito cumulativo marcação a mercado	(484)	92	(392)
Transferências	423.301	(423.301)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(551.866)	-	(551.866)
(-) Custos de transação	(3.249)	673	(2.576)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	436.551	784.726	1.221.277
Ingressos	-	90.000	90.000
Encargos	41.482	-	41.482
Variação monetária e cambial	532	(45)	487
Swap	522	483	1.005
Efeito cumulativo marcação a mercado	(32)	(4)	(36)
Transferências	138.563	(138.563)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(305.809)	-	(305.809)
(-) Custos de transação	6.573	80	6.653
Saldos em 30 de junho de 2013	318.382	736.677	1.055.059

24. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	Consolidado	
	30/06/13	31/12/12
Salários	14.593	16.478
Encargos sociais	10.309	9.169
Provisões férias e 13° salário	36.475	29.093
Encargos sobre provisões de férias e 13° salário	9.179	9.418
Provisão PLR	15.275	27.922
Outros	1.283	995
Total	87.114	93.075

25. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

		Consolidado	
	Ref.	30/06/13	31/12/12
Reserva Global de Reversão – RGR	(a)	88	88
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	22.592
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		1.746	6.253
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		4.225	5.009
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		636	854
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b)	69.683	76.507
Programa de Eficientização Energética - PEE	(b)	28.211	30.131
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		1.567	1.642
Compensação Financeira pela utilização de Recursos Hídricos - CFURH		835	1.977
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	4.753
Ministério de Minas e Energia - MME		825	1.004
Total		111.619	150.810
Passivo circulante		69.366	97.681
Passivo não circulante		42.253	53.129

(a) A Medida Provisória nº 579, de 12 de setembro de 2012, posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, Art. 21, desobriga as distribuidoras, a partir de 1º de janeiro de 2013, do recolhimento da quota anual da RGR. Em 27 de março de 2013, através do despacho nº 913, a ANEEL fixou os valores correspondentes à última quota de RGR e estabeleceu o recolhimento em parcela única em abril de 2013.

(b) A Coelba, Celpe, Cosern e as Geradoras, conforme cada caso inerente a atividade, reconheceram os passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquidos dos valores aplicados mas ainda não aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n˚s. 300/2008 e 316/2008. Os valores desembolsados referentes aos projetos que já foram iniciados estão registrados na conta contábil Serviços em curso no ativo circulante e são liquidados quando da finalização de cada projeto.

26. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30/06/13	31/12/12	30/06/13	31/12/12
Circulante				
Imposto de Renda - IR	4.415	16.657	95.183	52.882
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido- CSLL	1.637	1.637	77.420	26.465
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	10	11	170.321	159.943
Programa de Integração Social - PIS	16	2.520	13.097	19.056
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	75	11.607	59.067	88.847
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	41	226	7.465	9.617
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	2	1	2.629	2.570
IOF	124	124	124	124
Imposto sobre Serviços - ISS	-	10	2.835	3.608
Parcelamento de Tributos	33	65	33	70
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.854	-	17.317	16.592
Outros	-	-	8.328	12.540
	10.207	32.858	453.819	392.314
Não-Circulante				
Imposto de Renda - IR	-	-	5.621	5.621
Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	-	-	4.646	3.854
Programa de Integração Social - PIS	-	-	316	309
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	-	-	440	435
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	-	-	72	-
	-	-	11.095	10.219
Total	10.207	32.858	464.914	402.533

Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos e a recolher quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2° da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e serão compensados com os saldos de impostos e contribuições a compensar quando da entrega da declaração anual do imposto de renda (vide nota explicativa nº 12).

27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Em reuniões do Conselho de Administração e em Assembléias de Acionistas foram aprovadas as declarações de juros sobre capital e dividendos da seguinte forma:

			Valor por ação		
Deliberação	Provento	Valor deliberado	ON	PNA	PNB
2013					
RCA de 18 de abril de 2013	JSCP	43.449	0,0074264		
AGO de 24 de abril de 2012	Dividendos	14.598	0,0024950		
RCA de 28 de junho de 2013	JSCP	48.159	0,0082314		
		106.206			

A formação dos saldos de dividendos e JSPC a pagar, é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2012	142.937
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	106.206
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(7.006)
Pagos no período	(197.662)
Saldos em 30 de junho de 2013	44.475

28. PROVISÕES

As provisões constituídas para contingências passivas estão compostas como segue:

	Contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Ambientais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	136.001	114.222	109.294	17.787	14.284	391.588
Constituição	19.193	43.179	850	-	83	63.305
Baixas/reversão	(21.123)	(34.264)	(1.128)	-	(2.500)	(59.015)
Atualização	13.103	23.108	3.995	1.767	68	42.041
Saldos em 30 de junho de 2013	147.174	146.245	113.011	19.554	11.935	437.919

A Administração da Companhia e suas controladas consubstanciadas na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra as controladas, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Contingência trabalhista	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/13	Valor provisionado 31/12/12
Ex-empregados da companhia		68.160	1ª, 2ª e 3ª	Provável	68.160	57.434
		226.579	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		72.605	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de empreiteiras		62.288	1ª, 2ª e 3ª	Provável	62.288	62.212
		264.853	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		183.255	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados		16.726	1ª, 2ª e 3ª	Provável	16.726	16.355
		25.920	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		15.561	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		935.947			147.174	136.001

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da Taxa Referencial (TR) índice de atualização de processos trabalhistas divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, acrescidos de juros de 1% a.m.

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo repetição de indébito, danos materiais e/ou danos morais.

Contingência cível	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/13	Valor provisionado 31/12/12
Clientes – tarifas plano cruzado	(a)	18.464	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18.464	17.295
		2.997	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.627	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(b)	87.246	1ª, 2ª e 3ª	Provável	87.246	47.775
		1.026.555	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		18.104	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(c)	9.817	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.817	9.681
		77.755	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.737	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(d)	4.146	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4.146	6.225
		73.437	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		17.665	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		9.188	1ª, 2ª e 3ª	Provável	9.188	8.690
		95.322	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.247	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	16
		5.959	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		79	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.109	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.731	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		2.432	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.432	2.090
		7.847	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		548	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário ações		820	1ª, 2ª e 3ª	Provável	820	753
		1.371	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de energia elétrica		17	1ª, 2ª e 3ª	Provável	17	16
		2.480	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Cooperativas		20	1ª, 2ª e 3ª	Provável	20	18
		396.498	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Outras	(e)	5.964	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.964	3.348
		292.585	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		37.129	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.226.032			146.245	114.222

Nas controladas, os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC, acrescidos de juros de 1% a.m.

(a) Clientes - Plano Cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

(b) Indenização por perdas - Referem-se a diversas ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades das Concessionárias. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(c) Acidente terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia e suas controladas são ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(d) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais as controladas são ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida com pedido de tutela antecipada, execução de título judicial, declaratória de inexistência de débito.

(e) Outras - Diversas ações movidas por pessoas físicas e jurídicas envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida, litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica e serviços e outros.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

Contingência fiscal	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/13	Valor provisionado 31/12/12
ICMS	(a)	944	1ª, 2ª e 3ª	Provável	944	1.015
		292.512	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.215	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(b)	2.612	1ª, 2ª e 3ª	Provável	2.612	2.571
		51.145	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		20.737	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF	(c)	3.125	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.992	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CSLL	(d)	184	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
		69.512	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		11.623	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
TLF/IPTU	(e)	4	1ª, 2ª e 3ª	Provável	4	4
		3.534	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.715	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
REFIS	(f)	18.704	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
PIS/COFINS		94.105	1ª, 2ª e 3ª	Provável	94.105	91.331
	(g)	55.637	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(h)	440	1ª, 2ª e 3ª	Provável	440	449
		27.198	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		23.762	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
IRPJ	(i)	490	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	503
		1.375.427	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		26.302	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
INSS	(j)	8.884	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.884	9.217
		1.114	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		39	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ITD S/DOAÇÕES RECEBIDAS	(k)	4.608	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		285	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CIDE	(l)	5.243	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas	(m)	7.421	Administrativa	Possível	-	-
		4.458	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(o)	5.339	1ª, 2ª e 3ª	Provável	5.339	4.015
		60.981	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		3.251	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		2.194.556			113.011	109.294

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(a) ICMS - Na Cosern referem-se a diversas ações movidas pelos municípios do Rio Grande do Norte objetivando a nulidade da remissão do ICMS para a Cosern antes da privatização da empresa, compreendendo o período de março de 1989 a junho de 1996, aonde os consultores legais entendem que a maior parte dos valores cobrados já se encontram prescritos e que a responsabilidade por indenizar os municípios seria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte. É possível alguma condenação para a controlada, em virtude do não recolhimento do ICMS no período supracitado, desde que o crédito não esteja atingido pela decadência ou prescrição. Entretanto, os valores ainda não são passíveis de estimativa considerando a fase atual dos processos.

Na Celpe refere-se à (i) autos de infração contra a Companhia decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Celpe reconheceu o crédito e impugnou o auto de infração; (ii) auto de infração contra a Companhia em 06/2010 no montante de R$ 34.451 decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Celpe não reconheceu o débito e impugnou o auto de infração; (iii) autuação que ensejou a discussão sobre o valor do desconto, mediante o limite da legislação em vigor permitido e, autuação sobre isenções; e (iv). auto de infração contra a Celpe em 09/2011 no montante de R$ 213.546 mil decorrente de isenção aos clientes Rurais e Poder Público. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente de 185.393 foi objeto de impugnação administrativa.

Na Coelba, refere-se à (i) Autos de Infração lavrados pela Secretaria Estadual da Fazenda questionando o aproveitamento de créditos do ICMS decorrentes da aquisição de bens utilizados na atividade da Companhia, à luz do que dispõe o Regulamento do ICMS/BA. A Companhia não concorda com a autuação imposta pelo Fisco estadual por entender que a utilização dos referidos créditos está em sintonia com as disposições contidas na Lei Complementar 87/96. Para tanto, a Companhia tem utilizado os meios de defesa necessários para anular o lançamento de ofício; (ii) Auto de Infração que realizou a glosa do crédito do ICMS aproveitado em decorrência da aquisição de bens de informática e móveis destinados ao ativo permanente. A Companhia entende que o crédito é legítimo, por isso, mantém impugnação na esfera administrativa; (iii) Auto de Infração lavrado contra a Companhia questionando a concessão da redução da base de cálculo do ICMS aos consumidores tipificados no artigo 80, incisos I, II e III do RICMS/BA. A Companhia interpôs impugnação administrativa ao lançamento de ofício, argumentando que a definição das classes de consumo dos consumidores segue as determinações da legislação regulatória e que tais procedimentos já foram ratificados pela própria SEFAZ/BA, mediante soluções de consulta acerca do objeto da autuação; e (iv) Autos de Infração lavrados pela SEFAZ/BA arguindo supostas divergências entre o imposto declarado no arquivo do Convênio CONFAZ nº115/03 e o valor recolhido informado no demonstrativo de apuração do ICMS. A Companhia protocolou defesa administrativa argumentando a inexistência de recolhimento a menor e apontando que as causas da divergência residem no próprio layout do programa gerador do Convênio 115/03, que não

captura todas as operações realizadas pela Companhia. Nos autos da impugnação administrativa foram juntadas todas as comprovações que afastam quaisquer dúvidas quanto à integridade dos recolhimentos do ICMS realizados pela Companhia.

(b) ISS – Na Coelba refere-se a autos de infração lavrados por diversos municípios questionando o não recolhimento do ISS próprio e substituição tributária. A Coelba entende que as autuações não procedem, por isso, apresentou impugnação administrativa para anular os efeitos dos autos de infração. Apesar disso, a Companhia optou constituir provisão contábil para os casos carentes de jurisprudências convergentes à tese articulada na defesa. Na Celpe, refere-se à discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros. Na Cosern, refere-se a autos de infração lavrados pela Prefeitura de Natal e algumas prefeituras de cidades do interior do Estado, exigindo ISS sobre serviço prestado por terceiros.

(c) CPMF – Na Coelba, refere-se a auto de infração cobrando a CPMF sobre os pagamentos de tributos com vencimentos no período de setembro de 1998 a agosto de 2002, realizados através do SIAFI (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal). A Coelba procedeu à impugnação do auto de infração, juntando os extratos bancários que comprovam a incidência da CPMF sobre os pagamentos realizados. Entretanto o processo administrativo foi julgado procedente em primeira instância. A Coelba impetrou recurso para o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, em junho de 2007, e o processo encontra-se pendente de julgamento.

(d) CSLL – Na Coelba, refere-se ao Auto de infração lavrado pela Receita Federal questionando a exclusão da depreciação calculada sobre a correção monetária complementar (IPC/BTNF), na base de cálculo da CSLL. A Coelba interpôs impugnação administrativa defendendo a correção do procedimento adotado. Neste particular, as decisões judiciais proferidas tem sido favoráveis as contribuintes.

(e) IPTU – Na Coelba refere-se a demandas em esfera administrativa envolvendo cobrança de IPTU nos municípios de Salvador e Itabuna.

(f) REFIS – Refere-se à divergência no valor consolidado dos débitos declarados no parcelamento alternativo REFIS integralmente quitado em 03/05. No entanto, a Receita Federal alega que há saldo devedor em desfavor da Coelba. Objetivando evitar embaraços à suas atividades operacionais pelo cerceamento da concessão de certidões negativas, a Coelba utilizou os instrumentos judiciais cabíveis para suspender a exigibilidade do crédito tributário

(g) PIS/COFINS – Coelba - correspondem a (i) Auto de Infração lavrado pela Receita Federal, arguindo ausência de recolhimento das contribuições para o PIS e COFINS sobre as receitas financeiras. A Coelba apresentou impugnação administrativa à referida

cobrança e aguarda manifestação do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF. Ressalte-se que a incidência do PIS e da COFINS sobre receitas financeiras instituídas pela Lei 9718/98, foi objeto de declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal; (ii) Indeferimento pela Receita Federal de pedidos de compensação de débitos fiscais com créditos de PIS e COFINS. A Companhia impetrou impugnação restabelecendo a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.

(h) COFINS – Refere-se ao processo judicial onde a Cosern busca a compensação tributária do crédito de COFINS relativo a pagamento superior ao efetivamente devido em dezembro de 2008. Na Coelba, refere-se ao Auto de Infração lavrado em agosto de 2003 questionando o pagamento dos débitos de COFINS, referente aos meses de novembro e dezembro de 1998 e janeiro a fevereiro de 1999. Esses valores foram compensados com crédito de IRRF, pleiteado através do processo 10580.007.291/98-41, porém não foi observado o rito formal de compensação que é a utilização da Declaração de Compensação. Não obstante a Coelba protocolou defesa judicial sob o argumento de que a forma não deve prevalecer sobre a essência, ou seja, o mero descumprimento de formalidades acessórias não deve prejudicar créditos fiscais legítimos (princípio da essência sobre a forma). Processo aguardando julgamento do mérito. Na Celpe, os procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda estão em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(i) IRPJ - Autos de infração contra a Celpe sobre lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais. Na Coelba, refere-se a auto de infração do ano-calendário 2003, motivado pela falta de retenção do IRRF incidente sobre o pagamento de juros sobre capital próprio. A Coelba interpôs impugnação administrativa sob o argumento que o procedimento adotado está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo COSIT n. 01/2002. Autos de infração na Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco, decorrentes da falta de retenção do IRRF incidente sobre os juros sobre capital distribuído para a Neoenergia. As controladas entendem ser indevida a sanção imposta pelo Fisco Federal, por entender que seu procedimento está lastreado nas disposições contidas no Parecer Normativo n.º 01/2002. Adicionalmente, nas controladas Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco houve autos de infração decorrentes da não adição da despesa de ágio contabilizado no período de 2006 a 2010 nas bases de cálculo do IRPJ e CSLL. As controladas apresentaram impugnação, pois entendem que esse ágio, por ser derivado da expectativa de rentabilidade futura, é dedutível na apuração desses tributos.

(j) INSS - Autos de infração em relação às contribuições sociais não recolhidas pelos prestadores de serviços. Na Coelba, referem-se notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD lavradas pelo INSS decorrentes do instituto da solidariedade fiscal na contratação de serviços. A Coelba apresentou impugnação argumentando que a imputação do débito ao contratante somente deve ocorrer após constatado a

inadimplência do devedor principal. No entanto, foi constituída provisão contábil referente aos casos em que a Coelba não dispõe das guias que comprovam o recolhimento das obrigações pelos prestadores dos serviços

(k) ITD - Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos – Autos de infração lavrados pela SEFAZ/BA contra a Coelba cobrando o recolhimento do ITD sobre a transferência de ativos de particulares para a concessão. A Coelba protocolou impugnação administrativa juntando manifestação do Superior Tribunal de Justiça contrária à incidência do referido imposto sobre essas operações

(l) CIDE - Autos de infração lavrados pela Receita Federal arguindo ausência de recolhimento da Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE. A Coelba apresentou impugnação administrativa argumentando a inexistência de base legal na época em que ocorreram os fatos geradores. Processo encontra-se em curso no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF.

(m) Taxas diversas – Refere-se a notificações fiscais envolvendo taxa de licença para ocupação de áreas em vias e logradouros públicos e processos judiciais contra a cobrança da taxa de iluminação pública.

(n) Incentivo Fiscal Sudene – Coelba - corresponde à cobrança pela Receita Federal da multa de ofício exigida no processo de Representação Fiscal decorrente da falta de exclusão da provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido no cálculo do lucro da exploração.

(o) Outras – Diversos processos fiscais tais como, questionamento de consumidor contra a cobrança de tributos em conta de energia, honorários advocatícios de processos fiscais, etc. Inclui ainda procedimento resultante de autuação fiscal contra a Celpe, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais e na Cosern referem-se a demandas em esfera administrativa ou judicial que envolvem matérias não enquadradas nas hipóteses anteriores, ou que digam respeito a mais de uma exação fiscal.

Ambiental

Contingência ambiental	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado 30/06/13	Valor provisionado 31/12/12
Licença ambiental		11.935	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.935	14.284
		39.302	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Total		51.239			11.935	14.284

A Itapebi firmou, em 21 de novembro de 2002, acordo com o autor da ação popular, impetrada em setembro de 2002, e com o IBAMA, visando definir a compensação adicional de impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação da UHE Itapebi. As deliberações contidas no acordo compreendem, dentre outras: elaboração de estudos,

regularização fundiária das unidades, elaboração de plano de manejo e proteção. Esse acordo foi valorizado em R$ 8.042 e provisionado no balanço de 31 de dezembro de 2002.

Como condicionante da licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, a ITAPEBI desenvolveu novos projetos definindo medidas ambientais compensatórias da exploração do potencial hidrelétrico relacionadas à aquisição de terras, assessoria ambiental, assessoria jurídica, administração do meio ambiente, incluindo consolidação, monitoramento e proteção ambiental. O custo orçado destes projetos foi estimado em R$ 10.208 e encontra-se registrado contabilmente.

29. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Consolidado	
	Ref	30/06/13	31/12/12
Consumidores	(a)	56.684	62.639
Empregados - adiantamento acordo coletivo		44	34
Plano de saúde (fundo de reserva)	(b)	3.256	10.497
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		9.190	8.997
Empréstimos compulsórios - ELETROBRÁS		312	293
Convênios		294	256
Caução em garantia	(c)	137.688	114.234
FGTS conta empresa		336	336
Encargos CBEE		1.804	1.807
Taxa iluminação pública - TIP	(d)	6.499	8.590
Adiantamentos recebidos	(e)	47.850	44.430
Outras		15.062	17.543
Total		**421.430**	**342.974**
Circulante		372.256	272.042
Não circulante		49.174	70.932

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Fundo de Reserva constituído por contribuições sob a forma de pré-pagamento para o Plano de Saúde Bradesco da controlada Coelba, por parte da controlada e participantes (empregados ativos, empregados da FAELBA e assistidos - empregados inativos, aposentados e pensionistas), para atender as despesas futuras com a assistência médica (ambulatorial e hospitalar) e odontológica, de seus participantes (titulares e dependentes). O saldo é atualizado mensalmente pela variação de 100% do CDI.

(c) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento dos contratos, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(d) Taxa Iluminação Pública - TIP - Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(e) Adiantamentos recebidos – Referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão.

30. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, subscrito e integralizado é de R$ 4.739.025.

A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

	Lote de mil ações	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	701.327	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.566.165	26,77%
Total	5.850.636	100,00%

	R$ Mil	
	Ações Ordinárias	
Acionistas	Única	%
Iberdrola Energia S A	1.848.220	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.054.133	22,24%
BB - Banco de Investimentos S A	568.076	11,99%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	1.268.596	26,77%
Total	4.739.025	100,00%

Reserva de lucro

Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado dos nove meses, e posteriormente será transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

Por conta disso, as controladas Coelba, Cosern, Celpe, Itapebi e Termopernambuco formalizaram pleito à SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75%
COELBA	0039/2002	25%
CELPE	0157/2010	75%
CELPE	0039/2002	25%
COSERN	0183/2010	75%
COSERN	0038/2002	25%
ITAPEBI	0307/2003	75%
TERMOPE	0118/2005	75%
TERMOPE	0119/2005	75%

A Coelba, Celpe, Cosern, Itapebi e Termopernambuco apuraram, respectivamente, nos seis meses findos em 30 de junho de 2013, os valores de R$ 71.621, R$ 14.380, R$ 29.228, R$ - e R$ - (R$ 83.417, R$ 7.566, R$ 27.323, R$ 20.459 e R$ - em 30 de junho de 2012, respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no lucro da exploração. Em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

A Lei das S.A. permite às sociedades reterem parcela do lucro líquido do exercício, prevista em orçamento de capital, previamente aprovado pela Assembleia Geral.

Em 30 de junho de 2013, a Neoenergia mantém em seu patrimônio líquido reserva de retenção de lucros, no montante de R$ 6.152.537 (R$ 6.152.537 em 31 de dezembro de 2011) a qual foi constituída de acordo com o artigo nº 196 da Lei das S.A., visando a realização de investimentos futuros.

Outros Resultados Abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração dos outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (IAS1), inclui os ganhos e perdas decorrentes da mensuração a valor justo do ativo indenizável (concessão) líquida dos efeitos tributários.

31. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida da controladora e consolida por natureza e suas deduções:

		Controladora			
		Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	Ref.	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
Outras receitas	(d)	870	868	1.907	1.681
Total receita bruta		870	868	1.907	1.681
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(81)	(80)	(205)	(155)
Total receita operacional líquida		789	788	1.702	1.526

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	Ref.	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Fornecimento de energia elétrica	(a)	1.311.407	1.483.025	2.742.922	2.929.148
Receita de distribuição, geração e comercialização		1.235.704	1.396.441	2.573.911	2.755.666
Remuneração financeira wacc		75.703	86.584	169.011	173.482
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	(b)	7.385	17.264	38.691	31.897
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	(c)	1.745.502	1.949.689	3.557.941	3.819.513
Receita de distribuição		1.728.634	1.925.481	3.516.366	3.774.465
Remuneração financeira wacc		16.868	24.208	41.575	45.048
Receita de concessão		-	7.665	-	15.196
Receita de construção da infraestrutura da concessão		341.477	389.447	751.783	744.252
Outras receitas	(d)	120.205	37.796	202.378	84.555
Total receita bruta		3.525.976	3.884.886	7.293.715	7.624.561
(-) Deduções da receita bruta	(e)	(967.007)	(1.158.370)	(1.939.669)	(2.307.675)
Total		2.558.969	2.726.516	5.354.046	5.316.886

(a) Fornecimento de energia - A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores é a seguinte:

	Consolidado					
					Períodos de seis meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.482.497	8.277.264	6.299.748	5.690.207	2.436.245	2.575.692
Industrial	36.556	37.776	2.185.431	2.520.976	629.267	855.540
Comercial	600.181	589.009	3.182.164	3.037.764	1.330.478	1.469.199
Rural	431.344	442.592	1.251.790	1.165.098	237.872	256.847
Poder público	80.688	81.787	803.083	751.188	302.973	333.936
Iluminação pública	27.571	27.045	705.695	668.799	139.986	154.984
Serviço público	14.578	13.799	860.259	848.450	188.949	234.990
Consumo próprio	783	719	16.809	16.418	-	-
Suprimento	133	135	3.853.730	3.865.160	421.094	376.859
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(57.991)	9.290
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo (1)	-	-	-	-	(3.346.577)	(3.624.642)
	9.674.331	9.470.126	19.158.709	18.564.060	2.282.296	2.642.695
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	460.626	286.453
Total	9.674.331	9.470.126	19.158.709	18.564.060	2.742.922	2.929.148

	Consolidado					
					Períodos de três meses findos em	
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R$ mil	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Consumidores:						(Reclassificado)
Residencial	8.482.497	8.277.264	3.150.201	2.808.556	1.147.745	1.279.869
Industrial	36.556	37.776	1.094.446	1.226.055	305.214	432.523
Comercial	600.181	589.009	1.582.751	1.501.372	632.571	747.155
Rural	431.344	442.592	619.159	622.504	113.116	138.825
Poder público	80.688	81.787	411.659	385.165	147.933	176.222
Iluminação pública	27.571	27.045	364.554	340.845	69.951	80.308
Serviço público	14.578	13.799	431.880	423.300	91.319	121.761
Consumo próprio	783	719	8.497	8.196	-	-
Suprimento	132	134	1.866.389	1.886.298	211.698	206.111
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(23.883)	2.592
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	-	-	-	-	(1.648.960)	(1.851.991)
	9.674.330	9.470.125	9.529.536	9.202.291	1.046.704	1.333.375
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	264.703	149.650
Total	9.674.330	9.470.125	9.529.536	9.202.291	1.311.407	1.483.025

(*) Informações não auditadas

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE - Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Disponibilização do Sistema de Distribuição - A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres e cativos com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

		Consolidado			
		Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	Ref.	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Tarifa de uso do sistema elétrico de distribuição		15.471	1.714	33.941	3.899
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor livre		81.073	95.984	177.423	190.971
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - consumidor cativo	(1)	1.648.958	1.851.991	3.346.577	3.624.643
Total		1.745.502	1.949.689	3.557.941	3.819.513

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL n° 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma "tusd média" calculada a partir da tusd homologada para consumidores cativos.

(d) Outras receitas

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
		(Reclassificado)		(Reclassificado)
Renda da prestação de serviços	8.931	5.029	15.774	9.941
Arrendamentos e aluguéis	15.383	15.125	30.053	29.423
Serviço taxado	5.126	4.948	9.797	9.259
Taxa de iluminação pública	4.144	4.146	8.272	8.187
Comissão serviços de terceiros	974	1.009	1.951	2.050
Multa infração consumidor	3.271	(61)	4.308	5.615
Ressarcimento Comercialização de Energia	52.066	-	69.247	-
Ressarcimento Energia	16.854	-	38.176	-
Fornecimento de vapor	12.631	10.027	24.026	21.544
Outras receitas	825	(2.427)	774	(1.464)
Total	120.205	37.796	202.378	84.555

(e) Deduções da receita bruta - As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Deduções da receita bruta	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Impostos:				
ICMS	(598.363)	(662.497)	(1.217.754)	(1.314.076)
PIS	(59.896)	(60.264)	(112.246)	(117.057)
COFINS	(274.813)	(277.654)	(516.123)	(539.286)
ISS	(2.012)	(2.377)	(4.007)	(4.698)
Encargos Setoriais:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	(175)	(31.831)	(9.724)	(61.277)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(5.273)	(18.869)	(10.622)	(37.733)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(69.140)	(16.783)	(169.309)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(9.126)	(14.641)	(18.955)	(24.008)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(4.456)	(4.144)	(8.572)	(7.887)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(2.228)	(2.072)	(4.285)	(3.944)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(7.257)	(6.750)	(13.975)	(12.971)
Encargos do consumidor - PROINFA	(3.165)	(1.916)	(6.383)	(3.601)
Encargos do consumidor - Tesouro Nacional	(243)	(6.215)	(240)	(11.828)
Total	(967.007)	(1.158.370)	(1.939.669)	(2.307.675)

32. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

		Controladora	
		Período acumulado de seis meses findos em	
		30/06/13	30/06/12
	Ref.	Despesas gerais e administrativas	
Pessoal		(3.659)	(2.310)
Entidade de previdência privada		(36)	(121)
Material		(32)	(24)
Serviços de terceiros		(3.073)	(2.015)
Amortização		(1.581)	(1.610)
Arrendamentos e aluguéis		(75)	(86)
Tributos		(216)	(43)
Outros perdas alienação participação	(a)	(54.001)	-
Outros		(418)	(1.899)
Total custos / despesas		(63.091)	(8.108)

(a) Resultado líquido da venda de participação da Termoaçu para Petrobras (Vide nota nº 17, item "g" e movimentação de investimento)

	Consolidado				
					Períodos de seis meses findos em
	30/06/13				30/06/12
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(112.092)	(53.132)	(97.268)	(262.492)	(229.491)
Administradores	-	-	(3.465)	(3.465)	(3.606)
Entidade de previdência privada	(6.121)	(1.628)	(5.831)	(13.580)	(10.536)
Material	(17.003)	(901)	(602)	(18.506)	(12.803)
Combustível para produção de energia	(138.234)	-	-	(138.234)	(107.944)
Serviços de terceiros	(222.869)	(140.403)	(95.175)	(458.447)	(385.918)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(10.005)	-	-	(10.005)	(10.177)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	-	-	-	-	(24)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(3.476)	-	-	(3.476)	(568)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	-	-	-	-	(4.431)
Energia elétrica comprada para revenda	(2.101.437)	-	-	(2.101.437)	(1.923.180)
Encargos de uso de rede	(144.986)	-	-	(144.986)	(285.492)
Depreciação e amortização	(246.193)	(39.371)	(19.412)	(304.976)	(286.140)
Arrendamentos e alugueis	(2.692)	(535)	(3.487)	(6.714)	(6.257)
Tributos	(1.877)	(1.936)	(3.026)	(6.839)	(4.969)
Provisões líquidas - PCLD	-	(46.191)	(439)	(46.630)	(220.837)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(45.118)	-	(45.118)	(76.284)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.072	2.072	1.318
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(764.632)	-	-	(764.632)	(744.252)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(51.436)	(51.436)	(8.425)
Outros	(18.021)	(4.625)	(51.002)	(73.648)	(47.443)
Total custos / despesas	(3.789.638)	(333.840)	(329.071)	(4.452.549)	(4.367.459)

	Consolidado				
				Períodos de três meses findos em	
	30/06/13				30/06/12
Custos / Despesas	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(63.207)	(29.935)	(45.564)	(138.706)	(110.613)
Administradores	-	-	(1.819)	(1.819)	(3.276)
Entidade de previdência privada	(3.625)	(782)	(3.840)	(8.247)	(3.819)
Material	(8.921)	(478)	(867)	(10.266)	(6.581)
Combustível para produção de energia	(70.106)	-	-	(70.106)	(60.692)
Serviços de terceiros	(113.748)	(72.383)	(52.508)	(238.639)	(196.239)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica–TFSEE	(4.655)	-	-	(4.655)	(5.088)
Outorga da concessão pela utilização do bem público	(258)	-	-	(258)	-
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(918)	-	-	(918)	(174)
Compensação Financeira Recursos Hídricos - CFRH	(759)	-	-	(759)	(1.719)
Energia elétrica comprada para revenda	(919.557)	-	-	(919.557)	(1.092.298)
Encargos de uso do sistema transmissão	(73.379)	-	-	(73.379)	(142.602)
Depreciação e amortização	(124.248)	(19.273)	(12.851)	(156.372)	(155.661)
Arrendamentos e alugueis	(1.375)	(284)	(1.885)	(3.544)	(3.190)
Tributos	(603)	(58)	(551)	(1.212)	(759)
Provisões líquidas - PCLD	-	(12.575)	-	(12.575)	(106.689)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(32.259)	-	(32.259)	(27.600)
Provisões líquidas - contingências	-	-	3.277	3.277	(480)
Provisões atuariais	-	-	2.532	2.532	-
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(346.137)	-	-	(346.137)	(389.447)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(50.927)	(50.927)	(4.645)
Outros	(13.528)	(2.294)	(25.279)	(41.101)	(22.179)
Total custos / despesas	(1.745.024)	(170.321)	(190.282)	(2.105.627)	(2.333.751)

33. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

As receitas e despesas financeiras têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			
	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda de aplicações financeiras	47.466	62.851	95.065	137.563
Outras receitas financeiras	3.619	2.413	5.259	5.974
Total	51.085	65.264	100.324	143.537

	Controladora			
	Período de três meses findos em		Período acumulado de seis meses findos em	
Despesa Financeira	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Outras despesas financeiras	(1.741)	(1.771)	(4.193)	(3.545)
Total	(1.741)	(1.771)	(4.193)	(3.545)

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Receita Financeira	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Renda de aplicações financeiras	69.729	87.569	135.919	191.465
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	43.734	39.897	88.557	87.615
Variação monetária	35.820	18.059	65.223	35.732
Variação cambial	4.991	152	35.390	28.568
Operações swap	93.279	36.945	113.878	57.390
Receita Financeira da Concessão	2.879	(9.373)	17.856	(7.899)
Outras receitas financeiras	6.002	10.673	10.909	20.517
Total	256.434	183.922	467.732	413.388

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em		Períodos de seis meses findos em	
Despesa financeira	30/06/13	30/06/12	30/06/13	30/06/12
Encargos de dívida	(103.486)	(115.040)	(203.864)	(240.265)
Variação monetária	(42.947)	(23.424)	(72.822)	(77.651)
Variação cambial	(89.247)	(33.954)	(107.074)	(53.092)
Operações swap	(15.983)	(12.765)	(59.854)	(48.871)
Multas regulatórias	(8.825)	(11.690)	(29.946)	(29.735)
Perda acréscimos moratórios	(435)	(10.366)	(779)	(10.366)
Outras despesas financeiras	(28.723)	(7.478)	(45.978)	(37.437)
Total	(289.646)	(214.717)	(520.317)	(497.417)

34. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Controladora

			30/06/13			31/12/12		30/06/12
Empresas	Ref	Natureza de Operação	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
COELBA		Dividendos	-	-	-	46.694	-	-
		Juros sobre capital próprio	99.830	-	-	99.830	-	-
		Adiantamento - AFAC	2.402	-	-	2.402	-	-
		Aluguel/Comodato	89	-	-	83	-	-
		Outros	-	10	-	-	46	-
			102.321	10	-	149.009	46	-
CELPE		Dividendos	-	-	-	2.338	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	195	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	54	-	-	66	-	-
			249	-	-	2.404	-	-
		Dividendos	-	-	-	12.186	-	-
		Juros sobre capital próprio	30.547	-	-	30.547	-	-
COSERN		Debêntures - Aplicação / Emissão	23	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	19	-	-	17	-	-
			30.589	-	-	42.750	-	-
TERMOPERNAMBUCO		Dividendos	-	-	-	1.016	-	-
			-	-	-	1.016	-	-
TERMOAÇU		Reembolso de despesa	-	-	-	343	-	-
		Outros	515	-	-	-	-	-
			515	-	-	343	-	-
ITAPEBI		Juros sobre capital próprio	-	-	-	9.548	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	307	-	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	136	-	-	66	-	-
			443	-	-	9.614	-	-
GERAÇÃO CIII		Dividendos	30.203	-	-	25.462	-	-
			30.203	-	-	25.462	-	-
NC ENERGIA		Dividendos	59.073	-	-	36.326	-	-
		Juros sobre capital próprio	510	-	-	510	-	-
		Aluguel/Comodato	35	-	-	-	-	-
			59.618	-	-	36.836	-	-
NEOENERGIA SERVIÇOS		Dividendos	3.009	-	-	653	-	-
		Juros sobre capital próprio	146	-	-	145	-	-
			3.155	-	-	798	-	-
GARTER	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2	-	-
			-	-	-	2	-	-
BAGUARI I		Dividendos	15.107	-	-	9.695	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.985	-	-	6.985	-	-
			22.092	-	-	16.680	-	-
BAHIA PCH I		Dividendos	29.153	-	-	18.701	-	-
			29.153	-	-	18.701	-	-
BAHIA PCH II		Outros	2.167	-	-	2.167	-	-
			2.167	-	-	2.167	-	-
BAHIA PCH III		Outros	1.214	-	-	1.198	-	-
			1.214	-	-	1.198	-	-
RIO PCH I		Dividendos	15.736	-	-	9.577	-	-
		Outros	6	-	-	4	-	-
			15.742	-	-	9.581	-	-
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	2.000	-	-
		Outros	700	-	-	700	-	-
			700	-	-	2.700	-	-
GOIAS SUL		Dividendos	7.562	-	-	1.891	-	-
			7.562	-	-	1.891	-	-
GERAÇÃO CÉU AZUL	(a)	Adiantamento - AFAC	-	-	-	24.739	-	-
		Outros	8	-	-	-	-	-
			8	-	-	24.739	-	-
SE NARANDIBA		Dividendos	3.646	-	-	958	-	-
		Adiantamento - AFAC	550	-	-	-	-	-
			4.196	-	-	958	-	-

Controladora

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/06/13 Ativo	30/06/13 Passivo	30/06/13 Resultado	31/12/12 Ativo	31/12/12 Passivo	30/06/12 Resultado
PCH ALTO DO RIO GRANDE		Reembolso de despesa	2	-	-	-	-	-
		Outros	2	-	-	-	-	-
			4	-	-	-	-	-
AFLUENTE GERAÇÃO		Dividendos	-	-	-	2.372	-	-
		Aluguel/Comodato	5	-	-	-	-	-
			5	-	-	2.372	-	-
AFLUENTE TRANSMISSÃO		Dividendos	-	-	-	3.691	-	-
			-	-	-	3.691	-	-
ÁGUAS DA PEDRA		Dividendos	6.081	-	-	-	-	-
			6.081	-	-	-	-	-
TELES PIRES PART.		Outros	-	-	-	-	10	-
			-	-	-	-	10	-
ENERGY WORKS		Dividendos	20.892	-	-	13.751	-	-
		Juros sobre capital próprio	6.760	-	-	6.761	-	-
			27.652	-	-	20.512	-	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL		Dividendos	2.261	-	-	565	-	-
			2.261	-	-	565	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	4.909	-	-	15.772	-
			-	4.909	-	-	15.772	-
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do B		Juros sobre capital próprio	-	10.709	-	-	34.425	-
			-	10.709	-	-	34.425	-
Iberdrola Energia S.A		Juros sobre capital próprio	-	15.965	-	-	51.308	-
			-	15.965	-	-	51.308	-
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Aç		Juros sobre capital próprio	-	12.892	-	-	41.432	-
			-	12.892	-	-	41.432	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-

Consolidado

Empresas	Ref	Natureza de Operação	Consolidado 30/06/13 Ativo	30/06/13 Passivo	30/06/13 Resultado	31/12/12 Ativo	31/12/12 Passivo	30/06/12 Resultado
Banco do Brasil S.A.	(c)	Empréstimos e Financiamentos	6.979	173.321	(10.103)	7.821	265.067	(10.384)
		Outros	-	641	(159)	-	800	(164)
			6.979	173.962	(10.262)	7.821	265.867	(10.548)
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Juros sobre capital próprio	-	4.909	-	-	19.500	-
	(d)	Aplicações financeiras	36.831	-	-	40.635	-	-
		Empréstimos e financiamentos	-	304.768	(19.338)	-	297.353	(18.360)
			36.831	309.677	(19.338)	40.635	316.853	(18.360)
Fundação Coelba de Previdência Complement. - FAELBA		Contribuição patronal	-	-	-	-	-	(4.617)
			-	-	-	-	-	(4.617)
Celpos	(b)	Contrato de mútuo	-	142.847	(5.213)	-	143.029	(8.330)
		Contribuição patronal	-	164.331	(2.819)	-	156.227	(918)
			-	307.178	(8.032)	-	299.256	(9.248)
Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil		Dividendos	-	-	-	-	1.558	-
		Juros sobre capital próprio	-	10.709	-	-	41.172	-
			-	10.709	-	-	42.730	-
Iberdrola Energia S.A		Prestação de serviço	-	3.259	(26.717)	-	265	(21.797)
		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	287	(287)	-	-	-
		Dividendos	-	-	-	-	5.966	-
		Juros sobre capital próprio	-	15.965	-	-	65.774	-
			-	19.511	(27.004)	-	72.005	(21.797)
Fundo Mútuo Invest. em Ações Cart. Livre - BB Ações Price		Juros sobre capital próprio	-	12.892	-	-	41.432	-
			-	12.892	-	-	41.432	-
521 Participações S.A.		Outros	-	-	-	15	-	-
			-	-	-	15	-	-
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	607	(1.268)	-	622	(1.851)
			-	607	(1.268)	-	622	(1.851)
Outros não controladores		Dividendos	-	10.853	-	-	11.088	-
		Juros sobre capital próprio	-	153	-	-	4.187	-
		Adiantamento - AFAC	-	-	-	3.693	-	-
			-	11.006	-	3.693	15.275	-

(a) Referem-se aos adiantamentos para futuro aumento de capital efetuados pela Neoenergia.

(b) Refere-se ao contrato de benefício da controlada Celpe com a Celpos, com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

(c) Contratos de Empréstimos e Aplicações Financeiras

Banco do Brasil – Nota de Crédito Comercial nº. 20/00863-5, com vencimento em 18 de abril de 2014, corrigido mensalmente com base no IRP.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 342.901.057, com vencimento em 24 de abril de 2015, corrigido mensalmente com base no CDI.

Banco do Brasil - Nota de Crédito Comercial nº. 20/00852-X, com vencimento em 14 de abril de 2014, corrigido anualmente com taxa efetiva de 12,149%.

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

(d) Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado .

A Administração da Companhia entende que todas as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

A remuneração total dos administradores para os seis meses findos em 30 de junho de 2013 é R$ 2.748 (R$ 1.664 em 30 de Junho de 2012) na controladora e no consolidado no montante de R$ 6.135 (R$ 5.117 em 30 de Junho de 2012) o qual é considerado benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

35. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40, as Companhias do Grupo efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos financeiros das Companhias do Grupo seguem o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, o Grupo segue a Política de Crédito que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Gestão do Capital Social

As Controladas e a Controladora promovem a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante os períodos findos em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012.

Em 30 de junho de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são classificados como mantido para negociação. O valor justo está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais.

- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias dempréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no logo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.

- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures.

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão do Grupo e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) - São considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.

- ✓ Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores justos destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas prefixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores justos calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente,

divulgadas pela ANBIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.

- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.

- Instrumentos Financeiros Derivativos:

  - ✓ Operação com derivativo para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial sem nenhum caráter especulativo.

  - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

	Ativos (Passivos)			
	30/06/13		31/12/12	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	3.527.236	3.527.236	3.770.684	3.770.684
Títulos e valores mobiliários	178.077	178.077	214.379	214.379
Contas a receber de clientes e demais contas a receber (a)	2.086.177	2.086.177	2.638.679	2.638.679
Passivo				
Fornecedores	(1.093.263)	(1.093.263)	(1.114.044)	(1.114.044)
Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	(460.173)	(460.173)	(465.107)	(465.107)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	(3.458.418)	(3.452.982)	(3.657.463)	(3.651.533)
Debêntures em moeda nacional	(1.048.053)	(1.048.358)	(1.177.963)	(1.181.198)
Empréstimos, financ. e debêntures em moeda estrangeira	(1.045.675)	(1.044.771)	(966.427)	(966.879)
Instrumentos financeiros derivativos	118.177	118.177	32.071	32.071

(a) Líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presente em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial, utilizando swap dólar para CDI, IGP-M e troca de taxa de juros, utilizando swap de taxa prefixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Operação de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa prefixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política do Grupo não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 31 de dezembro de 2012 e 2011 são como segue:

					Valores de Referência						Efeito acumulado 30/06//2013
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		Valor Justo		
Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	30/06//2013	30/06//2012	30/06//2013	30/06//2012	30/06//2013	30/06//2012	Valor a receber/recebido - a pagar/pago
Contratos de swaps:											
Coelba									-	-	
Swap		11/07/06 / 15/06/09 / 22/06/10 / 26/08/10 / 10/12/10	26/06/2013 / 26/06/2015	USD 6M LIBOR + 1%a.a./ USD 6M LIBOR + 1,875 %a.a. 106,75% / 107,25% / 101,61% / 101,72% / 103,27% / 100,40% e	USD 150.000	USD 150.000	R$ 284.912	R$ 282.704			
Ativa	Bancos Santander e Citibank								337.194	310.422	
Passiva	Merrill Lynch e BNP Paribas								285.083	282.933	
									52.111	27.489	20.660
Swap											
Ativa	Banco Votorantim	30/07/04	27/01/14	USD + 13,4853% a.a.	USD 1.444	USD 2.979	R$ 4.363	R$ 9.003	6.911	12.599	
Passiva				IGPM + 13,95% a.a					22.820	43.319	
									(15.909)	(30.720)	(1.181)
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	114,29% * (Libor 3M+0,80% a.a)	USD 50.000	USD 50.000	R$ 104.005	R$ 104.005	106.913	96.988	
Passiva				CDI + 0,60% a.a.					104.337	104.305	
									2.576	(7.317)	6.729
Swap											
Ativa	Bank of America Merrill Lynch	13/11/12 / 16/11/12 /	14/06/18	117,65% * (Libor 3M+1,70% a.a)	USD 200.000	USD 200.000	R$ 415.500	R$ 415.500	449.597	409.944	
Passiva				CDI + 0,552% a.a. / CDI + 0,60% a.a. / CDI + 0,61% a.a.					416.826	416.696	
									32.771	(6.752)	29.176
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/2014	12,16% a.a.			R$ 100.000	R$ 100.000	146.503	143.693	
Passiva				99,5 % do CDI					133.334	128.936	
									13.169	14.757	(1.589)
Celpe											
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	314	325	R$ 863	R$ 837	1.002	930	
Passiva				72,5% do CDI			R$ 804	R$ 785	804	785	
									198	145	198
Swap											
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	1.720	1.966	R$ 4.159	R$ 4.571	5.162	4.857	
Passiva				92% do CDI			R$ 4.385	R$ 4.251	4.385	4.251	
									777	607	777
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a	-	-	R$ 207.876	R$ 175.323	212.429	208.356	
Passiva				99,5% do CDI			R$ 193.335	R$ 172.519	193.335	186.957	
									19.094	21.399	19.094
Cosern											
Ativa	Bank Of American	08/04/11	06/05/16	USD 6M LIBOR + 2,39% a.a.	USD 9482	USD 9482	R$ 15.000	R$ 15.000	21.465	19.777	
Passiva				CDI - 6% a.a.					15.177	15.162	
									6.288	4.615	1.402
Swap											
Ativa	Banco do Brasil	06/05/2010	14/04/14	12,16% a.a.			R$ 53.000	R$ 53.000	77.646	76.157	
Passiva				99,5 % do CDI					70.667	68.336	
									6.979	7.821	1.808
Termope											
Swap											
Ativa	Banco de Tokyo	03/12/12	14/06/18	USD +2,95% a.a. 2013 a 2014 / USD +3,20% 2015 a 2017	USD 58.680	USD 58.680	R$ 130.450	R$ 120.285	R$ 129.545	121.340	
Passiva				110% CDI			R$ 120.965	R$ 120.887	R$ 120.965	120.887	
									8.579	453	

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco:

► Riscos financeiros

✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda

estrangeira e das debêntures em moeda nacional indexada a variação cambial captadas no mercado. O Grupo, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo com exposição cambial não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2012, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

Coelba – Para os seis meses findos em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 53.795.

Celpe - Para os seis meses findos em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ R$ 20.069.

Cosern – Para os seis meses findos em 30 de junho de 2013, a Companhia apurou um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R$ 3.210.

Termopernambuco - Foi contratada operação de "hedge" para o empréstimo em moeda estrangeira Junto ao Banco Tokio, de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 110,% da taxa DI.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado do Grupo, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial.

Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Dólar	Alta do Dólar	(73.195)	(91.495)	(109.793)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Queda do Dólar	73.196	91.495	109.794
Exposição Líquida		1	0	1

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta

projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

- ✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. O Grupo, com o objetivo de acompanhar a taxa de juros do mercado refletida no CDI e reduzir sua exposição a taxas prefixadas, possui derivativo e utiliza swap de taxa prefixada para CDI. Ainda assim, o Grupo monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As Companhias do Grupo possuíam, em 30 de junho de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possuía swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira e em moeda nacional indexada a variação cambial, trocando a exposição à variação do Dólar pela exposição à variação do CDI e IGP-M. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI e IGP-M.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado do Grupo de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado do Grupo no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

R$ Mil

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	29.824	71.217	47.480
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(49.736)	(62.171)	(74.604)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(35.268)	(42.354)	(49.441)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(43.903)	(54.880)	(65.855)
Swap Ponta Passiva em IGPM	Alta do IGPM	(398)	(498)	(597)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

- ✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade do Grupo e suas controladas não honrarem com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pelo Grupo busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 30 de junho 2013 o Grupo mantinha um total de aplicações no curto prazo de R$ 3.527.236, sendo R$ 1.606.165 em fundos exclusivos e R$ 1.519.669 em outros ativos, além de R$ 178.077 de aplicações de curto e longo prazo em títulos e valores mobiliários.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações das Companhias do Grupo, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014	2015, 2016 e 2017	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	446.283			
Empréstimos e Financiamentos	1.238.454			
Debêntures	298.134			
Instrumentos Derivativos	(694.059)			
Não Circulante				
Fornecedores		-	-	26.951
Empréstimos e Financiamentos		830.980	2.377.091	820.885
Debêntures		290.346	246.610	291.844
Instrumentos Derivativos		(16.209)	(52.614)	(49.082)

- ► Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade das controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, as controladas monitoram as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o

consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

36. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

Os segmentos operacionais da Companhia e suas controladas são internamente organizados principalmente como entidade jurídica. A Companhia agrupou os segmentos operacionais da seguinte forma: Distribuição, Geração, Transmissão, Comercialização e Administração central e outros.

A Companhia analisa o desempenho dos segmentos e aloca-lhes recursos baseando-se em diversos fatores, sendo as receitas e o lucro operacional os fatores financeiros preponderantes.

	Distribuição		Geração		Transmissão		Comercialização		Administração Central e outros		Eliminações e Ajustes		Consolidado	
	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012	30/06/2013	30/06/2012
RECEITA LÍQUIDA	4.959.054	4.981.426	625.597	576.076	18.223	13.488	353.943	268.531	14.700	13.929	(617.471)	(536.564)	5.354.046	5.316.886
CUSTO DO SERVIÇO	(3.650.196)	(3.573.251)	(432.014)	(353.843)	(7.509)	(3.701)	(308.169)	(233.882)	(9.221)	(8.859)	617.471	536.565	(3.789.638)	(3.636.971)
LUCRO BRUTO	**1.308.858**	**1.408.175**	**193.583**	**222.233**	**10.714**	**9.787**	**45.774**	**34.649**	**5.479**	**5.070**	**-**	**1**	**1.564.408**	**1.679.915**
Despesas com vendas	(333.023)	(490.037)	-	-	(817)	-	-	-	-	-	-	(3)	(333.840)	(490.040)
Despesas gerais e administrativas	(240.701)	(214.016)	(22.177)	(18.928)	(295)	(601)	-	(37)	(66.690)	(8.187)	792	1.321	(329.071)	(240.448)
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	488	1.430	-	-	231	2.265	546.996	512.682	(547.237)	(506.007)	478	10.370
(-) Provisão para desvalorização do Investimento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização do Ágio	-	-	(582)	(582)	-	-	-	-	(44.838)	(48.891)	-	-	(45.420)	(49.473)
IMPOSTOS	**735.134**	**704.122**	**171.312**	**204.153**	**9.602**	**9.186**	**46.005**	**36.877**	**440.947**	**460.674**	**(546.445)**	**(504.688)**	**856.555**	**910.324**
Receita financeira	348.671	241.918	14.305	23.372	1.319	1.723	2.508	2.736	100.929	143.913	-	(274)	467.732	413.388
Despesa financeira	(464.298)	(426.932)	(50.611)	(65.396)	(192)	(182)	(476)	(1.005)	(4.661)	(4.098)	(78)	196	(520.316)	(497.417)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO	**619.507**	**519.108**	**135.006**	**162.129**	**10.729**	**10.727**	**48.037**	**38.608**	**537.215**	**600.489**	**(546.523)**	**(504.766)**	**803.971**	**826.295**
Imposto de renda e contribuição social	(108.599)	(79.938)	(39.182)	(21.258)	(1.006)	(1.147)	(16.242)	(12.175)	(155)	(222)	(1)	1	(165.185)	(114.739)
LUCRO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	**510.908**	**439.170**	**95.824**	**140.871**	**9.723**	**9.580**	**31.795**	**26.433**	**537.060**	**600.267**	**(546.524)**	**(504.765)**	**638.786**	**711.556**
Atribuível aos acionistas controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(100.926)	(113.575)	(100.926)	(113.575)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR SEGMENTO	**510.908**	**439.170**	**95.824**	**140.871**	**9.723**	**9.580**	**31.795**	**26.433**	**537.060**	**600.267**	**(647.450)**	**(618.340)**	**537.860**	**597.981**

37. SEGUROS

A Companhia e suas controladas têm a política de manter cobertura de seguros em montante adequado para cobrir possíveis riscos com sinistros, segundo a avaliação da administração.

38. EVENTOS SUBSEQUENTES

Distribuição de Dividendos com Reserva de Retenção de Lucros

Conforme a deliberação da Assembléia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 24 de julho de 2013, foi aprovada a declaração de dividendos extraordinários, no valor de R$ 2.050 milhões, correspondentes a R$ 0,3503892452 por ação ordinária da Companhia. Os valor já foi totalmente pago aos acionistas durante a primeira semana de agosto de 2013.

Distribuição de Dividendos Intermediário

Conforme a deliberação do Conselho de Administração em reunião realizada em 22 de agosto de 2013, foi aprovada a declaração de dividendos intermediários, no valor de R$ 150,6 milhões, correspondentes a R$ 0,3503892452 por ação ordinária da Companhia. Os valor será liquidado a partir do dia do dia 11 de setembro sem correção monetária.